

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM
DIREITO

PORTO ALEGRE
2018

Reitor

Norberto da Cunha Garin

Coordenadora de Graduação

Patrícia Treviso

Coordenador de Extensão

Ricardo Strauch Aveline

Coordenador de Pós-Graduação *Lato Sensu*

Ricardo Strauch Aveline

Coordenador de Pesquisa e Pós-Graduação

Edgar Zanini Timm

Pastoral Escolar e Universitária

Pastor Roberval Lopes da Trindade

Coordenadora do Curso

Patrícia Outeiral de Oliveira

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA	8
2.1 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO.....	8
2.2 MISSÃO E VISÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA.....	15
2.3 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.....	16
2.4 PROJETOS INSTITUCIONAIS.....	18
2.4.1 Educação Ambiental	19
2.4.2 Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira e Indígena	19
2.5 CÁTEDRAS.....	20
2.5.1. Cátedra de Gênero Maria Luiza Schlottfeldt Fagundes	21
2.5.2. Cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Pagura	22
2.6 GESTÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA.....	23
3 HISTÓRICO DO CURSO	24
4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	29
5 CONCEPÇÃO DO CURSO	32
6 JUSTIFICATIVA	35
6.1 CONTEXTO EDUCACIONAL.....	35
6.1.1 A Criação do Curso de Direito Frente às Exigências Regionais	36
7 OBJETIVOS	38
7.1 OBJETIVO GERAL.....	38
7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	38
8 PERFIL DO/A EGRESSO/A	39
8.1 COMPETÊNCIAS:.....	40
9 CURRÍCULO DO CURSO	41
9.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	41
9.1.1 Eixo Inicial (Bloco Formativo ou de Formação Fundamental)	42
9.1.2 Eixo Intermediário (Bloco Informativo, Técnico ou de Formação Profissional)	43
9.1.3 Eixo Final (Bloco de Formação Prática)	44
9.1.4 Carga Horária Total	46

9.2 MATRIZ CURRICULAR	48
9.3 ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO	51
9.4 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	52
9.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	53
9.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	55
9.7 DISCIPLINAS ELETIVAS	55
9.8 DISCIPLINAS COMUNS	57
9.9 DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS	57
9.10 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR	57
10 NÚCLEO DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA.....	60
11 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA	62
11.1 PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS	62
12 MODALIDADE DE ATIVIDADES CURRICULARES	63
12.1 EXERCÍCIO DE MONITORIA	63
12.2 INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....	64
12.3 APOIO EXTENSIONISTA	66
12.4 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA COM PRODUÇÃO ESPECÍFICA	67
12.5 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E CULTURAIS	68
12.6 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO.....	68
13 METODOLOGIA DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	72
13.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM.....	74
14 PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	78
15 ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO CURSO	79
15.1 LINHAS DE PESQUISA INSTITUCIONAIS.....	80
15.2 LINHAS DE FORMAÇÃO DO CURSO	82
16 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM A PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E A EDUCAÇÃO CONTINUADA	83
17 INFRAESTRUTURA E GESTÃO	85
17.1 INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS	85
17.2 COORDENAÇÃO DE CURSO	86
17.3 COLEGIADO DE CURSO	86

17.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	86
17.5 CORPO DOCENTE	87
17.6 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	88
18 INSTALAÇÕES GERAIS.....	89
18.1 BIBLIOTECAS.....	94
REFERÊNCIAS.....	101
ANEXO I: QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO.	106
ANEXO II: EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR.....	108
ANEXO III: QUADRO DE LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS DO CURSO	144

1 INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA, sistematizado no presente documento, foi elaborado a partir da reflexão sobre a concretização cotidiana do curso e da discussão coletiva sobre seu conteúdo pelo Colegiado de Curso.

Desde sua origem, o Curso de Bacharelado em Direito, que surgiu de um projeto integrado de professores/as de Direito de outras instituições¹, vem afirmando e concretizando seu objetivo de comprometimento com a interpretação constitucional do Direito na ordem jurídico-estatal, com a efetivação dos Direitos Humanos, bem como de Novos Direitos e o compromisso com o resgate da cidadania. Tal projeto, agregado ao Centro Universitário Metodista – IPA, harmoniza-se plenamente com a filosofia institucional Metodista.

Dentre as competências gerais desenvolvidas ao longo do curso destacam-se as seguintes: sociabilidade, comportamento ético, pensamento crítico, fluência digital, criatividade, capacidade empreendedora, autonomia e responsabilidade socioambiental. Em cada período, o/a estudante deve evoluir a partir de competências nas dimensões pessoal, interpessoal, profissional e social. Dessa forma, o/a egresso/a do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA, com base no que está posto nesse Projeto Pedagógico terá uma formação voltada para integralidade do conhecimento-habilidade que permite desenvolver as competências que o mercado exige, somado aos valores confessionais que possibilitam o acesso à cultura, à comunidade, de forma sustentável, contribuindo para a inclusão social.

O curso também desenvolve acentuada articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Com um currículo voltado para a interpretação constitucional do Direito, efetivação dos Direitos Humanos e resgate da cidadania, o curso busca diferencial na implementação e construção dos Novos Direitos. Neste intuito, com foco em práticas extensionistas, destaca-se o “Programa de Extensão Educação, Trabalho e Direitos Humanos”, do Centro Universitário Metodista – IPA, junto ao qual SE desenvolvem, permanentemente, projetos de extensão ligados ao curso de Direito.

¹O Projeto pedagógico inicial do Curso de Direito foi elaborado por um conjunto de professores/as universitários/as, vinculados /as à antiga Instituição mantenedora do Curso – CESUPA, o que será relatado no item referente ao Histórico do Curso.

A seguir, são dispostas informações relativas à estrutura, à organização e ao funcionamento do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA. O projeto está em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Direito, expressas a partir da Resolução CES/CNE nº 9/04, bem como de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação/LDB e demais normativas próprias.

O Centro Universitário Metodista – IPA é uma instituição de educação superior privada, comunitária, confessional, com sede e foro na cidade de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a ofertar seus cursos na Unidade Central IPA, situada na Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado nº 80, Bairro Rio Branco; e na Unidade DC Navegantes, situada na Rua Frederico Mentz, nº 1.606, Bairro Navegantes; além dos endereços agregados à Unidade Central IPA e Americano, situado na Rua Lauro de Oliveira nº 71, Bairro Rio Branco. É credenciada pela Portaria MEC nº 3.186, de 08 de outubro de 2004, publicada no DOU nº 196, de 11 de outubro de 2004, e no momento aguarda a publicação do ato de Recredenciamento pelo processo e-MEC nº 201208241.

Sua mantenedora, o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista, com sede e foro na Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, nº 80, Porto Alegre/RS e com inscrição no CNPJ sob o nº 93.005.494/0001-88, é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópicos, com fins não econômicos. É reconhecida como de Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº 8.6174, de 02 de julho de 1981, Estadual, pela Lei nº 21.372, de 15 de outubro de 1971, e municipal, pela Lei nº 3.1025, de 10 de janeiro de 1968. A mantenedora é dirigida por um Conselho Diretor, com estatuto registrado no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas da cidade de Porto Alegre, sob nº de ordem 49.612, do livro A nº 57, datado de 1º de fevereiro de 2005, e atualizado em 10 de dezembro de 2010, sob o nº 73.051, fl 109F, do Livro A nº 136.

2.1 HISTÓRICO DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO

O Centro Universitário Metodista – IPA faz parte de uma rede mundial de instituições educacionais mantidas pela Igreja Metodista, composta por mais de 700 estabelecimentos de ensino entre básico e universitário localizados em 67 nações distribuídas em todos os continentes. Muitas instituições possuem laços de solidariedade estreitados, no mundo todo, pela International Association of Methodist-related Schools Colleges and Universities (IAMSCU) e, na América Latina, pela Asociación Latinoamericana de Instituciones Metodistas de Educación (ALAIME). No

Brasil, o Centro Universitário Metodista – IPA integra o Conselho Geral das Instituições Metodistas de Educação (COGEIME), que reúne todas as escolas de educação básica, faculdades, centros universitários e as universidades metodistas. No Rio Grande do Sul (RS), o Centro Universitário Metodista – IPA compõe a Rede Metodista de Educação do Sul, complexo que se verifica pela integração de quatro grandes instituições tradicionais no Estado que demonstram na história mais de um século de existência educacional.

O Metodismo tem suas origens dentro da Universidade de Oxford, na Inglaterra do século XVIII. O professor universitário e pastor anglicano John Wesley, ao desencadear com um grupo de colegas um movimento religioso para um maior alcance social, incluindo, neste, a preocupação com a educação de crianças empobrecidas e a prática de uma fé esclarecida, deram início a uma contribuição inegável ao desenvolvimento do protestantismo histórico de Lutero e outros reformadores do século XVI, e a uma nova proposta de educação. Hoje, o movimento metodista conta com mais de 250 anos de educação, desde a fundação de sua primeira instituição educacional, a Kingswood School, em Bristol, naquele país.

No Brasil do século XIX, o movimento metodista foi trazido pela vertente sulista estadunidense e não a propriamente inglesa. Nessa época, registra-se o ano de 1835 como o marco inicial de sua chegada ao País, que se tornou inviável, posteriormente, pela recessão econômica americana; só se efetivando, então, essa iniciativa, após a guerra civil americana, na região de Santa Bárbara do Oeste, interior do Estado de São Paulo. Nesse século, foi criada em solo brasileiro a primeira escola metodista, em 1881, na cidade de Piracicaba: o Colégio Piracicabano, que, anos mais tarde, viria a originar a primeira universidade metodista brasileira, a Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP).

O Metodismo chega no Rio Grande do Sul pelo Uruguai, sob a inspiração da Igreja Metodista do norte dos Estados Unidos da América (EUA), vertente que já desenvolvia trabalho missionário nos países vizinhos ao Brasil. A igreja localizada no norte estadunidense acentuava um forte compromisso social de oposição ao escravagismo, em nome de um desenvolvimento econômico com base industrial. Acrescente-se, a isto, que os primeiros missionários que chegaram ao Rio Grande do Sul eram leigos: um colportor de Bíblias e uma professora; o que evidencia que, neste Estado, desde o seu início, a presença da mulher foi fato marcante na prática da

estratégia missionária de implantação e desenvolvimento do metodismo em terras brasileiras. Naquela segunda metade do século XVIII, foi criada uma instituição educacional na capital gaúcha, no ano de 1885: o Colégio Americano, uma escola preocupada com as camadas empobrecidas e destinada à educação de mulheres. No ano seguinte, 1923, na capital gaúcha, viria a ser fundado o Porto Alegre College, o Instituto Porto Alegre – IPA, que daria, anos mais tarde, o nome a mais nova instituição educacional metodista gaúcha criada na primeira década do século XXI: o Centro Universitário Metodista – IPA.

Portanto, o Centro Universitário Metodista – IPA tem sua origem no Colégio Americano, criado em Porto Alegre, em 1885, inicialmente para a educação de mulheres, e no Porto Alegre College, criado em 1923, como projeto de Universidade ligado à Southern Methodist University (SMU), de Dallas, Texas/EUA. Esse projeto fora interdito no Estado Novo, por falta de lideranças nacionais, o que resultou em fechamento de suas Faculdades de Economia e de Teologia. Acrescente-se, ainda, que com a declaração da Autonomia da Igreja Metodista no Brasil, na década de 1930, as relações entre as igrejas do País e as estadunidenses passam a ter um caráter mais fraterno, ainda que permanecesse cooperação entre as duas instâncias na área administrativa. A Faculdade de Teologia, então, foi transferida para São Bernardo do Campo/SP, da qual se originou a Universidade Metodista de São Paulo. Nesse período, o Porto Alegre College foi renomeado Instituto Porto Alegre, IPA. A partir daí as duas escolas – Colégio Americano e IPA – que deveriam ser complementares, desenvolveram-se separadamente, vindo a constituir-se em dois dos mais importantes estabelecimentos escolares de Porto Alegre, apenas com a educação básica.

A partir da década de 1970, ambos os colégios implantaram cursos de educação superior na área da saúde, delineando-se o que futuramente seria sua identidade institucional: o compromisso com os direitos humanos, na perspectiva da inclusão. No IPA foram criados os cursos de Educação Física (1971), Fisioterapia (1980) e Terapia Ocupacional (1980). No Americano, por iniciativa da mantenedora Instituto Metodista de Educação e Cultura (IMEC), iniciaram-se os cursos de Nutrição (1978), Fonoaudiologia (1990), Administração Hospitalar (2000) e Turismo (2000).

No final da década de 1970, a Igreja Metodista no Brasil inicia um processo formal intenso de pesquisas e eventos, objetivando a definição de diretrizes para seus estabelecimentos de ensino no País. Tratava-se de repensar os fundamentos, as

diretrizes, as políticas e os objetivos para o sistema educacional metodista brasileiro, num contexto em que a Igreja Metodista repensava sua vida e sua missão. No ano de 1982, entre as decisões do XIII Concílio Geral da Igreja Metodista no Brasil, encontra-se a aprovação de dois documentos que são basilares na prática pastoral e educacional metodista no País: o Plano para a Vida e a Missão, e as Diretrizes para a Educação na Igreja Metodista. Estes documentos foram resultados de uma ampla consulta à Igreja Metodista no decorrer dos anos de 1980 e 1981. Tais documentos, novamente analisados em épocas posteriores, são vigentes ainda hoje.

A década de 1980, no RS, foi marcada por uma forte prática pastoral e educacional alinhada à fundamentação da filosofia e da teologia da libertação latino-americana, sendo, especificamente na área educacional, à proposta de uma educação libertadora. As práticas pastorais e educacionais das instituições metodistas, de natureza eclesial, social ou educativa, mostraram um forte compromisso com a responsabilidade social em favor dos empobrecidos, excluídos e marginalizados. Fiel à sua tradição histórica, remota às suas origens oxfordianas inglesas, estadunidenses nortistas e platinas, a educação metodista em solo gaúcho desenvolvia-se com responsabilidade social, alinhando-se às novas diretrizes da educação metodista no País, que apontavam para a busca de alternativas que não se limitassem à reprodução do modelo educacional vigente, mas que afirmassem a sua superação, pela proposição de práticas inovadoras, capazes de atender aos anseios do povo de um país que dava seus primeiros passos em seu processo de redemocratização depois de longos e duros anos de ditadura. Mais uma vez, assim como à época da proclamação da República, quando de sua chegada ao País, o metodismo oferecera um modelo educacional que atendia aos interesses de modernização e de rompimento com o atraso do passado monárquico. Agora, na proclamação de uma Nova República, a educação metodista também chamava para si o compromisso de alinhar-se politicamente a esse novo momento na história brasileira.

Ainda no contexto da celebração dos 250 anos de educação metodista no mundo todo, em consonância com o tema central mundial da Conferência da IAMSCU de 2001 “Educação para a Responsabilidade Humana no Século XXI”, criava-se, um ano depois, a Rede Metodista de Educação no sul do País. Nesse grande projeto inovador metodista, na perspectiva de manter-se capaz de dar continuidade à sua

trajetória histórica na educação e atender às demandas originárias da virada do século.

Em 2002, a educação básica das duas mantenedoras educacionais metodistas da capital gaúcha foi integrada em uma apenas – o IMEC, no Colégio Metodista Americano. Assim, o IMEC desenvolveria a educação básica e, o IPA, a educação superior – voltando-se, com isto, este, à vocação para a qual foi originalmente fundado: ser uma instituição semente da universidade metodista no sul do Brasil.

A transferência dos cursos superiores do IMEC para a mantenedora IPA possibilitou a elaboração do projeto de transformação das faculdades metodistas gaúchas em Centro Universitário. O credenciamento como Centro Universitário Metodista – IPA ocorreu em 11 de outubro de 2004, com a publicação da Portaria 3.186 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) no Diário Oficial da União.

Em 2004, o Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista – IPA incorpora a Faculdade de Direito de Porto Alegre (FADIPA), originalmente vinculada à Mantenedora Centro de Ensino Superior de Porto Alegre – CESUPA. Em 10 de janeiro de 2008, o Ministério da Educação expede a Portaria Nº 20, aprovando a transferência de manutenção da FADIPA para o IPA, o que consolida as ações em rede do Centro Universitário Metodista – IPA, com o curso de Direito da referida Faculdade. Em novembro do mesmo ano, o IPA ingressa com a solicitação da unificação de mantidas, de forma a fortalecer o desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Extensão do curso de Direito da FADIPA, consolidando, assim, da mesma forma, a oferta de ensino e produção científica em todas as áreas do conhecimento. E, finalmente, em 22 de dezembro de 2009 é publicada a Portaria nº 1.746 que aprova a unificação das mantidas, passando o curso de Direito a fazer parte do conjunto de cursos oferecidos pelo Centro Universitário Metodista – IPA.

É importante destacar que o Centro Universitário Metodista – IPA tem se constituído como referência em Educação Superior na área das ciências da saúde. Aos cursos tradicionais da saúde, das duas antigas faculdades que o originaram, foram acrescentados os de Enfermagem, Farmácia, Biomedicina e Psicologia. Seus cursos são reconhecidos por sua alta qualidade, expressa pela competência dos/as profissionais egressos/as, amplamente aceitos pelo mercado de trabalho, onde atuam com responsabilidade e compromisso com a melhoria da qualidade de vida da população, em particular, da população em situação de risco social.

Como Centro Universitário, houve um salto de qualidade nas dimensões de Ensino, de Pesquisa e de Extensão. Atendendo à sua missão, a Instituição, ampliou sua atuação para regiões de Porto Alegre desprovidas de Educação Superior.

No Ensino, a Instituição que ofertava sete cursos até 2002, atualmente oferece:

- a) Área das Ciências da Saúde: Fonoaudiologia, Nutrição, Fisioterapia, Farmácia, Serviço Social, Biomedicina, Enfermagem, Psicologia, Educação Física – Bacharelado e Ciências Biológicas – Bacharelado;
- b) Área das Ciências Sociais e Aplicadas: Administração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Ciências Contábeis, Turismo e Direito;
- c) Área das Ciências Humanas e Licenciaturas: Pedagogia, Música e Educação Física;
- d) Área das Engenharias, Tecnologias e Artes: Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Arquitetura e Urbanismo e Design de Interiores.

Na Extensão, consolidou as Clínicas Integradas dos cursos da saúde, antes localizadas no Hospital Parque Belém, e hoje em funcionamento junto à Unidade Central/ IPA no bairro Rio Branco. Suas ações pretendem não apenas assegurar o direito à atenção integral, na perspectiva do Sistema Único de Saúde, mas principalmente formar profissionais capazes de atuar com competência técnica e compromisso social. Para isso, ao longo dos últimos anos, o Centro Universitário Metodista – IPA tem aplicado um percentual de sua receita bruta no desenvolvimento de programas nas áreas de Saúde e Cuidado Humano; Educação, Trabalho e Direitos Humanos; Tecnologias Sociais Aplicadas à Saúde e à Educação; Paradesporto; Universidade do Adulto Maior; dos quais derivam diferentes projetos, envolvendo professores/as e alunos/as bolsistas.

O fortalecimento das ações de ensino e extensão e a qualificação do corpo docente culminaram em intensa mobilização na perspectiva da institucionalização de uma política de pesquisa mediante o estabelecimento de processos que efetivem, de forma estratégica e segura, o desenvolvimento de uma cultura de pesquisa por meio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Esta nova cultura de pesquisa está sendo desenvolvida em diferentes atividades e programas acadêmicos, tais como articulação entre as práticas de ensino, extensão e pesquisa a partir da definição das linhas de pesquisa para cada curso; incentivo à iniciação científica em todos os cursos; investimento no desenvolvimento de um perfil de docente

pesquisador; incentivo à participação de docentes e discentes em feiras e eventos de ciência e tecnologia, na qualidade de autores/as; a qualificação da Revista Ciência em Movimento, como espaço de divulgação científica; o estímulo à divulgação da produção científica dos/as docentes e discentes, internos e externos à Instituição, através da Editora Universitária Metodista IPA.

A partir de 2006, o IPA passou a ofertar dois Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, cada um com um curso de mestrado: o Mestrado Profissional em Reabilitação e Inclusão (autorizado pela CAPES em 2006) e o Mestrado Acadêmico em Biociências e Reabilitação (autorizado pela CAPES em 2008).

O Mestrado em Reabilitação e Inclusão tem como objetivo produzir e divulgar conhecimentos interdisciplinares que viabilizem o desenvolvimento de processos e produtos, e a formação de profissionais que dominem de forma articulada as categorias teórico-metodológicas das áreas de saúde e educação, e que compreendam a inclusão como fator de reabilitação.

Por sua vez, o Mestrado em Biociências e Reabilitação pretende formar mestres pesquisadores/as com um perfil multidisciplinar, habilitados/as a ensinar e a desenvolver projetos de pesquisa nas duas grandes áreas citadas, e que sejam igualmente capazes de aproximar e integrar conhecimentos em prevenção e clínica a conhecimentos em ciências biológicas.

Desde 2002 são ofertados, ainda, cursos *Lato Sensu*, de Especialização, em diferentes áreas, como Direito da Criança e do Adolescente e Práticas Sociais, Atenção Integral à Saúde da Mulher, Psicopedagogia Clínica e Institucional, Saúde Coletiva, Direito Público, entre outros.

Atualmente, o Centro Universitário Metodista – IPA conta com 143 laboratórios disponíveis para pesquisa e práticas, divididos entre os cursos dos colegiados das Ciências Sociais e Aplicadas; das Ciências Humanas e Licenciaturas; das Ciências da Saúde e das Engenharias, Tecnologias e Artes. Além destes, a IES conta com doze laboratórios de informática para uso de todos os cursos.

A biblioteca, com funcionamento nas Unidades do Centro Universitário, disponibiliza amplo e diversificado acervo, salas e ambientes para estudos individualizados e em grupos, terminais para consulta *on-line* e sala virtual na plataforma para educação semipresencial disponível para professores/as.

O Centro Universitário Metodista – IPA é componente de uma estrutura maior, que constitui a Rede Metodista de Educação em nível nacional, criada oficialmente no ano de 2006 pelo XVIII Concílio Geral da Igreja. Trata-se, esta Rede, de um complexo educacional com mais de cinquenta instituições educacionais organizadas em pequeno, médio e grande porte, com ensino desde a educação infantil até pós-doutorado, abrangendo, na educação superior, duas universidades, três centros universitários e sete faculdades. A Rede, em nível nacional, é administrada pelo Conselho Geral das Instituições Metodistas de Educação (COGEIME), que constitui a sua entidade central, sendo instância responsável não só pelo planejamento estratégico, mas também pelas práticas de coordenação, supervisão, integração, acompanhamento e controle de todas as unidades que a constituem. O Centro Universitário Metodista – IPA, enquanto unidade constituinte da Rede Metodista de Educação, portanto, pode ser melhor compreendido em sua história, estrutura e funcionamento, no contexto desse complexo nacional metodista de educação, que já conta na história de suas instituições, com mais de um século de existência e efetiva participação ativa no desenvolvimento do País.

2.2 MISSÃO E VISÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA

Missão

Produzir, desenvolver, divulgar e preservar ciência, tecnologia e cultura visando ao desenvolvimento da consciência crítica e do compromisso com a transformação da sociedade segundo os princípios metodistas, fortalecendo os laços comunitários, expandindo a educação nas áreas desfavorecidas através de ações que promovam a vida.

Visão

Ser referência de Centro Universitário Metodista, eticamente engajado na inclusão social, que forma agentes de transformação por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, bem como consolidar a modalidade de Educação a Distância – EAD como estratégia de inclusão social, trabalhando de forma indissociável a interdisciplinaridade e a multi-institucionalidade, na cidade de Porto Alegre, na Região Sul e no Brasil.

2.3 OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

Os objetivos da IES representam a condição ou as condições futuras imaginadas para a implementação da Missão através da ação organizada pela comunidade acadêmica. Para tanto, o Centro Universitário Metodista – IPA trabalha na perspectiva destes objetivos:

- a) possibilitar o acesso ao conhecimento e à cultura, à comunidade, de forma sustentável, contribuindo para a inclusão social;
- b) consolidar e ampliar a pesquisa nas áreas de conhecimento com vistas ao fortalecimento da Pós-Graduação *lato e stricto sensu*;
- c) promover ações que permitam compreender, preservar e divulgar as diferentes culturas, respeitando a diversidade e a pluralidade e fortalecendo os laços de solidariedade;
- d) promover parcerias com a comunidade regional, nacional e internacional, nos âmbitos público e privado, possibilitando a articulação entre a instituição e a sociedade;
- e) divulgar os princípios da educação metodista com vistas à transformação social, fortalecendo os laços comunitários, promovendo a inclusão e a valorização da vida;
- f) disponibilizar oportunidades de acesso ao conhecimento e à cultura, levando em conta as necessidades e possibilidades da comunidade e assegurando a sustentabilidade da Instituição;
- g) fortalecer o relacionamento com os/as alunos/as atendendo às suas necessidades de acesso ao conhecimento e à cultura com excelência acadêmica e administrativa, e com compromisso político;
- h) propor ações voltadas ao investimento na educação básica na perspectiva da inclusão, especialmente no que se refere à formação inicial e continuada;
- i) desenvolver atividades de responsabilidade social e ambiental;
- j) modernizar a infraestrutura e ampliar os espaços físicos e a gestão;
- k) possibilitar o acesso ao conhecimento e à cultura em ambientes informatizados, de forma sustentável, contribuindo para a inclusão digital;

- l) consolidar o processo de comunicação com a sociedade e com a comunidade interna do Centro Universitário Metodista – IPA construindo a identidade institucional nos processos de ensino, pesquisa e extensão;
- m) promover o desenvolvimento de uma política de formação e aperfeiçoamento de pessoas para atuar em EAD;
- n) ampliar a adoção das Tecnologias da Informação e Comunicação/TIC nos espaços formadores internos, bem como a formação de professores/as e funcionários/as técnico-administrativos/as para atuação na EAD;
- o) utilizar a diversidade de mídias e tecnologias para melhor adequar-se às novas metodologias nos processos de ensino e de aprendizagem, ampliar o oferecimento de cursos de formação para os/as docentes em EAD e dos/as técnicos/as administrativos/as, visando capacitar os/as agentes que atuarem na modalidade;
- p) melhorar as condições de infraestrutura para a oferta de cursos de qualidade na modalidade a distância;
- q) promover o estímulo à produção de conhecimento e ao desenvolvimento de tecnologias para o apoio a projetos e programas de educação a distância, de modo a garantir a qualidade desses empreendimentos e promover atividades que possibilitem a difusão de uma cultura de EAD na instituição;
- r) ampliar a cultura da EAD e da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC nos espaços formadores internos;
- s) adequar os projetos pedagógicos dos cursos presenciais para a utilização de EAD, como alternativa curricular;
- t) possibilitar a implementação de programas de qualificação docente, técnicos administrativos e pedagógicos;
- u) utilizar a diversidade de mídias e tecnologias para o melhor aproveitamento da comunicação, adequando-se às novas metodologias no processo de aprendizagem;
- v) incentivar as parcerias com órgãos e/ou instituições;
- w) possibilitar a maior interação curricular entre os Cursos no processo acadêmico.

2.4 PROJETOS INSTITUCIONAIS

A opção pela inclusão social como centro do projeto político-pedagógico de uma instituição de educação superior que se propõe a fazer a diferença na formação de cidadãos e cidadãs comprometidos/as em transformar a realidade de injustiça social em que vivemos é decorrente da própria missão da Igreja Metodista. Conforme consta no documento “Plano para a Vida e Missão da Igreja Metodista”, de 1982:

a educação como parte da missão é o processo que visa oferecer à pessoa e comunidade, uma compreensão da vida e da sociedade, comprometida com uma prática libertadora, recriando a vida e a sociedade, segundo o modelo de Jesus Cristo, e questionando os sistemas de dominação da morte, à luz do Reino de Deus.

Ao longo dos anos, o Centro Universitário Metodista – IPA tem adequado os projetos pedagógicos dos seus cursos às Diretrizes Curriculares Nacionais, sejam elas as específicas para cada um, sejam aquelas que, de maneira mais ampla, tratam da responsabilidade da IES para com:

- a) a formação de cidadãos/ãs éticos/as, comprometidos/as com a construção da paz, da defesa dos Direitos Humanos e dos valores da democracia, conforme o Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012; e a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012;
- b) as práticas sociais que valorizam a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído, com base na Lei nº 9.795, de 27/04/1999; no Decreto nº 4.281, de 25/06/2002; no Parecer CNE/CP nº 14, de 06/06/2012; e na Resolução CNE/CP nº 2, de 15/06/2012;
- c) a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme a Lei nº 10.639, de 09/01/2003; o Parecer CNE/CP nº 3, de 10/03/2004; a Resolução nº 1, de 17/06/2004; e a Lei nº 11.645, de 10/03/2008.

2.4.1 Educação Ambiental

O Projeto Grupo de Educação Ambiental – GEA/IPA, pautado nos eixos temáticos da Política Ambiental da Instituição – Conservação Ambiental e Consumo Consciente, Gestão de Resíduos, Gestão das Águas e Eficiência Energética –, tem como objetivo promover ações de sustentabilidade, visando conservar o ambiente por meio da conscientização e mudança de comportamento, tanto individual como coletivo, tendo em vista um ambiente saudável, preservando recursos ambientais para as gerações futuras. Dentre as ações previstas, há uma série de atividades que visam prevenir, identificar e buscar soluções para problemas ambientais de maneira integrada e contínua junto aos programas educacionais desenvolvidos pelos cursos de graduação do Centro Universitário Metodista – IPA.

Ao compreender a educação ambiental como processo educacional que permite o conhecimento integral dos problemas atinentes ao meio ambiente, para poder conservá-lo e melhorá-lo, bem como para implementar mudanças de comportamento (individual e social), o Centro Universitário Metodista – IPA busca que sua prática educativa seja integrada, contínua e permanente.

2.4.2 Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira e Indígena

O projeto Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e de Cultura Afro-Brasileira e Indígena tem como objetivo implementar ações contínuas, reflexões e discussões acerca das diretrizes educacionais que tratam dessa temática. Visando alcançar a toda comunidade acadêmica através de ações de promoção envolvendo as questões étnico-raciais, o projeto está pautado em três eixos: o reconhecimento da diversidade, a promoção da visibilidade da cultura negra e indígena e o protagonismo desses povos.

Historicamente, o movimento metodista e, posteriormente, a Igreja Metodista sempre estiveram comprometidos com as lutas sociais e o combate às desigualdades. Da mesma maneira, o Centro Universitário Metodista – IPA se compromete em contribuir não somente para atender as demandas da legislação, mas também por

acreditar que seja possível construir uma nova identidade baseada na diversidade cultural e no respeito.

2.5 CÁTEDRAS

A Educação Metodista desde os seus primórdios voltou-se para a produção do conhecimento, beneficiando os grupos minoritários e menos favorecidos socialmente. No Brasil, esta visão encontra respaldo na Constituição Federal que associa o objetivo da educação com o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania, conforme estabelece o art. 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), por sua vez, postula que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (Art. 1º).

Mantendo-se fiel aos objetivos da Educação Metodista e, contribuindo para a efetivação da legislação interna sobre educação em direitos humanos, o Centro Universitário Metodista – IPA criou as Cátedras de Gênero Maria Luiza Schottfeldt Fagundes e de Direitos Humanos Federico Paguna.

Em 2004, Maria Luiza Schottfeldt Fagundes foi dignatária da Cátedra de Gênero por sua atuação como liderança feminina metodista, decisivo papel na educação para a democracia e na promoção dos direitos das mulheres e das crianças.

No ano seguinte, o bispo metodista argentino Federico Paguna pelas bem-aventuranças, teve papel exemplar na denúncia e no combate à crueldade patrocinada pelo Estado, vivenciou a perseguição por causa da justiça, promoveu a paz, por tais ações é o dignatário da Cátedra de Direitos Humanos.

O Centro Universitário Metodista IPA tem, incluídas em seu PPC, a perpassarem todos os seus cursos e programas, as Cátedras de Gênero e de Direitos Humanos. A seguir são apresentadas as duas cátedras conforme os textos originais

extraídos dos Livros Cátedra de Gênero Maria Luiza Schottfeldt Fagundes e Cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Pagura, de Sinara Porto Fajardo.

2.5.1. Cátedra de Gênero Maria Luiza Schlottfeldt Fagundes

Definição e propósitos:

A Cátedra de Gênero é um espaço aberto, criado no Centro Universitário Metodista IPA, para se pensar GÊNERO como conceito democrático por sua capacidade inerente ao relacional, à reflexão, à inter e à transdisciplinaridade e ao questionamento. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO, 2004 p.19)

(...) sua proposição pelo Centro Universitário Metodista IPA indica uma inovação proposital e uma compreensão da tarefa educacional pela Igreja Metodista, assim enumeradas:

1. Não existem razões biológicas ou naturais que determinem e justifiquem diferenças sociais, econômicas, culturais e de poder entre homens e mulheres. Tais diferenças são o resultado de um complexo processo histórico de ordenamento social que se expressa de modo particular na educação.
2. Gênero não é sinônimo de mulher, mas identificação das relações sociais de poder que se estruturam a partir das diferenças sexuais. Estas relações criam hierarquias e mecanismos que valorizam e naturalizam o predomínio masculino.
3. Gênero relaciona com outras relações sociais que formatam a realidade social e suas estruturas (classe, etnia, idade, mobilidade, orientação sexual, etc). Neste sentido, as análises e políticas de gênero devem dar conta desta complexidade.
4. Utilizar o conceito de gênero como categoria de análise e/ou como princípio ético-político significa assumir que as desigualdades entre homens e mulheres devem ser transformadas para alcançar uma sociedade plenamente justa transformando normas e valores culturais. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO, 2004, p.19)

Missão e Princípios

(...) O PPC do Centro Universitário Metodista IPA ao considerar as relações sociais de poder e gênero como vitais na construção de sua presença na educação superior, enumera os princípios pelos quais a Cátedra de Gênero buscará conhecer, estudar, estimular a discussão e construir conhecimento:

1. Um projeto educativo nasce das forças vivas da realidade e sua diversidade humana, como desafio epistemológico e metodológico de construção de práticas inclusivas e democráticas.
2. A relação com os movimentos sociais organizados de luta pela vida é fundamental na desconstrução de saberes, na superação de estereótipos e na construção de uma educação multicultural, crítica e criativa que não reproduza preconceitos, padrões e estereótipos de exclusão.
3. A integração/ interação de saberes, inter e transdisciplinaridades, como mecanismo fundamental na socialização do conhecimento como processo de desierarquização das diferenças e visões de mundo.

4. A necessidade de potencializar educadoras e educadores como promotores de uma educação não racista, não sexista, não elitista, não excludente.

5. A importância da construção/ produção coletiva do conhecimento, como educação efetivamente inclusiva, a partir da diversidade cultural e da equidade de gênero. (REDE METODISTA DE EDUCAÇÃO, 2004. p.20).

2.5.2. Cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Pagura

Missão e Princípios:

Estimular o diálogo, o ensino, a pesquisa e a extensão em direitos humanos em toda a comunidade, visando o contribuir para um projeto educativo comprometido com os princípios democráticos na construção de uma sociedade justa e solidária. (FAJARDO, 2005. p.9).

Transversalidade dos direitos humanos no ensino, pesquisa e extensão.

Na educação superior, a transversalidade dos direitos humanos sustenta os três pilares do fazer científico, enraizados nos currículos dos cursos, bem como no ensino, pesquisa e extensão.

Dimensão do Ensino:

Os direitos humanos constituem-se, por si só, desde que articulados de forma transdisciplinar, num conteúdo programático complexo e consistente na dimensão de ensino universitário, tanto em nível de graduação como de pós-graduação, que não deve reduzir-se apenas a disciplinas específicas nas grades curriculares de diversos cursos.

A Cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Pagura será um espaço de construção de uma proposta transdisciplinar de ensino dos direitos humanos que tentará superar abordagens unilaterais e reducionistas sobre o tema, salientando seu caráter histórico e cultural, normativo, ético, crítico e autocrítico. (FAJARDO, 2005. p.10).

Dimensão da Pesquisa:

A produção científica em direitos humanos requer um investimento forte na pesquisa, especialmente de caráter multidisciplinar, não como ponto de partida, mas como atividade simultânea ao ensino e à extensão. Assim, complexa e multidisciplinar, a pesquisa em direitos humanos corresponderá à exigência transversal do tema e atenderá à expectativa institucional de oferecer educação enraizada e comprometida socialmente.

A Cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Pagura participará diretamente do projeto de constituição de um grupo de investigações contribuindo para a coerência e vitalidade da pesquisa no Centro Universitário Metodista IPA. Também estimulará a incorporação dos direitos humanos como dimensão integrante em projetos de pesquisa diversos, que envolvam as áreas do direito, saúde, meio ambiente, esporte, turismo, serviço social, entre outras, realizando os princípios da transversalidade e da transdisciplinariedade na educação em direitos humanos. (FAJARDO, 2005. p.10).

Dimensão da Extensão:

Os direitos humanos são, como base de convivência solidária e ecológica, um ponto de referência fundamental para a dimensão da extensão universitária.

A Cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Paguna estará empenhada na articulação com organismos públicos e organizações não-governamentais responsáveis pelas garantias, pela fiscalização e pela implementação dos direitos humanos, tendo em vista a ampliação do intercâmbio com os sistemas de proteção e com iniciativas populares na intervenção na problemática das violações. (FAJARDO, 2005. p.11)

A Cátedra também atuará, dentro dos princípios da transversalidade e transdisciplinariedade, na promoção de eventos como seminários, jornadas, encontros, cursos, debates e outras formas de intercâmbio de conhecimento, buscando parcerias em diversos centros universitários, organizações governamentais e não governamentais relacionadas com a área. Participará, também, do conjunto de projetos sociais promovidos pelo Centro Universitário Metodista IPA, especialmente nas comunidades onde a realidade de violações de direitos humanos é mais visível e as demandas de formação, pesquisa e intervenção mais prementes. (FAJARDO, 2005. p.11)

Finalmente, a Cátedra de Direitos Humanos Bispo Federico Paguna poderá articular um conjunto de iniciativas no sentido de ampliar as atividades e os campos de estágios curriculares e extracurriculares junto ao poder público à iniciativa privada, ao terceiro setor e, principalmente, a estabelecimentos de ensino pré-escolar, fundamental e médio, contribuindo, desta forma, para universalizar a educação em direitos humanos que é, em última análise, o conteúdo fundamental desta iniciativa. (FAJARDO, 2005. p.11).

2.6 GESTÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA

A gestão do Centro Universitário Metodista – IPA se faz por meio da Reitoria, exercida pelo Prof. Dr. Norberto da Cunha Garin; da Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação *Stricto Sensu*, exercida pelo Prof. Dr. Edgar Zanini Timm; da Coordenadoria de Extensão e Ação Comunitária e da Coordenadoria de Pós-Graduação *Lato Sensu*, exercidas pelo Prof. Dr. Ricardo Strauch Aveline; e da Coordenadoria de Graduação, exercida pela Prof^a. Dr^a. Patricia Treviso.

3 HISTÓRICO DO CURSO

A história dos cursos de Direito no Brasil reporta ao período do Império, momento de criação dos cursos jurídicos no País. A Carta de Lei, datada de 11 de agosto de 1827, institui os cursos de Direito em São Paulo e em Olinda, no Largo de São Francisco e na Faculdade de Direito do Recife, respectivamente.

Ainda no final do século XIX iniciou-se um período de “abertura” de cursos no Brasil, a iniciar pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1891 (atual Curso de Direito da Universidade Federal da Bahia), assim como os primeiros, com forte influência liberal, de modo a totalizar no primeiro centenário dos Cursos Jurídicos no Brasil algo próximo a 14 cursos.

Desde seu estabelecimento, os cursos de Direito no Brasil possuem forte ênfase em formação tecnicista, com expressiva valoração da Codificação Infraconstitucional, em especial do Código Civil, somente modificado em 2002.

Porém, percebem-se principalmente no período posterior ao advento da Constituição de 1988, modificações não somente na estruturação do ensino jurídico, como um caminho em direção ao que poderíamos chamar de “movimento constitucionalizante”, de “constitucionalização do Direito”, o que propicia um ambiente de significativas discussões na academia.

Após vários anos de estudos (grupos e pesquisas de base), com marco inicial nos anos 1990 e com decisiva parceria do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, o Ministério da Educação acolheu um conjunto significativo de ideias, sugestões e procedimentos, com a finalidade de viabilizar a transformação dos cursos de Direito em todo território nacional. O objetivo era estabelecer um padrão de qualidade para o ensino jurídico, e atacar a formação massificada (e acelerada) de operadores do Direito. Neste período, a norma reguladora do funcionamento e estruturação dos cursos jurídicos foi a Portaria n° 1886/94.

Foi sob essa legislação federal que nasceu a então Faculdade de Direito de Porto Alegre, abrigada no seio do Centro de Ensino Superior de Porto Alegre – CESUPA e amparada pelo Projeto Pedagógico até então protocolizado junto ao Ministério da Educação. A proposta curricular original contemplou todos os critérios da legislação, bem como os princípios basilares da LDB. Buscou distribuir as

disciplinas de acordo com os ciclos de conteúdos requisitados, atividades complementares, projetos de pesquisa e extensão.

Ainda é de se consignar que o Projeto teve como meta inovadora a formação de profissionais com capacidade específica para atividades públicas, privadas e de inserção como atores sociais capazes de dialogar com a sociedade civil organizada, movimentos sociais, o que a formação jurídica tradicional não tem contemplado, conforme reclamo público e notório.

Nesse sentido, o curso de Bacharelado em Direito teve sua origem caracterizada pela reflexão crítica de professores/as de Direito de outras instituições, que se agregaram em torno da proposta institucional do CESUPA, com o objetivo de constituir um curso de formação crítica, em resposta aos problemas observados na formação jurídica tradicional até então observada.

Assim, o Projeto Pedagógico original atendeu aos requisitos da Instrução Normativa nº 01/97 do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB, em especial o art. 2º que dispõe sobre os critérios de excelência de Cursos Jurídicos aos quais se buscam atender.

Inicialmente localizado na Av. Berlim, 409, no bairro São Geraldo, em Porto Alegre, o curso proporcionava acesso rápido e seguro aos/às acadêmicos/as, operava com qualidade docente e contava com biblioteca atualizada e informatizada, salas de aula adaptadas às necessidades dos corpos discente e docente, equipadas com recursos audiovisuais adequados, além de laboratório de informática. Nessas condições, o curso foi autorizado a funcionar, com conceito geral “B”, através da Portaria Ministerial nº 2.363, de 22 de agosto de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2002.

Nesse contexto, o curso de Direito iniciou suas atividades baseado em filosofia humanista, alicerçado nos ideais de paz, justiça, solidariedade e liberdade, voltado à sólida formação do/a bacharel/a em Direito, qualificado/a para atuar nas diversas áreas jurídicas, com conduta ética, visão crítica e preocupação socioeconômica.

Essas preocupações denotam a seriedade com a qual o curso foi concebido, ao trabalhar o humanismo e a inclusão social, direitos humanos e novos direitos, o curso satisfaz o perfil e exige as habilidades necessárias para formar sujeitos mediadores de sua transformação.

A partir do 2º período/semestre de 2004, quando as primeiras turmas atingiam o 4º período, o curso foi incorporado pelo Centro Universitário Metodista – IPA. Seguiu-se, portanto, o período de transição, de mudança de Mantenedora.

O processo de transferência de Manutença foi devidamente protocolizado junto à Secretaria de Ensino Superior/SESu do Ministério da Educação, e registrado sob n.º 2005.0005032.

Cabe referir dois fatos que, ainda que paralelos, influenciaram na trajetória de regularização institucional do curso:

- a) em 29 de setembro de 2004, a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação editou a Resolução nº 9/04, que institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências*, que por sua vez impõe a realização de adequações no Projeto Pedagógico de Curso inicialmente protocolizado e autorizado junto ao Ministério da Educação, de modo que o mesmo satisfaça às exigências normativas próprias;
- b) em outubro, mediante a publicação da Portaria MEC nº 3.186, de 08 de outubro de 2004, no DOU nº 196, de 11 de outubro de 2004, as Faculdades Metodistas IPA/IMEC ganham status de Centro Universitário, adquirindo autonomia universitária, sob denominação de Centro Universitário Metodista – IPA.

Tais acontecimentos (Resolução CNE/CES nº 09/04 e transferência do CESUPA para o Instituto Porto Alegre – IPA) determinaram necessárias – e legais – adequações estruturais no Projeto Pedagógico.

Essas adequações foram procedidas de modo a não causar prejuízos aos/às discentes, bem como para aperfeiçoar a proposta pedagógica inicial, e contemplar todos os eixos de formação previstos na *novel* legislação peculiar aos cursos de Direito.

Não houve mudanças nas linhas mestras do curso; a preocupação com qualidade de ensino e sua filosofia humanista encontraram guarida na Rede Metodista de Educação. Houve, porém, um necessário aprendizado mútuo, de consolidação de uma realidade universitária dinâmica, com instâncias bem definidas, a contribuir na construção/consolidação do próprio Centro Universitário.

O trabalho em torno da consolidação do curso de Direito seguiu seu percurso, a partir do ano de 2005. Nesse período foram implementados projetos de extensão; o Núcleo de Prática Jurídica foi instituído para viabilizar os estágios curriculares dos/as alunos/as, cujas primeiras turmas, em 2005/2, já atingiam o 6º período/semestre, sendo instituído também o Núcleo de Assessoria Jurídica Popular, a fim de possibilitar o aprendizado mútuo de discentes, docentes e atores sociais parceiros.

Em meados do ano de 2006, o Centro Universitário Metodista – IPA solicitou a abertura junto ao Ministério de Educação do processo de reconhecimento do curso de Direito.

Após preenchimento do formulário de avaliação e da preparação da documentação pertinente, em setembro de 2006, a comissão de professores/as designados/as pelo Ministério de Educação emitiu parecer conclusivo, conforme, segue

A Comissão de Avaliação, para fins de reconhecimento do curso de graduação em Direito, da Instituição de Ensino Superior – Centro Universitário Metodista – IPA, constituída pelos professores Carlos Alberto D. Coelho, avaliador institucional e Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega, avaliadora de Curso, para avaliar as condições de funcionamento do referido curso nos dias 24, 25 e 26 de setembro de 2006, é de parecer favorável ao reconhecimento deste curso de graduação, conforme as especificações que constam no projeto pedagógico do curso. [...] O Curso tem por diferencial o desenvolvimento de projetos de extensão junto à comunidade reforçando práticas direcionadas à concretização de direitos humanos e cidadania. O Curso implanta-se atendendo a políticas de inclusão. Nisso destaca-se a atuação do grupo de docentes e da coordenadora. Há que se ponderar, também, que nesse sentido voltam-se às políticas institucionais. Justifica-se ele, primeiramente, perante a comunidade. Impõe-se, portanto, recomendá-lo.

Em 8 de maio de 2007, em cumprimento a mais uma etapa do processo de reconhecimento do curso, a Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil colocou em pauta o Curso de Bacharelado em Direito do IPA, com o objetivo de emitir parecer sobre a adequação ou não do seu reconhecimento. Este parecer foi em sentido favorável, recomendando o reconhecimento do curso.

Finalmente, em janeiro de 2008, através da Portaria nº 51 de 17 de janeiro de 2008, o Ministério da Educação, por seus órgãos internos competentes, proferiu o reconhecimento do Curso de Direito da Faculdade de Direito de Porto Alegre, cuja mantenedora é o Instituto Porto Alegre – IPA, da Igreja Metodista.

Tendo em vista o fato de que a referida portaria transferiu a manutenção da Faculdade de Direito para a mantenedora da Igreja Metodista e não para o Centro Universitário Metodista – IPA, instituição também mantida pela Igreja Metodista, a direção institucional iniciou novas gestões junto ao MEC para que fosse aprovada a unificação de mantidas com a incorporação do Curso de Direito pelo Centro Universitário. A referida aprovação que foi concedida mediante a publicação da Portaria MEC nº 1.746 de 22 de dezembro de 2009, no DOU nº 246 de 24 de dezembro de 2009.

Em 2013, com a Portaria nº 623, de 25 de novembro de 2013, o Ministério da Educação, por seus órgãos internos competentes, proferiu a renovação de reconhecimento do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA, oficialmente publicada, no Diário Oficial da União nº 229, em 26 de novembro de 2013.

Com mais de uma década de existência, o curso de Direito e seus discentes já receberam premiações nacionais e internacionais, sendo exemplos o Prêmio Sinpro de Educação, o Prêmio AJURIS de Direitos Humanos e a premiação pela Associação Interamericana na Imprensa. Em 2014, a representação do curso foi premiada como a melhor equipe estrangeira no V Concurso Internacional Junior de Derecho Procesal Constitucional, ocorrido entre os dias 21 e 23 de maio em Cartagena das Índias, na Colômbia.

Assim, entende-se que o curso atende aos objetivos prioritários de excelência acadêmica, compromisso com a qualificação e formação de profissionais comprometidos/as com o efetivo atendimento às demandas jurídicas e sociais.

4 DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

4.1 NOME DO CURSO: Curso de Bacharelado em Direito.

4.2 GRAU CONFERIDO: Bacharel/a.

4.3 TITULAÇÃO PROFISSIONAL: Bacharel/a em Direito

4.4 MODALIDADE DE ENESINO: Modalidade de ensino presencial.

4.5 ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO: Portaria Ministerial nº 2.363, de 22 de agosto de 2002.

4.6 DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE CRIAÇÃO DO CURSO: Diário Oficial da União nº 163, de 23 de agosto de 2002.

4.7 ATO DE RECONHECIMENTO: Portaria MEC nº 51, de 17 de janeiro de 2008.

4.8 DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE RECONHECIMENTO: Diário Oficial da União nº 13, de 18 de janeiro de 2008.

4.9 ATO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO: Portaria MEC nº 266, de 3 de abril de 2017.

4.10 DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE RENOVAÇÃO DO RECONHECIMENTO: Diário Oficial da União nº 65, de 4 de abril de 2017.

4.11 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: O curso possui carga horária total de 4.000 horas.

4.12 CARGA HORÁRIA DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES: Os/As discentes deverão cumprir 200 horas de atividades complementares.

4.13 CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO: Os/As discentes deverão cumprir 400 horas de estágio obrigatório.

4.14 DURAÇÃO DO CURSO (PERÍODO/SEMESTRE/ANO): Mínimo: 10 períodos/semestres/ 5 anos. Máximo: conforme critério definido no Regimento Institucional.

4.15 NÚMERO DE VAGAS AUTORIZADAS: 200 vagas anuais.

4.16 NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS: O número de vagas ofertadas será definido, a cada período/semestre, levando em conta a necessidade de oferta por ocasião do processo seletivo, respeitando o número de vagas autorizadas.

4.17 TURNO(S) DE FUNCIONAMENTO DO CURSO: Matutino e Noturno.

4.18 UNIDADE(S) ONDE O CURSO É OFERTADO: Unidade Central IPA: endereço principal à Rua Coronel Joaquim Pedro Salgado, nº 80, térreo, tendo como agregado o endereço do AMERICANO, à Rua Dr. Lauro de Oliveira, nº 71, todos no Bairro Rio Branco, em Porto Alegre/RS.

4.19 FORMAS DE INGRESSO: A forma de ingresso dos/as candidatos/as nos cursos de Graduação são:

- a) com Curso de Ensino Médio, ou equivalente, concluído e que tenham sido classificados e classificadas em processo seletivo da instituição ou por ela reconhecido;
- b) portadores/as de diploma de Ensino Superior, devidamente registrado desde que hajam permanecido vagas abertas, após o encerramento das matrículas dos/as selecionados/as;
- c) vinculados/as a outras Instituições, através do processo de transferência;
- d) solicitantes de reingresso com vínculo com a Instituição;
- e) estrangeiros/as, com Curso de Ensino Médio ou equivalente, por meio de processo seletivo especial, regido por convênios de Cooperação

Internacional firmados pelo Centro Universitário, com exigência de comprovação de proficiência na Língua Portuguesa.

4.20 DATA DE INÍCIO DO CURSO: O início das aulas no curso ocorreu no primeiro período/semestre do ano de 2003.

5 CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA tem natureza profissionalizante, que se expressa em processo pedagógico voltado à formação de operadores/as jurídicos, aptos/as a interagir em uma sociedade complexa e organizada a partir de leis, práticas democráticas e vínculos sustentados em critérios sociais. O perfil do curso é crítico-reflexivo, partindo da Ciência Jurídica em sua dimensão dogmática, a emprestar-lhe enfoque interdisciplinar.

Com esse perfil, entende-se necessário agregar aos fundamentos do curso uma feição contemporânea, isto é, encarada como tarefa a ser construída no cotidiano, desde a sala de aula.² A construção de um espaço solidário para a liberdade coletiva na produção do saber vem substituindo o modelo tradicional de ensino jurídico, gênese do autoritarismo e reprodutor do Estado jurdicista, que se construiu apoiado no legalismo como única forma de trabalhar o Direito.

Em face desses fundamentos, o fenômeno jurídico, no âmbito do curso, é visto a partir das seguintes dimensões: analítica, hermenêutica e pragmático-sistêmica.

A dimensão analítica inicia com a crítica à mera reprodução do Direito posto, interpretado a partir de um lugar virtual, o “monastério dos sábios” (WARAT, 1984), que aparece como produto final acabado e pronto para o consumo, como se tivesse a lei sentido unívoco e universal. A matriz propriamente analítica tem seu nascedouro demarcado pelo momento em que se começa a buscar uma linguagem rigorosa para o Direito, o que acontece a partir de Kelsen (1976).

A dimensão hermenêutica ultrapassa a metafísica do período clássico de interpretação do Direito, supera o período das posturas críticas radicais iniciadas nos anos 1960, para sedimentar-se na Hermenêutica Filosófica, com aportes em Heidegger (2002), Gadamer (1993) e Streck (2004).

²A partir de Castoriadis (STRECK, 2005), pode-se afirmar que todo o sujeito desenvolve-se numa sociedade, que instaura, consciente e inconscientemente, a cultura que possui. Da mesma forma, um povo vai sedimentando, através de um processo de interações e clivagens, sua cultura. É impossível avaliar a participação de um sujeito, sem referi-la à participação dos outros com ele, estruturada social e culturalmente. A relação de alteridade é, portanto, fundamental. É preciso pressupor a anterioridade dos processos sociais, já que nascemos sempre em um grupo, em uma etnia, em uma classe, em uma nação. A educação, assim, é processo que se constrói e se modifica constantemente.

A dimensão pragmático-sistêmica revoluciona o pensamento jurídico a estudar o Direito e sociedade numa perspectiva autopoietica, em que se assume a complexidade social, risco e paradoxos. O Direito deixa de ser um conjunto de normas que regula a vida em sociedade para se transformar conceitualmente na generalização congruente de expectativas comportamentais normativas. Os aportes teóricos estão em Luhmann (1983) e Rocha (2005).

Assim, o maior desafio do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA está em estabelecer postura criteriosa para abordagem das atividades acadêmicas e dos conteúdos das disciplinas dogmáticas, construindo essa postura como forma de questionar os compromissos ideológicos que filtram a compreensão normativista legalista das relações sociais. Com o intuito da efetivação deste desafio, a matriz curricular está adequada a contemplar os três eixos formativos exigidos pela Resolução CNE/CES nº 09/04, quais sejam: uma base fundamental como aporte teórico; uma base tecnológica de formação profissionalizante e uma base operacional de formação prática.

Questionar a dogmática é descobrir o mundo concreto que ela oculta desde a ficção da neutralidade científica e da completude do ordenamento jurídico³. Nesse sentido, a concretização da norma constitucional é o fundamento hermenêutico adotado pelo curso, principalmente no que diz respeito aos novos direitos, direitos sociais, cidadania e direitos humanos, em perfeita harmonia com os melhores ditames institucionais.

Os cursos jurídicos formam bacharéis/las em Direito, isto significa que o grau conferido não permite, de modo imediato, o exercício de qualquer das profissões jurídicas, que vão depender, ou de concursos públicos, ou do Exame de Ordem. Os cursos, todavia, devem ensejar a formação de profissionais que sejam capazes de

³ Tradicionalmente, as aulas de Direito se limitam ao comentário dos códigos. Os civilistas estão “civilizando” a Constituição, como se essa pudesse ser resumida ao Código Civil. Aliás, os ditos “civilistas” mais empedernidos entendem “que a Constituição é um ótimo complemento ao Código Civil”. Há uma estereotipação e hermeticidade do saber jurídico. Só mais recentemente, alguns “manualistas” avançam ao afirmarem a necessidade de estudar o “Direito Civil Constitucional” e que o Direito Penal deve ser “constitucionalizado”. A desmistificação disso tudo passa pela necessidade de a relação professor/a-aluno/a ser construída pelas explicações de conceitos, normas e princípios não desvinculadas de seus momentos históricos e pela visualização dos deslocamentos teóricos necessários que sirvam de instrumental de transformação da sociedade.

perceber o Estado Democrático de Direito como viabilidade para implementar ações/programas pautados nas regras de Direito.

O/A novo/a operador/a do Direito deve estar preparado para compreender e construir soluções diante da realidade dos conflitos sociais e seus desdobramentos; buscar acuidade na formulação das políticas públicas; demonstrar sua intimidade na administração de conflitos imanentes às relações sociais; demonstrar conhecimento sobre a forma como a sociedade se estrutura; decidir-se e optar entre as formas judiciais e extrajudiciais de solução de conflitos; e integrar-se na conjuntura globalizada e complexa, com consciência crítica e sem perder de vista a noção dos problemas comunitários localizados.

Esse percurso deve ocorrer através de etapas definidas como perfis internos e externos da matriz curricular, compreendidos nos eixos de formação descritos na Resolução CNE/CES nº 9/2004.

Ao contemplar de modo equilibrado as três dimensões do fenômeno jurídico moderno (*doxa, tecnè e praxis*), o curso possibilita ao/à educando/a operador/a uma formação ampla e apurada, que permite o desenvolvimento:

- a) da capacidade especulativa, com critérios fixados na abordagem interdisciplinar;
- b) da operacionalização do Direito, considerando o domínio necessário ao/à educando/a sobre sua tecnologia – a dogmática – proporcionada pelas disciplinas do bloco intermediário e profissionalizante.

Como perfil interno da matriz curricular, a capacitação para aplicar esse referencial teórico/prático ocorre a partir do 5º período/semestre, com as disciplinas de Laboratório Jurídico e com os Estágios Obrigatórios, finalizando com a elaboração e apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso, em forma de projeto de pesquisa (no 9º período/semestre do curso) e de artigo científico (no 10º período/semestre do curso). Outras atividades são desenvolvidas no decorrer do curso, as quais possibilitam a integração dos/as futuros/as bacharéis/las em vivências práticas.

Já as atividades externas complementam o perfil, através de pesquisas, grupos de estudos, seminários, monitorias, atividades simuladas e concretas (realizadas no Núcleo de Prática Jurídica) do curso de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA..

6 JUSTIFICATIVA

O Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA insere-se no cenário jurídico porto-alegrense e gaúcho com o propósito de atender às exigências sociais e econômicas da região. Para tanto, propõe um currículo marcado pela presença de conteúdos humanísticos e voltados à efetivação da cidadania, semblante de sua preocupação com a temática dos Direitos Humanos e Direito Constitucional. Nesse sentido, alinhado aos propósitos institucionais, o curso prima por uma formação humanista, que visa a garantir que categorias como respeito, diversidade, inclusão social, desigualdade, violência e sustentabilidade possam ter o mesmo tratamento que as categorias que formam a condição técnica dos/as acadêmicos/as.

Também, a estruturação curricular, constituída de matérias práticas e técnicas, permite ao/à aluno/a o contato com um variado conjunto de disciplinas de diferentes matizes formativas, que oportuniza o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias ao perfil pretendido do/a egresso/a. Dessa forma, o curso oportuniza a seu corpo discente o exercício de atividades práticas, como assistência judiciária e assessoria jurídica.

Cabe considerar também, para a concepção e oferta deste curso, o crescimento econômico da região nos últimos dez anos, bem como o aceleração do mercado, o que exige o aperfeiçoamento de profissionais para o mundo do trabalho. Tal fenômeno ocasionou a multiplicação das demandas por serviços, bem como a maximização do número de conflitos, não apenas na sociedade, mas também entre as organizações sociais e econômicas da região.

Sob essa ótica, a condição local e regional é também elemento justificador da proposta de oferta do curso.

6.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

O Estado do Rio Grande do Sul está localizado no centro do Mercosul; é fronteiro com o Uruguai e a Argentina, ficando próximo ao Paraguai e ao Chile, banhado pelo Oceano Atlântico e vizinho do estado de Santa Catarina. O Rio Grande do Sul manteve e mantém, historicamente, estreitos laços comerciais e sociais com

tais países. Já a cidade de Porto Alegre, capital do estado, possui cerca de 1,4 milhões de habitantes (IBGE, 2013), um Produto Interno Bruto superior a R\$ 32 bilhões (IBGE, 2011).

Frente a isso, a amplitude de relações regionais e internacionais acarreta grandes oportunidades nas variadas áreas do Direito, como tributária, empresarial, internacional (exemplo: resolução de conflitos no Mercosul), sobretudo em virtude do crescente grau de importância que as instituições do bloco econômico regional vêm ganhando. A atividade produtiva e a oferta de negócios tornam a cidade amplamente atrativa para empresas e parcerias. Com isso, a criação e consolidação de cursos jurídicos passam a ser demandas focais, em atenção às exigências decorrentes do crescimento econômico regional.

6.1.1 A Criação do Curso de Direito Frente às Exigências Regionais

Além das questões econômicas supracitadas, reitera-se, como justificativa da implementação do curso de Direito no Centro Universitário Metodista – IPA, as exigências político-sociais da região metropolitana de Porto Alegre. Embora apresente-se um quadro de crescimento econômico, em paralelo, configuram-se crescentes demandas sociais de uma população mais vulnerável. Compreende-se que o curso de Direito, conforme as diretrizes humanísticas desta instituição de ensino superior, atém-se a uma percepção moderna das relações sociais, em que tais demandas sejam enaltecidas nas variadas práticas de ensino, bem como nos conteúdos programáticos das diferenciadas disciplinas dos eixos curriculares de formação profissionalizante e também prático.

Assim, o curso elegeu dois objetivos que contemplam a filosofia inovadora, que perpassa o Projeto Pedagógico e que se expressa na matriz curricular. Esses objetivos são concebidos para atender, preponderantemente, a um ensino de qualidade e às demandas sociais e do mercado de trabalho da cidade de Porto Alegre, instrumentalizando uma formação técnico-jurídica, ética e humanística. Há, dessa forma, uma clara concepção de curso de Direito, cujas peculiaridades dizem respeito ao fato de estar voltado para a cidade que o abriga: Porto Alegre.

A comunidade na qual o curso se insere é uma sociedade que tem consciência de sua complexidade. Dito de outro modo, Porto Alegre é consciente de seus

paradoxos, e este curso de Direito, um ramo atuante do Centro Universitário Metodista – IPA, quer ser um instrumento ativo no resgate dos compromissos institucionais, buscando respostas positivas aos reclamos sociais, formulando projetos e produzindo conhecimento jurídico que busque evitar, ou diminuir, as frustrações ocasionadas pelo contingenciamento.

Os objetivos do Curso de Bacharelado em Direito são os que seguem.

7.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais aptos/as a interpretar e aplicar o Direito contemporâneo, a partir de uma percepção acerca da importância dos Direitos Humanos, da consolidação da Cidadania, consubstanciados no Direito Constitucional.

7.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

São objetivos específicos:

- a) proporcionar o desenvolvimento integral do indivíduo, a formar cidadãos/ãs aptos/as a atuar nas atividades relacionadas às diversas carreiras jurídicas;
- b) desenvolver perfis, habilidades e competências em consonância com a legislação vigente, que permitam desempenho de excelência profissional no exercício das carreiras jurídicas, em suas mais diversas formações, quer seja na atividade liberal (advocacia), carreiras públicas, administração pública, ensino ou pesquisa;
- c) implementar projeto inovador de formação técnico-jurídica, em perspectiva ética e humanista, através da articulação ensino, pesquisa e extensão, visando a atender demandas sociais da região metropolitana de Porto Alegre;
- d) contribuir para concretização e efetividade da norma constitucional;
- e) efetivar o Projeto Pedagógico no cotidiano do curso, a partir da adoção de uma proposta pedagógica crítica, em constante aperfeiçoamento e avaliação.

8 PERFIL DO/A EGRESSO/A

O título de Bacharel/a em Direito exige do/a estudante efetivo aproveitamento em todos os módulos do curso, quais sejam: fases formativa, tecnológica e prática, intercaladas com as atividades complementares e a realização, ao final do curso, do trabalho de conclusão com defesa perante banca examinadora.

Essa articulação entre ensino, pesquisa e extensão é que propiciará ao/à egresso/a do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA não só a qualificação dogmática necessária, mas condições de refletir sobre novos direitos que se expressam nas demandas sociais contemporâneas.

Assim, os/as egressos/as do curso estarão aptos/as a serem reconhecidos/as na sociedade em seus espaços de atuação como agentes comprometidos/as com princípios éticos, de responsabilidade social e promoção de políticas afirmativas de inclusão e redução das desigualdades locais e regionais.

Nesse sentido, o curso proporciona condições para que o/a acadêmico/a possa construir seu perfil com as seguintes características em sua futura vida profissional:

- a) permanente formação humanista, técnico-jurídica e prática, indispensável à adequada compreensão interdisciplinar do fenômeno jurídico e das transformações sociais;
- b) conduta ética associada à responsabilidade social e profissional;
- c) capacidade de apreensão, transmissão crítica e produção criativa do Direito a partir da constante pesquisa e investigação;
- d) capacidade para equacionar problemas e buscar soluções harmônicas com demandas individuais e sociais;
- e) capacidade de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos;
- f) capacidade de atuação individual, associada e coletiva no processo comunicativo próprio a seu exercício profissional;
- g) domínio da gênese, dos fundamentos, da evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente; e
- h) consciência dos problemas de seu tempo e espaço.

8.1 COMPETÊNCIAS:

Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, em especial as contidas no artigo 4º da Resolução CNE/CES nº 9/04, de 29 de setembro de 2004, em qualquer das atividades privativas do/a bacharel/a em Direito, o/a egresso/a do curso deverá estar apto/a a:

- a) ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- b) interpretar e aplicar o Direito;
- c) pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito;
- d) evidenciar adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- e) utilizar corretamente a terminologia jurídica e a da Ciência do Direito;
- f) utilizar-se de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- g) julgar e tomar decisões;
- h) dominar tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.

9 CURRÍCULO DO CURSO

A matriz curricular se articula em torno de elementos estruturais que afirmam a concepção humanista do curso, voltada para estudo de formas de exercício da garantia de acesso aos direitos fundamentais (articulação com o viés constitucional). Essa matriz, como reflexo da proposta pedagógica do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA, dá ênfase à tendência contemporânea de estudo do Direito a partir de um viés constitucional e humanista, o qual perpassa várias disciplinas, para além das disciplinas específicas de Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado e Direitos Humanos.

A sociedade vive uma constante tensão entre a “publicização do privado e a privatização do espaço público” (DALLARI, 2004), em que a necessidade de cumprimento, de observância do quanto dispõe a Constituição é fundamental. Tal concepção expressa-se através das várias disciplinas oferecidas na matriz curricular do curso, especialmente a partir do conteúdo de cada uma de suas ementas, que busca contemplar o viés dogmático de seu campo de estudo, seu enquadramento no sistema jurídico constitucional e sua relação com a realidade social em um viés ético-humanista.

A base curricular do curso de Direito, dessa forma, atende aos princípios de flexibilidade e interdisciplinaridade, decorrentes da concepção inovadora que se tem do ensino do Direito, consubstanciada na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O saber, que decorre dessa articulação, proporciona aos/às acadêmicos/as espaços críticos de construção do conhecimento, papel fundamental de uma instituição de ensino superior.

9.1 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A matriz curricular está formulada de acordo com a Resolução CNE/CES nº 9/04, e estabelece sua articulação em três eixos, quais sejam: inicial (bloco formativo ou de formação fundamental), intermediário (bloco informativo, técnico ou de formação profissional) e final (bloco de formação prática).

A interdisciplinaridade está presente não somente na base curricular, particularmente inserida no eixo de formação fundamental, mas no estímulo e na promoção de ações conjuntas com outros cursos e áreas.

Reitera-se, também, que no eixo final, as disciplinas de Laboratório Jurídico e de Estágio Obrigatório são ministradas a partir da metade do curso no Núcleo de Prática Jurídica do curso de Direito da instituição.

Considerando que as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Direito estabelecem que os referidos eixos devem ser observados, a estruturação de cada eixo segue abaixo.

9.1.1 Eixo Inicial (Bloco Formativo ou de Formação Fundamental)

Este eixo tem por objetivo integrar o/a estudante/a no campo do Direito, sob a perspectiva de seu objeto, apontando ainda para as relações do Direito com outras áreas do saber, pertinentes à compreensão de seu método e finalidades. Abrange, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 09/04, estudos que desenvolvam conteúdos essenciais sobre Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia.

Com efeito, o presente eixo é constituído pelos seguintes componentes curriculares:

I – EIXO INICIAL (Bloco Formativo ou de Formação Fundamental)

DISCIPLINA	CH
ANTROPOLOGIA*	40
ELETIVA	40
HERMENÊUTICA APLICADA AO DIREITO	40
ÉTICA	40
FILOSOFIA*	40
HISTÓRIA DO DIREITO	40
SOCIOLOGIA *	80
FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA DO DIREITO	40
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	40
PROJETO INTERDISCIPLINAR: CARREIRAS JURÍDICAS	40
PROJETO INTERDISCIPLINAR: DIREITO, LITERATURA E CINEMA	40
PROJETO INTERDISCIPLINAR: DIREITO E PSICOLOGIA	40
PROJETO DE PESQUISA	40
TEOLOGIA E CULTURA*	40
TOTAL	600

* Disciplinas vinculadas ao Núcleo de Humanísticas.

A opção pela inclusão dessas disciplinas decorre de entendimento acerca da necessidade de construção de uma base epistemológico/formativa que permita o enfrentamento das demais disciplinas do curso com um olhar de totalidade, i.e., de compreensão que os conteúdos mais diretamente ligados ao Direito propriamente devem ser observados a partir de uma análise antropológica, política, econômica, ética, filosófica e histórica.

Esta disposição busca contribuir com a consolidação da proposta do currículo, e formar cidadãos/cidadãs que, para além da formação técnico-jurídica, estejam aptos/as a se inserirem na ordem globalizada, com comportamento eticamente responsável e socialmente comprometido.

9.1.2 Eixo Intermediário (Bloco Informativo, Técnico ou de Formação Profissional)

Os conteúdos mínimos do eixo de formação profissional devem preparar o/a estudante para um saber diferenciado, conectado com as realidades profissionais exigidas pela sociedade. O Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA, além do enfoque dogmático, preocupa-se em preparar o/a discente para conhecer e aplicar o Direito, com rigorosidade técnico/metodológica e adequada interlocução com os conteúdos de formação fundamental.

Nesse sentido, o eixo de formação profissional a ser obrigatoriamente observado pelos cursos de Direito, na forma do inciso II do art. 5º da Resolução CNE nº 09/04 estipula os seguintes conteúdos programáticos: Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual.

Há que se referir ainda que os conteúdos dos eixos de formação fundamental e profissional podem estar desdobrados ou agrupados em uma ou mais disciplinas, na forma disposta no currículo de curso. A oferta das demais disciplinas obrigatórias, ou eletivas, ocupa parcela significativa da remanescente carga horária total do curso adotado.

Contudo, nesse Eixo afirma-se um dos diferenciais do curso, com inclusão, em regime obrigatório, de conteúdos programáticos/disciplinas que, além de possuir relevância, harmonizam-se com a complexidade das sociedades contemporâneas, tais como Teoria Geral do Estado, Direitos Humanos e Direito Previdenciário. Além de

acompanhar as constantes transformações sociais, se inserem como um diferencial do curso do Centro Universitário Metodista – IPA e reforçam a necessidade de interlocução entre os Eixos de Formação, na afirmação do viés constitucionalista e humanista do curso.

II – EIXO INTERMEDIÁRIO (BLOCO INFORMATIVO, TÉCNICO OU DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL)

DISCIPLINA	CH
TEORIA GERAL DO ESTADO	80
DIREITO CONSTITUCIONAL DA TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	80
DIREITO CONSTITUCIONAL DA FEDERAÇÃO E DOS PODERES	80
DIREITO CONSTITUCIONAL DA TRIBUTAÇÃO E DAS ORDENS ECONÔMICA E SOCIAL.	80
PROJETO INTERDISCIPLINAR: TEMAS ATUAIS DE DIREITO CIVIL	40
DIREITOS HUMANOS	40
DIREITO ADMINISTRATIVO: TEORIA GERAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO	80
DIREITO ADMINISTRATIVO: RESPONSABILIDADES ADMINISTRATIVAS	80
DIREITO TRIBUTÁRIO INSTRUMENTAL	80
DIREITO TRIBUTÁRIO APLICADO	80
DIREITO PENAL: INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL	80
DIREITO PENAL: TEORIA DO DELITO	80
DIREITO PENAL: TEORIAS DA PENA E CÁLCULO DA PENA	80
DIREITO PENAL: CRIMES EM ESPÉCIE	80
TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	80
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	80
DIREITO DOS CONTRATOS	80
DIREITO DAS COISAS	80
DIREITO DAS FAMÍLIAS	80
DIREITO DAS SUCESSÕES	80
TEORIA GERAL DO DIREITO DE EMPRESA E DIREITO SOCIETÁRIO	80
DIREITO CAMBIÁRIO E DIREITO CONCURSAL	80
DIREITO DO TRABALHO: CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO	80
DIREITO DO TRABALHO: DIREITO COLETIVO DO TRABALHO	80
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	80
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	40
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	40
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PARTE GERAL	80
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCESSO DE CONHECIMENTO NO PROCEDIMENTO COMUM	80
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: RECURSOS CÍVEIS	80
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCESSO DE EXECUÇÃO	80
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: PROCEDIMENTOS ESPECIAIS	80
TEORIA E FORMAS NO PROCESSO PENAL	80
RITOS E RECURSOS PROCESSUAIS PENAIS	80
PROJETO INTERDISCIPLINAR: TEMAS ATUAIS DE DIREITO PENAL	40
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40
TOTAL	2.640

9.1.3 Eixo Final (Bloco de Formação Prática)

O eixo de formação prática almeja integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais eixos, além da implementação, no âmbito da iniciação profissional, das atividades relacionadas ao Estágio Obrigatório, ao Trabalho de Conclusão de Curso e às Atividades Complementares.

O inciso III do art. 5º da Resolução CNE/CES nº 09/04 dispõe justamente sobre a necessidade dos cursos de Direito direcionarem ações para integração entre a prática e conteúdos teóricos desenvolvidos nos demais Eixos, especialmente nas atividades relacionadas com o Estágio Obrigatório, *in casu*, realizado no Núcleo de Prática Jurídica, Trabalho de Conclusão de Curso e Atividades Complementares.

E, ainda, na forma do art. 10 da Resolução CNE/CES nº 09/04, o Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA construiu o seu currículo observando a interdisciplinaridade e exigindo, como requisito para sua conclusão, a realização de artigo científico, como Trabalho de Conclusão de Curso, resultado do processo de orientação acadêmica, com defesa pública perante banca examinadora.

O presente curso, em harmonia e diálogo com os conteúdos presentes nos eixos de formação fundamental, profissional e prática, oferece formação diferenciada, em consonância com suas vocações próprias, quais sejam: estímulo à formação de atores sociais, capazes de dialogar com a sociedade e promoção de trocas de experiências necessárias e suficientes para tanto, sem que as mesmas confundam-se com habilitações específicas, uma vez que, a seu término, o/a formando/a deverá graduar-se como bacharel/a em Direito.

Nesse sentido, o rol de conteúdo/ disciplinas contidos nesse Eixo demonstra a preocupação do Projeto Pedagógico com a formação prática do alunado, preparando-o para o enfrentamento de situações reais de atendimento ao público, realização de audiências, confecção de peças processuais e interlocução com a sociedade como um todo.

III – EIXO FINAL (BLOCO DE FORMAÇÃO PRÁTICA)

A – ESTÁGIOS E LABORATÓRIOS	CH
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: DIREITO CIVIL	80
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: DIREITO PENAL	80
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: DIREITO DO TRABALHO	80
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: DIREITO TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO	80
LABORATÓRIO JURÍDICO: ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS CÍVEIS	40

LABORATÓRIO JURÍDICO: ELABORAÇÃO DE PEÇAS PROCESSUAIS NA ÁREA CRIMINAL	40
TOTAL	400
B – TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	CH
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	80
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	80
TOTAL	160
C – ATIVIDADES COMPLEMENTARES*	CH
TOTAL	200
TOTAL DO EIXO	760

TCC: Trabalho de Conclusão de Curso

9.1.4 Carga Horária Total

Composta pelo somatório da carga horária das disciplinas teóricas e práticas e atividades complementares.

IV – CARGA TOTAL DA GRADE CURRICULAR

EIXOS	CARGA HORÁRIA
INICIAL	600
INTERMEDIÁRIO	2.640
FINAL (A + B + C)	760
TOTAL GERAL	4.000

Nesse sentido, o currículo funda-se numa epistemologia compartilhada, na qual os três eixos preservam sua especificidade de forma dialógica. As formações: fundamental, prática e profissional convergem para um saber que articula o particular e a totalidade, a teoria e a prática.

Aqui, enfatiza-se o princípio da contextualidade como elemento dinamizador da articulação dos três eixos, como assevera Morin (2000). O conhecimento só pode ser compreendido no seu contexto, ou seja, está culturalmente inscrito na sociedade, mas só adquire sentido enquanto problematizador do campo cultural e de seus limites.

A complexidade social que caracteriza as sociedades no século XXI impõe a necessidade inescapável de um saber igualmente complexo, em que as diversas dimensões do conhecimento se manifestam.

A palavra “complexo” remete ao que é “tecido em conjunto”, a caracterizar uma dinâmica que somente um conhecimento contextualizado é capaz de prover. A teoria e prática, o profissional e cidadão, o individual e social articulam os três eixos, já mencionados, na estrutura curricular do curso.

Por fim, atendendo ao dispõem o Parecer CNE/CES nº 261/2006 e a Resolução CNE/CES nº 3/2007, quanto à *carga horária mínima dos cursos superiores mensurada em horas*, o trabalho acadêmico efetivo é registrado no Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA), ou sistema similar que porventura venha a ser implementado, especificando-se as:

- a) preleções e aulas expositivas presenciais, coordenadas e mediadas efetivamente pelo/a docente em sala de aula;
- b) atividades práticas supervisionadas (APS) e acompanhadas pelo/a professor/a, desenvolvidas externamente à sala de aula.

9.2 MATRIZ CURRICULAR

Resumo da CH da Matriz Curricular Verão

Resumo	CH
Carga Horária em Disciplinas Teóricas	3280
Carga Horária em Disciplinas Práticas	360
TCC	160
Atividades Complementares	200
Carga Horária Total do curso	4000

Estágio	320
---------	-----

Período	CARGA HORÁRIA				
	Teoria	Prática	TCC	Atividades Complementares	Total
1	400	0	0	0	400
2	400	0	0	0	400
3	400	0	0	0	400
4	400	0	0	0	400
5	380	20	0	0	400
6	320	80	0	0	400
7	380	20	0	0	400
8	320	80	0	0	400
9	240	80	80	0	400
10	40	80	80	200	400
	3280	360	160	200	4000

Resumo da CH da Matriz Curricular Inverno

Resumo	CH
Carga Horária em Disciplinas Teóricas	3280
Carga Horária em Disciplinas Práticas	360
TCC	160
Atividades Complementares	200
Carga Horária Total do curso	4000

Estágio	320
---------	-----

Período	Teoria	Prática	TCC	Atividades Complementares	Total
1	400	0	0	0	400
2	400	0	0	0	400
3	400	0	0	0	400
4	400	0	0	0	400
5	380	20	0	0	400
6	320	80	0	0	400
7	380	20	0	0	400
8	320	80	0	0	400
9	40	80	80	200	400
10	240	360	80	0	680
	3280	360	160	200	4000

ANO	Período	Atividades de Ensino - Aprendizagem	CARGA HORÁRIA				
			Teoria	Prática	TCC	Atividades Complementares	Total
1º ANO	1ª	Leitura e Produção de Texto	40				40
		História do Direito	40				40
		Teoria Geral do Direito Civil	80				80
		Fundamentos da Ciência do Direito	80				80
		Antropologia	40				40
		Teoria Geral do Estado	80				80
		Projeto Interdisciplinar: Carreiras Jurídicas	40				40
	Subtotal	400	0	0	0	400	
	2ª	Filosofia	40				40
		Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil	80				80
		Direito Penal: introdução ao Direito Penal	80				80
		Direitos Humanos	40				40
		Hermenêutica Aplicada ao Direito	40				40
		Direito Constitucional da Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	80				80
Projeto Interdisciplinar: Direito, Literatura e Cinema		40				40	
Subtotal	400	0	0	0	400		
2º ANO	3ª	Sociologia	40				40
		Ética	40				40
		Direito Constitucional da Federação e dos Poderes	80				80
		Direito dos Contratos	80				80
		Direito Penal: teoria do delito	80				80
		Direito Internacional Público	40				40
		Projeto Interdisciplinar: temas atuais de Direito Civil	40				40
	Subtotal	400	0	0	0	400	
	4ª	Teologia e Cultura	40				40
		Direito das Coisas	80				80
		Direito Penal: teorias da pena e cálculo da pena	80				80
		Direito Processual Civil: parte geral	80				80
		Direito Constitucional da tributação e das Ordens Econômica e Social	80				80
		Projeto Interdisciplinar: Temas Atuais de Direito Penal	40				40
Subtotal		400	0	0	0	400	
3º ANO	5ª	Direito das Famílias	80				80
		Direito Penal: crimes em espécie	80				80
		Direito Processual Civil: processo de conhecimento no procedimento comum	80				80
		Laboratório Jurídico: elaboração de peças processuais cíveis	20	20			40
		Direito do Trabalho: contrato individual de trabalho	80				80
		Projeto Interdisciplinar: Direito e Psicologia	40				40
		Subtotal	380	20	0	0	400
	6ª	Direito das Sucessões	80				80
		Direito do Trabalho: direito coletivo do trabalho	80				80
		Direito Processual Civil: recursos cíveis	80				80
		Formas procedimentais no direito processual penal	80				80
		Estágio Obrigatório: Direito Civil		80			80
		Subtotal	320	80	0	0	400
		4º ANO	7ª	Direito administrativo: teoria geral do direito administrativo	80		
Direito Processual do Trabalho	80						80
Direito Processual Civil: processo de execução	80						80
Ritos e Recursos processuais penais	80						80
Direito Internacional Privado	40						40
Laboratório Jurídico: elaboração de peças processuais na área criminal	20			20			40
Subtotal	380			20	0	0	400
8ª	Direito Administrativo: responsabilidades administrativas		80				80
	Direito Processual Civil: procedimentos especiais		80				80
	Teoria Geral do Direito de Empresa e do Direito Societário		80				80
	Direitos Tributário Instrumental		80				80
	Estágio Obrigatório: Direito Penal			80			80
	Subtotal		320	80	0	0	400
	9ª		Eletiva	40			
Direito Cambiário e Direito Concursal		80				80	
Direito Tributário Aplicado		80				80	
Projeto de Pesquisa		40				40	
Trabalho de Conclusão de Curso I				80		80	
Estágio Obrigatório: Direito do Trabalho			80			80	
Subtotal		240	80	80	0	400	
10ª		Direito Previdenciário	40				40
		Trabalho de Conclusão de Curso II			80		80
		Estágio Obrigatório: Direito Tributário e Previdenciário		80			80
	Atividades Complementares				200	200	
Subtotal	40	80	80	200	400		
Total Geral			3280	360	160	200	4000

Instituição:	IPA
Curriculo:	INVERNO
Curso:	DIREITO

ANO	Período	Atividades de Ensino - Aprendizagem	CARGA HORÁRIA				Total	
			Teoria	Prática	TCC	Atividades Complementares		
1º ANO	1º	Filosofia	40				40	
		Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil	80				80	
		Direito Penal: introdução ao Direito Penal	80				80	
		Direitos Humanos	40				40	
		Hermenêutica Aplicada ao Direito	40				40	
		Direito Constitucional da Teoria da Constituição e Direitos Fundamentais	80				80	
		Projeto Interdisciplinar: Direito, Literatura e Cinema	40				40	
	Subtotal	400	0	0	0	400		
	2º	Leitura e Produção de Texto	40				40	
		História do Direito	40				40	
		Teoria Geral do Direito Civil	80				80	
		Fundamentos da Ciência do Direito	80				80	
		Antropologia	40				40	
		Teoria Geral do Estado	80				80	
Projeto Interdisciplinar: Carreiras Jurídicas		40				40		
Subtotal	400	0	0	0	400			
2º ANO	3º	Teologia e Cultura	40				40	
		Direito das Coisas	80				80	
		Direito Penal: teorias da pena e cálculo de pena	80				80	
		Direito Processual Civil: parte geral	80				80	
		Direito Constitucional da tributação e das Ordens Econômica e Social	80				80	
		Projeto Interdisciplinar: Temas Atuais de Direito Penal	40				40	
		Subtotal	400	0	0	0	400	
	4º	Sociologia	40				40	
		Ética	40				40	
		Direito Constitucional da Federação e dos Poderes	80				80	
		Direito dos Contratos	80				80	
		Direito Penal: teoria do delito	80				80	
		Direito Internacional Público	40				40	
		Projeto Interdisciplinar: Temas atuais de Direito Civil	40				40	
Subtotal	400	0	0	0	400			
3º ANO	5º	Direito das Sucessões	80				80	
		Direito do Trabalho: direito coletivo do trabalho	80				80	
		Direito Processual Civil: recursos cíveis	80				80	
		Laboratório Jurídico: elaboração de peças processuais cíveis	20	20			40	
		Teoria e Formas no Processo Penal	80				80	
		Projeto Interdisciplinar: Direito e Psicologia	40				40	
		Subtotal	380	20	0	0	400	
	6º	Direito das Famílias	80				80	
		Direito Penal: crimes em espécie	80				80	
		Direito Processual Civil: processo de conhecimento no procedimento comum	80				80	
		Direito do Trabalho: contrato individual do trabalho	80				80	
		Estágio Obrigatório: Direito Cível		80			80	
		Subtotal	320	80	0	0	400	
		4º ANO	7º	Direito Administrativo: responsabilidades administrativas	80			
Direito Processual Civil: procedimentos especiais	80						80	
Teoria Geral do Direito de Empresa e do Direito Societário	80						80	
Direito Tributário Instrumental	80						80	
Direito Internacional Privado	40						40	
Laboratório Jurídico: elaboração de peças processuais na área criminal	20			20			40	
Subtotal	380			20	0	0	400	
8º	Direito administrativo: teoria geral do direito administrativo		80				80	
	Direito Processual do Trabalho		80				80	
	Direito Processual Civil: processo de execução		80				80	
	Ritos e recursos processuais penais		80				80	
	Estágio Obrigatório: Direito Penal			80			80	
	Subtotal		320	80	0	0	400	
	9º		9º	Projeto de Pesquisa	40			
Atividades Complementares						200	200	
Estágio Obrigatório: Direito do Trabalho				80			80	
Trabalho de Conclusão de Curso I					80		80	
Subtotal		40	80	80	200	400		
10º		Eletiva	40				40	
		Direito Previdenciário	40				40	
		Direito cambial e Direito concursal	80				80	
		Direito tributário aplicado	80				80	
		Estágio Obrigatório: Direito Tributário e Previdenciário		80			80	
		Trabalho de Conclusão de Curso II			80		80	
Subtotal		240	80	80	0	400		
		Total Geral	3280	360	160	200	4000	

As disciplinas eletivas são comuns as duas matrizes.

DISCIPLINAS ELETIVAS			CH
Administração	Empreendedorismo		40
Direito	Direito da Criança e do Adolescente		40
Engenharia Produção	Economia		40
Turismo	Língua Inglesa I		40
Pedagogia	Libras		40
Direito	Direito do Consumidor		40
Direito	Criminologia		40
Direito	Métodos Adequados de Solução de Conflitos		40
Direito	Direito Ambiental	Institucional	40
Publicidade Propaganda	Seminário: Comunicação e Direitos Humanos	Institucional	40
Serviço Social	Educação para Relações Étnico Raciais	Institucional	40

9.3 ORGANIZAÇÃO DAS DISCIPLINAS POR ÁREA DE CONHECIMENTO

A seguir, apresentam-se as disciplinas organizadas por área de conhecimento. Tal organização curricular, como pode ser observada, conta com maior ênfase na área do Direito, no entanto, é complementada por várias disciplinas notadamente de outras áreas das ciências sociais, as quais buscam efetivar uma perspectiva interdisciplinar na formação dos/as discentes, e viabilizar a reflexão crítica sobre a realidade social e jurídica.

ÁREA	DISCIPLINA/ CARGA HORÁRIA
HUMANIDADES	Antropologia (40h) Teologia e Cultura (40h)
POLÍTICA	Teoria Geral do Estado (80h)
SOCIOLOGIA	Sociologia (40h)
FILOSOFIA	Ética (40h) Filosofia (40h)
HISTÓRIA	História do Direito (40h)
LETRAS	Leitura e Produção de Texto (40h)
METODOLOGIA CIENTÍFICA	Projeto de Pesquisa (40h)
DIREITO	Teoria Geral do Direito Civil (80h) Fundamentos da Ciência do Direito (80h) Projeto Interdisciplinar: Carreiras Jurídicas (40h) Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil (80h) Direito Penal: introdução ao Direito Penal (80h) Direitos Humanos (40h) Hermenêutica Aplicada ao Direito (40h) Projeto Interdisciplinar: Direito, Literatura e Cinema (40h) Direito Constitucional da federação e dos poderes (80h) Direito constitucional da teoria da constituição e direitos fundamentais (80h) Direito dos Contratos (80h) Direito Penal: teoria do delito (80h)

	<p>Direito Internacional Público (40h) Projeto Interdisciplinar: temas atuais de Direito Civil (40h) Direito das Coisas (80h) Direito Penal: teorias da pena e cálculo da pena (80h) Direito Processual Civil: parte geral (80h) Direito Constitucional da tributação e das ordens econômica e social Projeto Interdisciplinar: Temas Atuais de Direito Penal (40h) Direito das Famílias (80h) Direito Penal: crimes em espécie (80h) Direito Processual Civil: processo de conhecimento no procedimento comum (80h) Laboratório Jurídico: elaboração de peças processuais cíveis (40h) Direito do Trabalho: contrato individual de trabalho (80h) Projeto Interdisciplinar: Direito e Psicologia (40h) Direito das Sucessões (80h) Direito do Trabalho: direito coletivo do trabalho (80h) Direito Processual Civil: recursos cíveis (80h) Teoria e formas no processo penal (80h) Estágio Obrigatório: Direito Civil (80h) Direito Administrativo: teoria geral do direito administrativo (80h) Direito Processual do Trabalho (80h) Direito Processual Civil: processo de execução (80h) Ritos e recursos processuais penais (80h) Direito Internacional Privado (40h) Laboratório Jurídico: elaboração de peças processuais na área criminal (40h) Direito Administrativo: responsabilidades administrativas (80h) Direito Processual Civil: procedimentos especiais (80h) Teoria geral do direito de empresa e direito societário (80h) Direito Tributário Instrumental (80h) Estágio Obrigatório: Direito Penal (80h) Direito Cambiário e Direito Concursal (80h) Direito Tributário Aplicado (80h) Trabalho de Conclusão de Curso I (80h) Estágio Obrigatório: Direito do Trabalho (80h) Trabalho de Conclusão de Curso II (80h) Direito Previdenciário (40h) Optativa/Eletiva (40h) Estágio Obrigatório: Direito Tributário e Previdenciário (80h)</p>
--	--

9.4 ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

O Estágio Obrigatório está estabelecido para os dois últimos anos e meio do curso, por meio de quatro sucessivos estágios obrigatórios previstos na matriz curricular, a saber: o estágio obrigatório supervisionado na área do Direito Civil; o estágio obrigatório supervisionado na área do Direito Penal; o Estágio obrigatório supervisionado na área do Direito do Trabalho; e o estágio obrigatório supervisionado na área do Direito Público. Compreendem atividades dos estágios obrigatórios práticas jurídicas reais mediante a prestação de assistência jurídica a pessoas hipossuficientes; atividades de mediação, conciliação, arbitragem e negociação; visitas orientadas a órgãos do Poder Judiciário, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, à Ordem dos Advogados do Brasil e a órgãos de execução vinculados à

Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul; e o acompanhamento de audiências e de sessões de julgamento em fóruns e tribunais da Justiça Comum e da Justiça Especializada.

Em uma perspectiva interdisciplinar, os estágios obrigatórios buscam refletir no espaço acadêmico discussões que estão em pauta no contexto da comunidade, especialmente sobre temas como Direitos Humanos, movimentos sociais, realidade social, repressão e violência, transformações do mundo do trabalho e participação política e comunitária. Promovem a participação dos/as alunos/as, de forma protagonista, junto à comunidade em que atuarão como operadores/as jurídicos/as, intervindo nessa mesma realidade social e contribuindo com o instrumental produzido no espaço acadêmico. As atividades reais e diversificadas do estágio visam consolidar as práticas político-pedagógicas propostas neste Projeto Pedagógico, de modo a integrar nas ações práticas os Eixos de Formação. Os critérios que regem a avaliação estão descritos no Regulamento do Estágio Obrigatório, elaborado e aprovado pelo Colegiado de Curso, dentre eles: os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo/a acadêmico/a na realização das práticas jurídicas, bem como a ética, a seriedade, a postura, a dedicação, o empenho, a responsabilidade e a sensibilidade no trato da comunidade. Essa avaliação, com atribuição de nota na forma do Regimento Institucional, é realizada por docentes supervisores/as do estágio, não havendo possibilidade de prova de substituição ou recuperação. A reprovação implica repetição do Estágio em período letivo regular.

9.5 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório e está distribuído nos 9º e 10º períodos/semestres, nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, com carga horária de 80 horas cada. No Trabalho de Conclusão de Curso I, o/a aluno/a elabora um projeto de pesquisa sobre tema vinculados às linhas de pesquisa do curso. No Trabalho de Conclusão II, é aplicada a pesquisa, com a elaboração de artigo científico.

Os procedimentos para a realização do TCC estão devidamente dispostos em regulamentação própria, e estruturam-se, em linhas gerais, da seguinte forma:

- a) um/a professor/a supervisora/a geral é nomeado/a pela Coordenação de Curso para desenvolver tal atividade;
- b) os/as aluno/as devem se matricular, respectivamente, nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso I e II. Exceções podem ser examinadas e autorizadas se os/as alunos/as já tiverem concluído 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral do curso;
- c) a orientação técnica e teórica para a elaboração dos projetos de pesquisa e dos artigos científicos são realizadas por docente do próprio curso;
- d) para a aprovação na disciplina de Trabalho de Conclusão I, o/a aluno/a deve apresentar, ao final do semestre letivo, um projeto de pesquisa, o qual será submetido à aprovação, de acordo com as normas estabelecidas no Regulamento de Trabalho de Conclusão de Curso;
- e) estando aprovado/a em Trabalho de Conclusão I, o/a aluno/a pode se matricular em Trabalho de Conclusão II, disciplina em que desenvolve a redação do artigo científico, sendo o trabalho submetido à banca examinadora ao final do período/semestre letivo;
- f) as bancas são organizadas pelo/a supervisora /a de TCC e são compostas pelo/a próprio/a orientador/a, que será o/a presidente/a, e mais dois/duas professores/as com titulação mínima de mestre;
- g) o/a aluno/a deve depositar antecipadamente três cópias do artigo científico, no prazo regimental e/ou acessoriamente no prazo determinado pela Coordenação de Curso. Após a defesa, e feitas correções indicadas pela banca, o/a aluno entregará, no prazo estabelecido em ata da banca de avaliação ou pela Supervisor/a de Trabalho de Conclusão de Curso, versão final, aprovada pela banca em meio eletrônico, devidamente gravada em CD, para disponibilização na biblioteca da Instituição;
- h) para aprovação, o/a aluno/a deve alcançar o grau mínimo de sete (7,0), a avaliar-se o trabalho escrito e a defesa perante a banca examinadora.

Referente às situações que envolvam plágio e outras fraudes, essas serão analisadas conforme o Regimento Disciplinar do Centro Universitário Metodista – IPA.

9.6 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares (AC) permitem ao/à acadêmico/a flexibilizar a sua formação profissional e definir a complementação do seu currículo de acordo com seus interesses, buscando desenvolver as competências, por meio de atividades variadas em diferentes áreas do conhecimento. Elas são parte integrante do currículo do curso de Direito, atendendo ao disposto nas Diretrizes Curriculares. No curso de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA, as atividades complementares são regidas por regulamento próprio aprovado pelo Colegiado do Curso e devem totalizar 200 horas, tornando-se parte da carga horária obrigatória total prevista para o curso. As atividades complementares deverão ser comprovadas com certificados originais, e são compostas por atividades descritas no anexo I deste documento.

Os cursos livres poderão ser utilizados como horas para as atividades complementares. Esses cursos são oferecidos pela IES e abordam assuntos diversos que visam aprimorar a formação geral do aluno.

Pretendem propiciar ao/à aluno/a, também, a oportunidade de realizar, em complementação ao currículo pleno, uma trajetória autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo curso, em atividades de ensino, pesquisa e extensão.

As atividades incluem projetos de pesquisa, monitoria, iniciação científica, projetos de extensão e inserção social, módulos temáticos (com ou sem avaliação), seminários, simpósios, congressos, conferências, além de disciplinas oferecidas por outras unidades de ensino e não previstas no currículo pleno do curso jurídico, dentre outros.

Também poderão ser computadas como atividades complementares disciplinas eletivas do Curso de Direito cursadas pelos discentes, no máximo de três disciplinas (120h), não computada aqui a disciplina eletiva obrigatória, prevista na matriz curricular.

9.7 DISCIPLINAS ELETIVAS

As disciplinas eletivas constituem-se em disciplinas que o/a discente poderá optar entre aquelas oferecidas pelo curso de Direito, para além daquelas constantes como obrigatórias na matriz curricular. Configuradas como elementos que compõem

o currículo e o percurso formativo do/a discente, a oferta de tais disciplinas é condicionada ao planejamento semestral da Instituição e à necessidade do curso. Tais disciplinas reafirmam o compromisso institucional com a flexibilização do currículo, possibilitando aos/às discentes uma margem de deliberação e decisão sobre a sua própria formação.

Em atendimento ao disposto pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098/2000, assim como em sintonia com a missão e os princípios da educação metodista, baseados na inclusão social e no respeito às diferenças, os cursos que constituem o Centro Universitário Metodista – IPA prevê também a oferta das seguintes disciplinas como: Direito Ambiental, Seminário: Comunicação e Direitos Humanos, Educação para Relações Étnico-Raciais e LIBRAS.

Torna-se importante que, na sua formação, o/a estudante tenha a oportunidade de conhecer, discutir e refletir sobre eixos transversais fundamentais para a construção de sociedades justas e igualitárias. Tais disciplinas reforçam a vocação do curso na busca pelo desenvolvimento integral do ser humano e do/a cidadão/ã, mediante um processo educacional e acadêmico de caráter emancipatório.

A escolha pela realização das disciplinas eletivas não importará dispensa de Atividades Complementares, assim como de qualquer outro elemento ou disciplina obrigatória constante na matriz curricular do curso. Abaixo, segue o rol das disciplinas eletivas recomendadas pelo Curso de Direito:

DISCIPLINAS ELETIVAS			CH
Administração	Empreendedorismo		40
Direito	Direito da Criança e do Adolescente		40
Engenharia de Produção	Economia		40
Turismo	Língua Inglesa I		40
Pedagogia	Libras		40
Direito	Direito do Consumidor		40
Direito	Criminologia		40
Direito	Métodos Adequados de Solução de Conflitos		40
Direito	Direito Ambiental	Institucional	40
Publicidade Propaganda	Seminário: Comunicação e Direitos Humanos	Institucional	40
Serviço Social	Educação para Relações Étnico Raciais	Institucional	40

9.8 DISCIPLINAS COMUNS

Além das disciplinas humanístico-sociais, algumas disciplinas da área básica, como da saúde, das exatas e sociais são compartilhadas com outros cursos da Instituição, possibilitando a interlocução entre áreas do conhecimento interdisciplinar, permitindo que os/as discentes tenham a vivência com outras formações profissionais, trabalhando já com a ideia de formação de equipes multidisciplinares.

As disciplinas comuns a outros cursos, que fazem parte da matriz curricular do curso de Direito, são oferecidas pelo Núcleo de Humanísticas existente no Centro Universitário Metodista – IPA, a saber: Antropologia, Teologia e Cultura, Filosofia e Sociologia.

9.9 DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS

Pautado nas normativas vigentes, o Centro Universitário Metodista – IPA oferta disciplinas semipresenciais em até 20% do currículo regular de cada curso. As disciplinas de formação humanístico-sociais, transversais a todos os cursos de graduação, compõem o primeiro rol de disciplinas semipresenciais. A interação e a inter-relação de diferentes alunos/as de diferentes cursos, somado a possibilidade de flexibilização do tempo e a consequente autonomia que isso implica, são o mote para a manutenção e a existência dessas disciplinas em formato semipresencial.

Outras disciplinas do currículo acederão a modalidade semipresencial mediante fluxo específico que implica, entre outras instâncias, a análise do PPC e o deferimento do colegiado de cada curso. No curso de Direito, as disciplinas semipresenciais são Antropologia, Teologia e Cultura, Filosofia e Sociologia.

9.10 FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR

A flexibilização do currículo é característica do projeto que busca responder às demandas sociais contemporâneas, possibilitando a eliminação da rigidez estrutural do curso, facultando ao/à acadêmico/a a valorização de formação e de estudos anteriores ao ingresso no curso, bem como a validação de atividades realizadas fora dos muros da instituição.

A flexibilização entre os cursos ocorre pela oferta de disciplinas comuns, planejadas coletivamente em colegiado, a fim de implementar a integração de temas e desencadear ações pedagógicas ao longo do curso que permitam a interface entre os cursos e o ensino, a pesquisa e a extensão.

Entre as atividades culturais e científicas previstas no calendário e que contribuem para a flexibilidade curricular tem-se a Semana Acadêmica com a participação efetiva dos/as estudantes, pois sua produção, planejamento e organização partem de pauta discente, contando com o apoio institucional, via colegiado e da comunidade externa.

Como exemplos de flexibilização curricular, destaca-se a inclusão:

- a) das disciplinas eletivas : em que o/a discente poderá optar dentre o rol das disciplinas indicadas no PPC.
- b) dos projetos interdisciplinares: que reafirmam a opção do curso e o compromisso institucional com a flexibilização do currículo, possibilitando aos/às discentes uma margem de deliberação e decisão na construção da sua própria formação acadêmica, com vistas ao desenvolvimento das competências necessárias ao perfil do egresso/a proposto.
- c) das atividades e projetos de extensão ligadas ao "Programa de Extensão Educação, Trabalho e Direitos Humanos", do Centro Universitário Metodista – IPA, junto ao qual se desenvolvem permanentemente projetos de extensão e ação comunitária ligados ao curso de Direito, destacando-se os atuais Projetos de Extensão, iniciados em março de 2017: (a) Projeto "O Direito dos Animais"; (b) Projeto "Observatório de Juventudes"; e (c) Projeto "Time de Arbitragem NPJ/IPA".
- d) das atividades complementares: que evidenciam a proposição de flexibilização da organização do currículo do curso de Direito, exigindo 200 horas como carga horária curricular.
- e) das atividades do núcleo de relações internacionais.

Núcleo de Relações Internacionais

O Núcleo de Relações Internacionais do Centro Universitário Metodista – IPA possui como missão a promoção da internacionalização na IES, a qual é realizada

através dos seguintes meios: mobilidade acadêmica com recepção de alunos estrangeiros para cursarem períodos/semestres letivos no IPA; recepção de professores estrangeiros para ministrarem palestras e aulas; elaboração de convênios para que alunos do IPA sejam recepcionados em instituições estrangeiras para cursarem períodos/semestres letivos no exterior; acompanhamento e apoio aos professores que organizam missões acadêmicas no exterior, levando alunos do IPA ao exterior para realizarem visitas de campo e cursos de extensão durante o período/semestre letivo; organização de eventos no IPA com a presença de palestrantes e convidados estrangeiros; organização e oferta de disciplinas da graduação em inglês e oferta de cursos de inglês para professores e funcionários.

A filosofia institucional do Centro Universitário Metodista – IPA entende que a *práxis* educacional deva ser orientada para os seguintes princípios: a pessoa como centro do processo educacional; a confessionalidade; fundamentação ética; consciência crítico-cidadã; foco permanente na educação; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; fortalecimento da identidade institucional: pedagógica, científica, cultural, comunitária e confessional; autonomia para a *práxis* universitária; visão interdisciplinar; formação profissional mais bem qualificada; prestação de serviços comunitários; identidade com o povo brasileiro e gaúcho; solidariedade internacional; e desenvolvimento sustentável.

Esses princípios apontam para a priorização de uma racionalidade moral-prática e estético-expressiva sobre a racionalidade cognitivo-instrumental, ou seja, a humanidade e as ciências devem contribuir com a produção e distribuição dos saberes universitários.

É nesse sentido que os procedimentos de exclusão, de preconceitos, de violências físicas e mentais e, no caso da universidade, do silêncio, da censura e da interdição são repudiados, material e simbolicamente, em uma vontade expressa de igualdade e justiça social.

A criação de um núcleo de disciplinas humanístico-sociais fomenta, motiva e estimula a interdisciplinaridade de conhecimentos, além dos limites postos pelo cotidiano, reflexão sobre situações costumeiras, vislumbrando outras formas de abarcarmos a diferença e a alteridade. A partir da perspectiva de que o que temos em comum – a nossa ancestralidade antropológica, nossa origem humana, o fato de sermos seres humanos – é o que nos impele a nos diferenciarmos, a produzir culturas e visões de mundo variadas. Assim, é dessa forma que as ementas e bibliografias das disciplinas de formação comum a todo corpo discente do Centro Universitário Metodista – IPA se instituem. As disciplinas humanístico-sociais cumprem um papel de facilitadoras de uma formação cidadã. Através dessas, busca-se propiciar um ensino integrador, reflexivo-crítico e interdisciplinar ao relacionar a Instituição universitária com o mundo real, objetivando uma dimensão crítico-histórica de análise da realidade. Com as disciplinas humanístico-sociais, a Instituição busca propiciar uma capacitação tecnológica com perspectiva humanística. Qualifica-se a formação

especializada com os aspectos confessionais e com a concepção da pessoa cidadã, com respeito e senso crítico.

A democratização interna do Centro Universitário Metodista – IPA não se restringe aos/às seus/suas funcionários/as, professores/as e alunos/as, mas inclui o *locus* em que o mesmo se situa, a sociedade da qual se origina, abarcando os diferentes e variados segmentos sociais em uma proposta de alteridade integral para diferentes saberes, cores e credos. O pensamento moderno deve refletir diante das solicitações da sociedade complexa de pensar o impensado, de ir além dos limites propostos e vislumbrar novos horizontes. Assim, o núcleo das disciplinas humanístico-sociais pretende dinamizar os espaços de interlocução na comunidade, com os movimentos sociais, com as associações de bairro, com as minorias raciais, étnicas, religiosas, com os diferentes segmentos da sociedade civil através de uma dinamicidade temática semestral e reordenamento permanente de seus planos de ensino a responder efetivamente às agendas postas pela sociedade.

A opção pelas mesmas decorre do entendimento da necessidade de estímulo de ações/atividades/práticas inter/transdisciplinares e também da observância dos ditames da legislação educacional. As disciplinas de formação humanística têm papel integrador na matriz curricular do curso e pretendem contribuir com a formação individual no contexto da filosofia institucional.

11 EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

As disciplinas do Curso de Direito estão distribuídas em 10 períodos/semestres, mantendo aproximadamente 400 horas semestrais. No anexo II estão apresentadas as disciplinas que compõe a matriz curricular do curso com sua ementa, carga horária e bibliografia.

11.1 PROPOSTA DE ADEQUAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DAS EMENTAS E PROGRAMAS DAS DISCIPLINAS

A adequação e a atualização das ementas, bem como das referências bibliográficas, poderão se realizar semestralmente, através de encontros do colegiado do curso, nos quais se procederá a consulta direta em relação à atualização. Essas serão encaminhadas pelo/a coordenador/a do curso, quando houver necessidade.

12 MODALIDADE DE ATIVIDADES CURRICULARES

Constituem-se modalidades de atividades curriculares que, embora não previstas expressamente na matriz curricular do curso, podem integrar o percurso formativo dos/as discentes do curso, sendo aproveitadas como Atividades Complementares.

12.1 EXERCÍCIO DE MONITORIA

O/A acadêmico/a de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA poderá exercitar os conhecimentos adquiridos no decorrer de sua formação acadêmica compartilhando-os com colegas por meio de atividades de monitoria. Para tanto, poderá participar de processo seletivo para monitor/a de disciplinas do curso, divulgado por edital de abertura de seleção no portal institucional. Para cada disciplina, são exigidos pré-requisitos específicos essenciais para o desempenho qualificado do/a acadêmico/a na atividade, estabelecidos pelo/a docente responsável. Dentre os critérios seletivos estabelecidos, além do domínio teórico-prático, o/a acadêmico/a deverá ter disponibilidade de oito a dez horas semanais para se dedicar à monitoria.

São responsabilidades do/a monitor/a, conforme as diretrizes para atividade de Monitoria:

- a) prestar total esclarecimento aos/às colegas que buscam sanar suas necessidades frente à disciplina;
- b) instigar o saber da disciplina escolhida a fim de acrescentar ao/à colega mais conhecimento;
- c) preencher uma folha de sua presença e relatar por tópicos os assuntos estudados com seus/suas colegas, repassando ao/à professor/a as principais demandas solicitadas na monitoria, conforme Diretrizes das Atividades de Monitoria;
- d) zelar pelo laboratório e/ou ambulatório, repassando as necessidades do mesmo e/ou perda de algum material, sendo o/a responsável pelo mesmo enquanto estiver no local.

12.2 INICIAÇÃO CIENTÍFICA

O programa de iniciação científica está voltado ao/a acadêmico/a dos cursos de graduação do Centro Universitário Metodista – IPA. Esse programa envolve modalidades de Bolsas de Iniciação Científica.

Durante a formação do/a acadêmico/a, o incentivo à pesquisa é estimulado desde os períodos/semestres iniciais, em sala de aula, e essa ação concretiza-se por meio da sua vinculação a um Projeto de Pesquisa aprovado pelo CONSUNI. Sendo assim, é interesse do Curso de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA estimular a formação de futuros/as pesquisadores/as, tendo como eixo norteador as linhas de pesquisa institucionais, com o intuito de:

- a) permitir ao/à docente a busca de maior envolvimento com os/as acadêmicos/as no sentido de ampliar os focos de aprendizagem;
- b) estimular os/as acadêmicos/as à vocação científica de desenvolvimento de conhecimento;
- c) contribuir para a formação de pesquisadores/as com visão global, mas com enfoque regional de sua área de atuação;
- d) qualificar o corpo docente para os programas de pós-graduação.

Assim, baseado no Programa de Apoio à Iniciação Científica do Centro Universitário, busca-se envolver o/a acadêmico/a de graduação em projetos de pesquisa na modalidade voluntariado para que possa participar dessa atividade.

Nessa perspectiva, o Curso de Bacharelado em Direito é parte integrante do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário por meio das três modalidades de bolsas institucionais: Programa Bolsa Interna de Iniciação Científica (PIBIC-IPA), o Programa PIBIC-CNPq e o Programa PROBIC-FAPERGS

Dentre as atividades do/a acadêmico/a pesquisador/a de iniciação científica, em qualquer das modalidades, destacam-se:

- a) participação em vivências que envolvam as etapas de elaboração e desenvolvimento do Projeto de Pesquisa;
- b) reunião e/ou pesquisas bibliográficas pertinentes ao Projeto de Pesquisa;
- c) participação em trabalhos experimentais, desenvolvimento de metodologias de pesquisa, testagem de hipóteses, de técnicas, comparação de resultados e elaboração de conclusões da pesquisa;

- d) participação em outras atividades pertinentes ao projeto;
- e) elaboração de relatórios mensais de atividades que devem ser encaminhados ao/à docente orientador/a.

As regras para concessão de bolsa preveem que a solicitação da mesma deve ser feita no Formulário de Inscrição no Programa, integralmente preenchido. Todas as informações são publicadas por meio de Edital na página principal da Instituição.

São requisitos para ingresso nos programas:

- a) ser acadêmico/a regularmente matriculado/a em curso de graduação e apresentar excelente desempenho acadêmico expresso no histórico escolar, com aprovação em todas as disciplinas. Nos casos de acadêmicos/as com reprovação em alguma disciplina, admite-se a flexibilização, desde que não haja outro/a candidato/a com o referido requisito e desde que justificada pelo/a docente orientador/a;
- b) que o/a acadêmico/a tenha disponibilidade entre 10 a 20 horas semanais de dedicação às atividades de iniciação científica;
- c) ser selecionado/a por edital público;
- d) apresentar Relatório de Atividades a cada três (03) meses e ao final do período de atividade de iniciação científica;
- e) nas publicações e trabalhos apresentados, fazer referência à sua condição de bolsista do Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário;
- f) estar recebendo apenas essa modalidade de bolsa por atividade acadêmica;
- g) devolver ao programa, em valores atualizados, a(s) mensalidade(s) recebida(s) indevidamente, caso os requisitos e compromissos estabelecidos nesse item não sejam cumpridos.

A seleção do/a acadêmico/a para o Programa de Iniciação Científica se dá através de edital público. Todas as normas e regulamentos complementares referentes ao Programa de Iniciação Científica (tais como modelo de relatórios, de apresentação de trabalhos, dentre outros), foram definidos pela coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu e aprovados pelo CONSUNI.

12.3 APOIO EXTENSIONISTA

A Coordenadoria de Extensão e Ação Comunitária tem como objetivos a consolidação das relações entre o Centro Universitário Metodista – IPA e a sociedade, a promoção de espaços para a aprendizagem prática dos discentes, o contato com a realidade socioeconômica nacional, o fomento ao bem-estar físico, psicológico e socioeconômico da população, o desenvolvimento de competências e habilidades por parte dos discentes nas suas áreas de conhecimento, a promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Os objetivos mencionados acima são trabalhados na perspectiva da efetivação do compromisso social baseado nos princípios da educação metodista, destacando-se a produção e socialização do conhecimento tendo em vista uma intervenção social reflexiva, crítica e emancipatória.

É um espaço de atuação acadêmica em que se desenvolve a interação e cooperação entre a comunidade universitária e a sociedade, atendendo as demandas dos Cursos nos diferentes contextos sociais, na perspectiva de consolidar os propósitos de responsabilidade social da Instituição.

Para alcançar os objetivos institucionais, a Coordenadoria de Extensão e Ação Comunitária é composta por um conjunto de Programas e seus respectivos Projetos de Extensão. Os programas e projetos contam com dois professores responsáveis pela sua coordenação, os quais desenvolvem atividades extensionistas fora da IES, favorecendo a interação dos alunos com a comunidade.

A extensão promove ainda eventos, tais como, palestras, *workshops* e cursos de extensão, os quais buscam aproximar os/as alunos/as dos/as profissionais que atuam nas diferentes áreas de conhecimento, proporcionando aprofundamento em áreas específicas e a aprendizagem a partir de casos práticos.

Coerente com esses princípios, e em alinhado com as ações da Coordenadoria de Extensão e Ação Comunitária, o Curso de Direito sempre teve como preocupação a participação do corpo docente e discente em eventos científicos, tanto dentro da Instituição, como de caráter nacional e internacional. Anualmente têm sido realizadas a Semana Acadêmica do Curso de Direito, a Aula Magna do Curso, além de seminários e palestras organizados pela coordenação do curso, nos quais são debatidos assuntos de interesse do corpo discente/ docente e são apresentados por

profissionais renomados/as tanto a nível local, como do Brasil. O curso também participa de ações que integram os cursos da área das ciências sociais, assim, muitos dos eventos supracitados são realizados em conjunto com esses cursos, privilegiando prática interdisciplinar e transdisciplinar, mas não esquecendo as especificidades de cada curso.

O corpo docente tem-se destacado por apresentar trabalhos em seminários, congressos, fóruns e eventos afins. Além disso, o curso de Direito busca incentivar a participação do corpo discente em atividades científicas relacionadas à área do conhecimento específico e também às áreas relacionadas à educação, filosofia, sociologia, antropologia, ecologia, economia, entre outras.

Nos termos do art. 8º da Resolução CNE/CES nº 09/04, as atividades complementares são componentes curriculares enriquecedores e agregadores ao perfil do/a formando/a, a possibilitar ampliação de habilidades, conhecimentos e competências do alunado. Acresce-se que a extensão tem como finalidade propiciar à comunidade o estabelecimento de uma relação de reciprocidade com a instituição, podendo ser integrado ao rol das atividades complementares.

Dessa forma, a prática de extensão universitária deve ser promovida de forma permanente, a proporcionar efetivo envolvimento de seus/suas docentes e discentes com a comunidade, por meio de programas de assessoria jurídica, convênios, atividades de formação continuada e eventos extracurriculares periódicos, dentre outros.

12.4 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS DA ÁREA COM PRODUÇÃO ESPECÍFICA

O corpo discente é incentivado a participar e promover eventos científicos na área do Direito, com o objetivo de divulgar os resultados obtidos durante as atividades acadêmicas. Os eventos científicos incluem salões de extensão e iniciação científica (IC), semanas acadêmica, aulas magnas, grupos de discussão, atividades pedagógicas de ensino e pesquisa, seminários, simpósios, oficinas, feiras e congressos, promovidos na Instituição ou fora dela. Além da divulgação dos estudos realizados, a participação dos/as discentes nesses eventos permite sua inserção na comunidade científica, contribuindo para a sua formação.

12.5 ATIVIDADES PEDAGÓGICAS E CULTURAIS

Além da Semana Acadêmica e da Aula Magna, há uma preocupação do Colegiado do Curso de Direito em estar informando e estimulando o corpo docente e discente a participarem ativamente das atividades pedagógicas e culturais promovidas pela própria instituição, e também realizadas em outros órgãos de caráter científico, educacional e cultural.

As atividades pedagógicas e culturais do Curso de Bacharelado em Direito do Centro Universitário Metodista – IPA apresentam-se nas seguintes modalidades:

- a) Jornadas e Seminários Científicos: eventos voltados para discussões e atualizações técnicas e científicas, envolvendo o corpo docente e os/as acadêmicos/as do curso, bem como, profissionais de outras instituições e de referência na área do direito;
- b) Semana Acadêmica: evento direcionado para debate de temáticas políticas, sociais e culturais, enfatizando a inserção social do/a futuro/a advogado/a e as políticas de sua atuação profissional;
- c) Visitas Orientadas: visitas a instituições e/ou outros locais de referência na área jurídica que possibilitem experiências em outros contextos técnicos, científicos e culturais, buscando acrescentar conhecimentos relevantes na formação acadêmica.

12.6 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

Em cumprimento às normativas vigentes que regulamenta o estágio profissional, o Centro Universitário Metodista – IPA definiu sua política institucional que explicita e regulamenta as atividades que constituem estágio não obrigatório dos cursos de graduação incluindo o Curso de Bacharelado em Direito.

O estágio não obrigatório constitui atividade curricular de ensino opcional, embora não prevista diretamente na matriz curricular e poderá ser realizada por discente regularmente matriculado no curso de graduação, respeitando o que dispõe o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. Deverá ocorrer em ambiente de trabalho da parte concedente,

mediante a realização prévia de termo de compromisso e acompanhamento efetivo por professor/a orientador/a.

Tendo em vista as possíveis implicações decorrentes da legislação e visando assegurar a confessionalidade e o caráter eminentemente pedagógico da relação de estágio, a política do Centro Universitária Metodista – IPA pressupõe que não serão deferidas as solicitações ou renovações de estágio não obrigatório que tenham por objetivo a realização de atividades não compatíveis com a Visão, Missão e Princípios da Instituição, a Política de Ensino do Centro Universitário Metodista – IPA, e com o Projeto Pedagógico do Curso.

Também não serão deferidas as solicitações ou renovações de estágio não obrigatório que não assegurem o conhecimento, habilidades e atitudes necessárias para o desenvolvimento de competências previstas no perfil do/a egresso/a. Ou ainda de atividades laborais de natureza meramente burocráticas que não agreguem valor à formação do/a discente. Da mesma forma, os/as discentes dos Cursos de Graduação do Centro Universitário Metodista – IPA não poderão realizar as práticas de estágio em locais ou instalações que não disponham das condições necessárias para o desenvolvimento das atividades requeridas.

O estágio não obrigatório não compõe a carga horária curricular obrigatória do curso. Assim, caso o mesmo seja realizado, não dispensará a realização do estágio obrigatório previsto na matriz curricular.

A carga horária de realização de estágio não obrigatório poderá ser aproveitada como Atividade Complementar mediante a apresentação de certificado da parte concedente e dentro dos limites previstos no Projeto Pedagógico e no Regulamento de AC do curso.

Considerado como atividade curricular de ensino, o estágio não obrigatório deve ser avaliado respeitando o disposto no Regimento do Centro Universitário Metodista – IPA, sendo sua avaliação efetivada através de dois instrumentos:

- a) do/a discente será exigida a apresentação de relatório das atividades em prazo não superior a 6 meses, do qual o/a professor/a orientador/a deve dar vistas;
- b) do/a professor/a orientador/a será exigido um relatório avaliativo semestral das instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do/a discente.

Não será atribuído nota ou conceito às avaliações, apenas a menção de adequado ou não. Uma vez que essa modalidade de estágio é facultativa, o resultado da avaliação não condiciona a aprovação do/a discente nas demais disciplinas da matriz curricular, nem pode ser exigido como requisito para a colação de grau.

Tendo em vista os requisitos impostos pela legislação, intensifica-se o papel desempenhado pelo Setor de Estágios da Instituição, sob orientação da Coordenadoria de Graduação, constituindo-se o setor encarregado de:

- a) efetivar a articulação acadêmica e operacional do curso (professor/a orientador/a responsável) com o/a discente e com a parte concedente;
- b) efetivar termo de compromisso entre o/a discente e a parte concedente;
- c) efetivar eventuais convênios de concessão de estágio com entes públicos e privados, quando for interesse do Centro Universitário Metodista – IPA;
- d) manter controle e registro dos/as discentes em estágio não obrigatório indicando a parte concedente, o período de estágio e o/a professor/a orientador/a responsável;
- e) manter arquivo de relatórios semestrais de estágio não obrigatório dos/as professores/as orientadores/as e dos/as discentes.

Segundo a legislação, é responsabilidade da IES indicar professor/a orientador/a da área a ser desenvolvida no estágio, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades. São responsabilidades do/a professor/a orientador/a responsável:

- a) acompanhar as atividades exercidas pelo/a discente;
- b) assinar o termo de compromisso;
- c) exigir do/a discente a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 meses, de relatório das atividades;
- d) dar visto nos relatórios das atividades apresentados;
- e) zelar pelo cumprimento do termo de compromisso;
- f) elaborar relatório avaliativo semestral das instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do/a discente.

Uma vez respeitadas as exigências definidas na legislação e as obrigações contidas no termo de compromisso, as atividades desenvolvidas em estágio não-

obrigatório por discente do Centro Universitário Metodista – IPA não configurarão vínculo de emprego com a parte concedente.

13 METODOLOGIA DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

O pensar crítico dos processos naturais e humanos é de fundamental importância para o desenvolvimento de ações modificadoras da realidade local/regional. Assim, confirma-se a necessidade de constante aprimoramento do espaço acadêmico de modo que possa, efetivamente, estar voltado para a formação de sujeitos reflexivos, participativos e cidadãos. O diálogo entre teoria e prática, conhecimento e prática social constitui eixo central do percurso acadêmico, possibilitando ações de transformação da realidade social e do trabalho.

Para tanto, o/a educador/a formador/a deverá buscar estabelecer relações interdisciplinares entre as diferentes áreas do conhecimento, consolidando a formação teórica inerente à ação do/a bacharel/a na sua relação com a prática cotidiana/a e paradigmas que delineiam o projeto pedagógico do curso em pauta.

Com essa abordagem de ensino, busca-se que o/a estudante aprenda no processo de produzir, levantar dúvidas, pesquisar e criar relações que incentivam novas buscas, descobertas, compreensões e reconstruções de conhecimento. Portanto, promover aprendizagens significativas requer a adoção de práticas pedagógicas que estimulem o desenvolvimento de um profissional autônomo, capaz de identificar e resolver problemas, bem como de integrar-se em equipes de trabalho e grupos diversificados. Desse modo, o/a professor/a deixa de ser apenas ensinante e passa a ser aprendiz e mediador/a na construção do conhecimento, promovendo situações diferenciadas para que o/a estudante possa encontrar sentido naquilo que está aprendendo. O papel do/a professor/a, nesse caso, é o de problematizador, em cujos momentos coletivos com os/as estudantes não podem prescindir do diálogo, na medida em que o/a docente precisa ter clareza de sua intencionalidade pedagógica e saber intervir no processo de aprendizagem do/a estudante para garantir que os conceitos sejam por ele/a compreendidos e sistematizados.

Nesse sentido, as metodologias adotadas pelos/as docentes são fundamentais no desenvolvimento dos objetivos propostos no projeto pedagógico do curso, no intuito de atender ao perfil do egresso pretendido. Logo, a concepção metodológica do Curso de Direito se inscreve como integradora dos componentes curriculares, práticas profissionais e outras atividades ligadas ao curso.

Cabe ressaltar que essa metodologia exige articulações interdisciplinares que implicam aprendizagens diversas no sentido de propor desafios e atividades diversificadas para desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à formação do perfil do egresso, tais como:

- a) aulas expositivo-dialogadas, com o apoio de recursos audiovisuais;
- b) saídas de campo e visitas técnicas sempre que relacionadas com o campo de formação;
- c) inserção em comunidades de aprendizagem;
- d) Atividades Práticas Supervisionadas (APS) – fazem parte da estratégia de ensino e de aprendizagem da instituição. São atividades acadêmicas desenvolvidas sob a orientação e avaliação de docentes, de maneira a incentivar a autonomia intelectual do/a aluno/a, proporcionado a construção de seu conhecimento de forma significativa, através da investigação, independente do espaço tradicional de sala de aula, expandindo os conceitos de espaços de aprendizagem. Constituem parte da carga horária da disciplina, sendo estas discutidas em colegiado de curso e descritas nos planos de ensino;
- e) problematização de situações e elaboração de projetos interdisciplinares, buscando eixos articuladores entre os diferentes campos do saber;
- f) promoção de ações diferenciadas para inserção do/a acadêmico/a em diversas situações de iniciação científica tais como: análise da realidade social e sua complexidade, estabelecimento de relações entre os conhecimentos adquiridos no decorrer do curso com ações diagnósticas desencadeadas em disciplinas propícias, acesso a bases de dados da área de formação e demais áreas, consulta a livros, periódicos, além de atividades na biblioteca;
- g) participação em projetos de extensão e pesquisa na área de formação.

Nessa perspectiva, a abordagem de ensino no curso privilegia o encontro entre teoria e prática, entre a aplicação prática do saber da experiência adquirida bem como discute a ética subjacente à sua aplicação.

13.1 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem no Curso de Direito é concebida como um processo contínuo, sistemático e integral de acompanhamento do nível no qual os/as estudantes se encontram em relação ao alcance dos objetivos desejados na formação do/a profissional em questão.

Nesse sentido, deve ser entendida como um processo indissociável da dinâmica de ensino e de aprendizagem, pois implica a realização de verificações planejadas para obter diagnósticos periódicos do desempenho dos/as estudantes e professores/as em relação à transmissão/assimilação e construção dos conhecimentos, habilidades e atitudes desejadas, possibilitando o replanejamento das ações sempre que necessário.

Para cada sequência de atividades serão estabelecidos os desempenhos e conteúdos mínimos necessários. No início de cada sequência, estudantes e professores/as deverão entrar em acordo sobre os critérios, instrumentos, formas e datas das avaliações. Para a garantia do *feedback* mútuo e maior objetividade possível, serão registradas a evolução e o desenvolvimento gradual do/a estudante com a finalidade de subsidiar o acompanhamento da sua aprendizagem, o que possibilitará interferência imediata no caso da identificação de defasagens.

Como processo cooperativo implica a tomada de decisão de todos/as os/as participantes deste processo (estudantes, professores/as, profissionais dos serviços nos quais ocorre a aprendizagem) em relação ao projeto curricular. Dessa forma, os diferentes momentos da avaliação durante o processo (resultados parciais) legitimam-na como produto apreendido em termos de resultado final.

Para que seja viabilizada dentro desta concepção, é importante que haja clareza quanto às características que nortearão a sua operacionalização:

- a) para ser contínua, a avaliação deve acontecer ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem, realizada em diferentes momentos, não sendo pontual (isolada) nem um momento terminal do processo educativo;
- b) para ser sistemática, a avaliação não pode ser improvisada; deve ser um ato intencional, consciente e planejado como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem. Requer-se clareza quanto às suas finalidades, bem como quanto à utilização de instrumentos e medidas adequadas,

- requer-se que seja pensada como uma atividade permanente, permitindo acompanhar passo a passo a evolução do/a estudante na assimilação, construção e produção do seu conhecimento;
- c) para ser integral, a avaliação deve estender-se a todos os domínios do comportamento: cognitivo, afetivo e psicomotor;
 - d) para estar voltada ao alcance dos objetivos, a avaliação deve ser planejada de acordo com o perfil profissional delineado no projeto curricular e explicitado na forma de desempenho (conhecimentos, habilidades e atitudes) desejado no/a graduando/a;
 - e) para ser indissociável da dinâmica de ensino e aprendizagem, a avaliação deve ser coerente com o projeto pedagógico, no sentido de refletir os princípios que o norteiam. Não pode se limitar a um momento separado ou independente do processo de ensino;
 - f) para ser inclusiva, a avaliação deve facilitar ao/à professor/a, quando detectar problemas e/ou dificuldades de aprendizagem, propor alternativas de recuperação desta, integrando o/a estudante na busca persistente do alcance dos objetivos desejados;
 - g) para ser abrangente, a avaliação não deve se restringir ao desempenho do/a estudante, mas também fornecer subsídios para avaliar o desempenho do/a professor/a e de outros/as profissionais envolvidos/as na formação acadêmica, auxiliando na tomada de decisões sobre o projeto pedagógico;
 - h) para ser cooperativa, a avaliação deve ter atuação ativa de todos/as os/as participantes do processo de ensino e aprendizagem, proporcionando *feedback* mútuo e reflexão sobre o próprio desempenho (autoavaliação).

O processo de avaliação deve ser composto por instrumentos e medidas coerentes com o projeto curricular do curso. Assim, procurando evidenciar modalidades de avaliação em relação aos diferentes momentos do processo, é possível sinalizar alguns instrumentos e medidas:

- a) autoavaliação baseia-se nos objetivos estabelecidos previamente, em momentos significativos do processo; como sondagem inicial do repertório, autocrítica durante o processo e exposição definida sobre o produto/resultado apresentado;

- b) avaliação interpares: entendida como avaliação do desempenho dos sujeitos envolvidos no processo, por seus pares próximos, sejam eles/as professores/as, estudantes ou outros/as profissionais dos serviços onde ocorrem as atividades de aprendizagem;
- c) outras estratégias de avaliação que deverão ser consideradas são: relatórios, provas escritas subjetivas e/ou objetivas, observação sistemática, elaboração de textos/artigos, diferentes formas de pesquisas, etc., possuindo todas referencial teórico que as subsidiem e sustentem, e que se encontram à disposição na literatura ordinária sobre o assunto.

Avaliar o processo de aprendizagem e as atividades práticas na formação profissional é uma das tarefas que mais requerem energia e atenção em todo o processo ensino-aprendizagem. Tradicionalmente, a avaliação cumpre o papel de controle e reprodução, mas pode cumprir um papel de transformação e emancipação sendo constituinte de ação educativa e integradora. Para podermos compreender como a avaliação se engendra e como pode ser um instrumento que favoreça a participação e a inclusão, é importante e necessário analisar seus instrumentos, sua orientação e seus recursos na construção dos saberes; na aquisição de práticas; no desenvolvimento individual, coletivo e institucional.

No contexto da aprendizagem significativa, a avaliação deve ocorrer no próprio processo de trabalho dos/as estudantes, no dia-a-dia de sala de aula, no momento das discussões em grupo. Por esta razão a avaliação deve utilizar-se de muitos instrumentos, evitando assim atrelar a avaliação a um momento ou a uma forma, pois isto desqualificaria a compreensão do processo de aprendizado.

Para estas práticas avaliativas são propostas as seguintes ferramentas:

- a) seminários, entrevistas, atividades em grupo e oficinas;
- b) painéis de projeto;
- c) exposições coletivas de trabalhos com ou sem premiação;
- d) projetos de pesquisa envolvendo estudantes a partir de suas vivências (desenvolvidas ao longo do curso através das disciplinas relacionadas à pesquisa);
- e) provas com questões construídas a partir de situações problemas;
- f) autoavaliação – como reflexão do processo de aprendizagem.

Por fim, considerando o Regimento Institucional, conforme Resolução CONSUNI nº 457 de 07/12/2012, o registro das avaliações é representado por notas com número decimal entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez), sendo realizadas, no mínimo, 02 Avaliações Parciais por disciplina, admitindo-se ponderação na obtenção da média final. A nota mínima para aprovação sem Avaliação Complementar é 7,0 (sete). A Avaliação Complementar é realizada ao final do período/semestre, por estudantes cuja Média Final for maior ou igual a 4,0 (quatro) e menor que 7,0 (sete). A Nota Final é obtida a partir da Média Final somada à Avaliação Complementar, dividida por 2 (dois). É considerado/a aprovado/a o/a aluno/a que obtiver no mínimo 6,0 (seis) como Nota Final. Ainda, a avaliação do processo de aprendizagem abrange aspectos de assiduidade e aproveitamento nos estudos, ambos eliminatórios, em cada componente curricular. A frequência é obrigatória, sendo reprovado/a, independentemente dos resultados obtidos, o/a aluno/a que não apresentar frequência mínima de 75% em cada disciplina.

14 PROPOSTA DE AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A proposta de Autoavaliação do Curso de Direito, atrelada ao Programa de Avaliação Institucional, sugere a reflexão e consolidação acerca do PPC, de sua implementação no que se refere à articulação ensino, pesquisa e extensão e de sua identificação com os princípios e a Missão Institucional. Além disso, contextualizada no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelece a relação dialógica entre os resultados da autoavaliação e da avaliação externa.

Além do atendimento ao SINAES, a prática contínua e coletiva da avaliação constitui acompanhamento importante e indispensável, que contribui para a evolução, crescimento e desenvolvimento dessa IES e, por conseguinte, do Curso de Direito, com vistas a adequações das ações pedagógicas para qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem.

Desse modo, desde 2010/02, por deliberação da Comissão Própria de Avaliação – CPA, o curso e conseqüentemente o seu PPC, contam com um novo instrumento de avaliação *on-line*, aplicado a estudantes e docentes. Tal ferramenta de pesquisa aborda três dimensões: Instalações físicas e serviços da IES e que repercutem no desenvolvimento do Curso; Corpo Docente e Coordenação do Curso; Organização didático-pedagógica do Curso. Os resultados são disponibilizados sob a forma de relatório à Coordenação do Curso e analisados posteriormente junto ao corpo docente. Dessa forma, a manifestação da comunidade acadêmica, por meio de avaliação e autoavaliação, subsidia o redimensionamento das políticas institucionais e também das práticas diretamente relacionadas ao Curso, possibilitando o aprimoramento do PPC vigente.

Igualmente, o Núcleo Docente Estruturante – NDE, utilizando-se das atribuições que lhe são próprias, avalia e atualiza periodicamente o Projeto Pedagógico do Curso em comum acordo com o demais Colegiados.

15 ARTICULAÇÃO ENSINO-PESQUISA-EXTENSÃO NO CURSO

A articulação ensino, pesquisa e extensão constitui-se condição fundamental para a materialização da função precípua do Centro Universitário Metodista – IPA que é a produção e disseminação do conhecimento voltado à transformação social. Através de uma *práxis* acadêmica contextualizada às agudas questões da sociedade contemporânea – em nível local, nacional e internacional, busca o verdadeiro domínio de saberes e tecnologias com as quais cada campo do saber e de atuação profissional se expressa e contribui para o processo evolutivo da humanidade. Por outro, a indissociabilidade leva à consolidação da integração das atividades meio às atividades fins, através de ações engajadas, inter-relacionadas e participativas, contribuindo com a institucionalização e consolidação da identidade e Missão Institucional, bem como para a melhoria dos processos acadêmicos e administrativos cotidianos e na interação entre estudantes, docentes, técnico-administrativos e sociedade civil.

A Filosofia Institucional apresenta o ensino, a pesquisa e a extensão como dimensões indissociáveis, em uma perspectiva interdisciplinar e ética, tendo como princípio a humanização das relações pedagógicas, científicas, culturais e profissionais.

O ensino deve buscar a construção do conhecimento com a perspectiva do desenvolvimento da consciência crítica, do espírito de solidariedade e do comprometimento com a transformação social. Nesta perspectiva, o processo de ensino-aprendizagem desenvolve-se em duas dimensões:

- a) a dimensão disciplinar, cujo papel e relevância de cada disciplina se consolida no fazer pedagógico que garante o aprofundamento específico e a articulação das três grandes áreas do curso;
- b) a dimensão interdisciplinar consubstanciada no diálogo entre disciplinas, que relaciona questões e temas comuns, através das atividades curriculares e extracurriculares.

A pesquisa deve visar a superação da visão reducionista, fruto do modelo mecanicista/positivista, cujos princípios fragmentários e quantitativos reforçam valores da sociedade liberal-capitalista, como o individualismo e a competição, baseados em uma suposta neutralidade da ciência, ao encontro de um novo paradigma que articule o humano, o científico e o social, em uma perspectiva interdisciplinar. Entendemos a

pesquisa como um processo de busca, de investigação que parte da problematização da realidade com a perspectiva da construção/produção de novos conhecimentos. Nesse caminho, a construção e reconstrução do conhecimento se farão a partir do início do curso com a problematização dos conteúdos e a oportunidade de poder aprofundá-los, estimulando o exercício da pesquisa.

A extensão, como processo em que se articulam os conhecimentos construídos e a realidade socioeconômica brasileira, deve estar voltada para a inserção intencional, no contexto das comunidades, tendo em vista o crescimento dos/as alunos/as, professores/as, instituição e sociedade a partir de princípios éticos, solidários e críticos.

A indissociabilidade da extensão com o ensino deve ocorrer a partir da reflexão e da aplicação nas comunidades dos conteúdos desenvolvidos em sala de aula. Para tanto, os/as alunos/as são estimulados/as a participar dos programas e projetos de extensão por seus professores no início de cada período/semestre. A atividade dos programas e projetos de extensão proporcionam condições adequadas para a produção de pesquisa empírica e bibliográfica com a consequente publicação de artigos, o que representa interessante articulação entre a extensão e a pesquisa.

15.1 LINHAS DE PESQUISA INSTITUCIONAIS

O Centro Universitário Metodista – IPA estrutura as suas ações de pesquisa em um contexto em que o conhecimento torna-se cada vez mais decisivo em todas as atividades, em todos os campos da vida social. O impacto tecnológico da acelerada produção do conhecimento tem alterado substancialmente as relações sociais. Neste contexto de uso intensivo do conhecimento, o Centro Universitário Metodista – IPA coloca-se como instituição inovadora, habilitada ao manejo criativo, interdisciplinar e humanizante da ciência, voltada aos objetivos de um desenvolvimento socialmente justo, ambientalmente sustentável, e economicamente viável. Uma instituição que promove a pesquisa contribui para a produção de uma ciência capaz de integrar a ética à emancipação solidária; um conhecimento que contribui para formação de homens e mulheres irradiadores de valores emancipatórios e superadores de todas as formas de discriminação.

Para tanto, a pesquisa, articulada ao ensino, fornece conhecimentos,

problemas de investigação e espaços para programas, projetos e cursos de extensão, na perspectiva da formação política e cultural. Assim compreendida, a pesquisa tem suas linhas definidas a partir das relações que os cursos estabelecem com as demandas sociais; seus processos e produtos, por sua vez, alimentam e sustentam os cursos e conferem organicidade aos programas e atividades de extensão. Atualmente existem quatro grupos de pesquisa (GP) CNPq/ IPA e onze linhas de pesquisas institucional em desenvolvimento. São elas:

GRUPO DE PESQUISA CNPq/ IPA		Linhas de pesquisa institucional	
GP I	Desenvolvimento Urbano e Alterações Biológicas	LP1	Marcadores biológicos e ambientais
GP II	Programas Especiais em Saúde	LP1	Distúrbios respiratórios e reabilitação
		LP2	Epigenética aplicada à saúde e á doença
		LP3	Exercício físico e saúde
		LP4	Fisioterapia hospitalar e reabilitação
		LP5	Processos de reabilitação e inclusão social nos transtornos do desenvolvimento, do aprendizado e das lesões neuropsicológicas adquiridas.
		LP6	Saúde e inclusão social
GP III	Educação e Inclusão	LP1	Formação em educação e saúde
		LP2	Políticas educacionais, avaliação e inclusão
GP IV	Biomarcadores e Estratégias Terapêuticas Aplicadas no Estudo de Antioxidantes e Oxidantes	LP1	Estresse oxidativo: oxidantes e antioxidantes
		LP2	Neuroquímica

Fonte: Coordenadoria de Pesquisa e Pós-Graduação Stricto Sensu 25/5/2017

A pesquisa é, portanto, um dos principais fatores de legitimação e de reconhecimento acadêmico do Centro Universitário Metodista – IPA, ela deve privilegiar a relação entre o que precisa ser conhecido e o caminho que precisa ser trilhado para conhecer, ou seja, entre conteúdo e método, na perspectiva da construção da autonomia intelectual e ética. Estabelece-se, assim, uma forte articulação entre ensino e pesquisa, na qual a ideia de incorporação de processos supera a concepção racionalista positivista do conteúdo pronto e acabado, fortalecendo uma concepção epistêmica baseada na prática social, ou seja, no modo como o ser humano constrói o conhecimento.

15.2 LINHAS DE FORMAÇÃO DO CURSO

O processo educativo, numa concepção articulada, parte da inter-relação entre o ensino (formação discente, por meio de práticas pedagógicas), a pesquisa (avanço do conhecimento, por meio do método investigativo) e a extensão (ação social, tecnológica e econômica, por meio da aproximação com a sociedade). O/A aluno/a, como sujeito central de toda a ação pedagógica, experimentará as práticas de ensino, de pesquisa e de extensão, em diferentes níveis, orientadas para o desenvolvimento de suas capacidades humanas, técnicas e profissionais. Dessa forma, o processo de formação dos/as egressos/as, a partir de uma base curricular ampla, visa reunir objetos/temas de investigação e de ação social ou tecnológica que orientem as possibilidades de construção de novos conhecimentos.

Assim sendo, as linhas de pesquisa de formação (áreas de concentração) do curso de Direito, considerando as características, as especificidades e as demandas regionais, estão voltadas para:

- a) Direito, Constituição e Acesso à Justiça: que procura estudar a relação entre a complexidade social e a efetivação dos direitos fundamentais na ordem constitucional, bem como questionar a concepção dos vários ramos do Direito Público e Privado na perspectiva da realidade social contemporânea, propõe o enfoque da efetivação de tais direitos sob o viés dos vários grupos sociais em inter-relação;
- b) Sociedade, Transdisciplinaridade e Direitos Humanos: que consiste em uma perspectiva transdisciplinar do Direito, nesse sentido criticando, dentro de um viés plural e aberto, as várias áreas do conhecimento humano e social, e as diferentes instituições erigidas e presentes na sociedade contemporânea.

16 INTEGRAÇÃO DO CURSO COM A PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU E A EDUCAÇÃO CONTINUADA

O Centro Universitário Metodista – IPA oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* presenciais nas diversas áreas de conhecimento, possibilitando aos egressos dos seus cursos de graduação e aos/às novos/as alunos/as que se especializem em áreas específicas do conhecimento, estando aptos/as ao exercício profissional de forma eficiente, atualizada e em conformidade com os valores da educação Metodista.

O Centro Universitário Metodista – IPA, enquanto polo da Rede Metodista de Educação, oferece cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância, possibilitando aos alunos de regiões remotas do Rio Grande do Sul o acesso à educação continuada, ao aperfeiçoamento e à atualização. Os cursos de pós-graduação a distância destacam-se também pelo compromisso com a qualidade e pelo acesso à educação em horário de estudo flexível.

De outra parte, a integração com a pós-graduação se dá a partir da integração das linhas de pesquisa desenvolvidas a partir do curso de Direito, particularmente no que diz respeito aos Direitos Humanos.

Nesse sentido, o Curso de Bacharelado em Direito desenvolve experiências de pós-graduação *lato sensu*, através das quais busca a efetivação dos objetivos propostos para tal integração. Foi o caso dos cursos de pós-graduação em Direito Civil Constitucional e Direito Público Constitucional, realizados em parceria com o Colégio União, em Uruguaiana e a experiência de trabalho conjunto com a Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul na capacitação de seu quadro de oficiais. Atualmente são oferecidos os cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial, em Direito Previdenciário, em Direitos Humanos e Políticas Públicas, em Direito Processual Civil, em Direito da Criança e do Adolescente e Práticas Sociais, em parceria com o curso de graduação em Serviço Social, e em Direito e Gestão Ambiental, em parceria com o curso de graduação em Ciências Biológicas, implementando a interdisciplinaridade das áreas.

Essas experiências são importantes contribuições, eis que aliam teoria e prática e reproduzem na vida cotidiana instrumentos de inserção social, quer seja da comunidade / sociedade civil, seja do aparato policial do Estado do Rio Grande do

Sul, contribuindo com o amadurecimento de ações não somente de ensino, pesquisa e extensão, mas também de inserção social.

17.1 INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS

Os espaços utilizados especificamente pelo Curso de Bacharelado em Direito são os que integram o Núcleo de Prática Jurídica, todos com instalações físicas e de acesso plenamente compatíveis às necessidades de ensino e aprendizagem, o mesmo se encontra detalhado no Anexo III. Os espaços do Núcleo de Prática Jurídica foram pensados em atenção à concepção de curso, a seus objetivos e às diretrizes, previstas neste Projeto Pedagógico. A prática simulada e real desde o quinto período/semestre do curso, acompanhada de reflexão crítica e de permanente orientação docente, é um diferencial de qualidade, revelando-se fundamental para a formação diferenciada a que se propõe o espaço próprio e adequado para essas atividades práticas.

Há espaço específico para a simulação de práticas jurídicas contenciosas (Sala de Práticas Jurídicas Simuladas) e práticas de negociação, conciliação e mediação (Sala de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos). Para a prestação de assistência jurídica a pessoas em situação de vulnerabilidade social, realizada no Estágio Obrigatório, a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica conta com salas para atendimentos de assistidos, laboratório de informática, recepção, sala de coordenação e arquivo, onde são armazenadas, em armários de pastas suspensas, cópias reprográficas de processos e de documentos relevantes. Todos os espaços possuem mobiliário adequado às necessidades das atividades desenvolvidas e das pessoas que lá frequentam. O laboratório de informática dispõe de doze computadores conectados à internet e em rede, para elaboração de petições e de pesquisas.

As atividades de aprendizagem que se desenvolvem no ambiente do Núcleo de Prática Jurídica estão adequadamente planejadas e organizadas e caracterizam-se por uma sistemática consolidada. O Núcleo de Prática Jurídica conta com professor/a coordenador/a, que tem função de administração geral do espaço e da sistemática de ensino aprendizagem dos/as alunos/as, bem assim com funcionários/as administrativos/as, estagiários/as, advogados/as e professores/as orientadores/as, os/as quais acompanham os atendimentos prestados pelos/as alunos/as aos/às assistidos/as, orientando sua prática na elaboração de peças processuais, na pesquisa de jurisprudência e doutrinária, bem como no

acompanhamento dos processos. O serviço prestado aos/às alunos/as, enquanto exercício de prática profissional, é a orientação técnica feita pelos/as professores/as orientadores/as, eventualmente complementada por alunos/as monitores/as e advogados/as.

17.2 COORDENAÇÃO DE CURSO

O/A coordenador/a de curso, designado/a pela Reitoria, é o/a responsável pela gestão acadêmico-administrativa através de vínculo de tempo integral ou parcial com o Centro Universitário. Suas ações estão voltadas ao gerenciamento do curso em sintonia com a missão institucional, desenvolvendo atividades relevantes ao contínuo aprimoramento do curso em termos de qualidade, legitimidade e competitividade. O/A coordenador/a de curso, além de possuir as competências definidas para o corpo docente deverá, obrigatoriamente, ter titulação compatível com a formação do curso e cumprir as prerrogativas institucionais para o desempenho da função.

De acordo com o Regimento Institucional, o/a coordenador/a do curso exerce a função executiva das deliberações emanadas do Colegiado de Curso, com atribuições nele definidas. Suas responsabilidades voltam-se para o foco acadêmico-administrativo necessárias para a efetividade do que consta neste Projeto Pedagógico de Curso, buscando o constante aprimoramento e seu desenvolvimento.

17.3 COLEGIADO DE CURSO

O Colegiado de Curso é o órgão institucional, para todos os efeitos de planejamento, orientação, assessoramento, execução e supervisão da organização acadêmica, administrativa e de distribuição de pessoal no curso. O colegiado reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, quando convocado pelo/a seu/sua presidente/a. É um colegiado superior com funções deliberativas, normativas e consultivas no âmbito de sua competência, estando sua composição e atribuições descritas nos documentos institucionais.

17.4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante constitui segmento da estrutura colegiada da gestão acadêmica do curso, com atribuições consultivas, propositivas, e de assessorias sobre matéria, de natureza acadêmica, sendo co-responsável pela elaboração, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso.

O Núcleo Docente Estruturante será constituído pelo/a Coordenador/a do Curso, como seu/sua presidente/a nato, e por docentes com experiência na instituição e atuantes no curso, com titulação em nível de pós-graduação *Strito Sensu* e regime de trabalho integral e parcial.

As especificações do Núcleo Docente Estruturante, quanto a composição, atribuições e funcionamento são estabelecidas em regulamentação própria elaborada pelos/as seus/suas membros e aprovada pelo Colegiado Ampliado do Curso.

17.5 CORPO DOCENTE

O corpo docente do curso é constituído por profissionais atuantes no campo do Direito. É composto em sua totalidade por mestres e doutores/as, e a maioria atua na área de sua formação no curso.

Recomenda-se que o corpo docente atue de forma coletiva e integrada nas disciplinas, estágios, atividades de pesquisa e extensionistas, tanto nas atividades teóricas quanto nas atividades práticas. Essa forma de atuação requer uma organização pedagógica transversal que valorize o trabalho em equipe e priorize as vivências teórico-práticas.

O corpo docente deve participar efetivamente da elaboração dos planos de ensino das disciplinas, da atualização das ementas e bibliografias do curso, no sentido de promover o desenvolvimento das competências e habilidades indicadas pelo Projeto Pedagógico e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Deve, ainda, ser ativo na proposição de novos desafios ao curso e nas transformações necessárias para acompanhar a evolução do conhecimento.

As competências almejadas para o Corpo Docente do curso de Direito do Centro Universitário Metodista – IPA não enfocam somente a titulação, mas a agrega a demais qualidades relevantes, tais como: ter responsabilidade social; ser flexível; estar aberto ao novo; ser dinâmico, criativo e capaz de trabalhar em equipe; e lidar com as diversidades de opiniões, conhecimentos e percepções.

Além das qualidades citadas acima, o corpo docente deve manter-se atualizado sobre questões acadêmicas e científicas. Por isso, são estimulados a participarem de Seminários de Formação Pedagógica e a publicarem as suas produções científicas em revistas institucionais e demais eventos da categoria. Os Seminários de Formação são momentos de reflexão das práticas pedagógicas e têm por objetivos a troca de experiências nos manejos pedagógicos, o compartilhamento do conhecimento, a promoção de discussões, para assim, qualificar e aperfeiçoar o corpo docente.

17.6 CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Curso de Bacharelado em Direito mantém uma rede de apoio com as estruturas técnicas-administrativas do Centro Universitário Metodista, de forma a garantir a gestão pedagógica e administrativa compatível com PDI.

Destaca-se os setores de atuação dos colaboradore(a)s os quais interagem com o curso: funcionários administrativos da Reitoria; das Coordenadorias; dos Serviços Gerais; da Gestão de pessoas e recursos humanos; do setor administrativo, financeiro e contábil; do setor de Tecnologia da Informação (TI), Setor de Vestibular, da Biblioteca; do setor de registro e a Central de Atendimento Integrado - CAI.

Além desses funcionários, o curso dispõe de assistente de curso. Esse agente técnico-administrativo tem por atribuição apoiar, diretamente, à coordenação do curso nos aspectos de execução do planejamento, no registro e encaminhamento dos processos acadêmicos. Também participam na organização documental do Curso e nas atribuições administrativas pertinentes a ele. O corpo técnico-administrativo é formado por pessoal qualificado com nível médio ou superior, com competência administrativa e habilidade para lidar com pessoas.

O Centro Universitário Metodista – IPA possui diversidade de instalações em suas duas unidades, na cidade de Porto Alegre: a Unidade Central IPA, atualmente é subdividida em dois endereços, o principal localizado à Rua Cel. Joaquim Pedro Salgado nº 80 e AMERICANO, à Rua Dr. Lauro de Oliveira, nº 71, ambos no bairro Rio Branco; e a Unidade DC Navegantes, na Rua Frederico Mentz, nº 1.606, no bairro Navegantes.

O planejamento de ambientes é desenvolvido pelo Escritório de Projetos e quando necessário há contratação de assessorias de projetos em diversas áreas técnicas. Cada área do conhecimento tem garantido espaços bem estruturados e em permanente qualificação. Pelo fato de que entre suas edificações estão obras arquitetônicas de quase um século de existência, muitas instalações foram concebidas para diferentes padrões de usuários/as. O convívio com essa herança arquitetônica é relevante, desafiando o escritório de projetos na promoção da adequação, sem menosprezar e preservando esse patrimônio.

Conforto térmico, atualidade tecnológica, ergonomia funcional, adequação dimensional, luminotécnica e acústica são alguns dos critérios perseguidos no planejamento de ambientes, na promoção de conforto, na otimização de recursos e na funcionalidade. Em cumprimento ao seu Plano Diretor Físico, o Centro Universitário Metodista – IPA tem ampliado e qualificado sua infraestrutura física, otimizando espaços para o atendimento nas diferentes unidades.

Salas de aula: o planejamento de salas de aula tem como padrão a turma de 1º período/semestre composta por 50 alunos/as. Para este grupo são estimados 1,20m² por aluno/a e distribuídos preferencialmente no formato retangular, assegurando que a largura não seja inferior a 5,0m. Compõem o conjunto de salas de aula: 50 cadeiras acadêmicas ou classes, quadro branco, quadro mural, conjunto de mesa e cadeira para professor/a, ventiladores (proporção 1/15 alunos/as), lixeira e cortinas; e em grande parte das salas com computadores e projetores multimídias. Quando necessário, mobiliários adaptados à pessoas com deficiência são instalados nestes ambientes, atualmente a instituição conta com 12 mesas adaptadas para cadeirantes, e rampas móveis e outros recursos são instaladas em laboratório quando existe a necessidade ou solicitação de adaptação.

Ainda, a Instituição conta com 103 salas de aula assim distribuídas por suas Unidades:

UNIDADES	SALAS
DC Navegantes	20
Central: IPA e Americano	83
Total	103

Fonte: Escritório de Projetos.

Instalações sanitárias: as instalações sanitárias estão distribuídas por todas as Unidades e compõem sanitários masculinos e femininos para alunos/as, professores/as e funcionários/as, com adequação de acesso às pessoas com necessidades especiais.

Junto aos parques esportivos, os sanitários e vestiários são dimensionados e adequados para as respectivas atividades, tendo chuveiros com aquecimento central ou periférico. Há vestiários masculinos e femininos exclusivos para funcionários/as, esses equipados com sanitários, chuveiros, escaninhos individuais e área de repouso.

Ao longo do tempo, a Instituição vem adequando suas instalações sanitárias, construindo novos banheiros e reformados outros, assim como fazendo adaptações para atender às pessoas com deficiência. Os vestiários do prédio G, da Unidade Central IPA, também foram adequados atendendo às demandas do para desporto.

Atualmente a Instituição conta com 04 sanitários adaptados à norma NBR 9050 na unidade DC e 26 sanitários adaptados na unidade Central, distribuídos em todos os prédios que compõem a Unidade. Os sanitários estão distribuídos da seguinte forma:

UNIDADES	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS ATUAIS
Central: IPA e Americano	76
DC Navegantes	04
Total	80

Fonte: Escritório de Projetos.

A rotina diária de limpeza dos sanitários inclui uma higiene completa antes da entrada do turno da manhã e da noite, limpezas sistemáticas durante o funcionamento das Unidades e plantões nos horários de pico (intervalos entre turnos de aulas).

Instalações Acadêmico-Administrativas: a Instituição vem investindo nos espaços acadêmico-administrativos como forma de melhorar o acolhimento ao/à aluno/a. Com a criação da Central de Atendimento Integrado (CAI), ampliaram-se os espaços de atendimento e de espera, todos informatizados e ligados em rede. Com os serviços de secretaria e financeiro trabalhando em conjunto, os processos de atendimento são agilizados, em qualquer das Unidades, destaque para a da Unidade Dc Navegantes que foi ampliada e ganhou espaço de espera em 2013.

A Reitoria e a Coordenadoria de Graduação estão localizadas junto ao *hall* do prédio A da Unidade Central IPA, o que permite ao/à aluno/a o contato direto e acessível com essas instâncias. Ambos os espaços contam com mesas de reuniões para dez pessoas.

A partir de 2012 foi criado o setor de apoio, que está presente em alguns prédios Institucionais, com o objetivo de auxiliar os/as docentes em casos de problemas.

A Instituição também conta com sala de recursos que faz o acompanhamento e apoio aos/às alunos/as PCD's. A sala conta com computadores com softwares específicos para a área, impressora braile e mesa adaptada.

Instalações para Coordenadores de Cursos: estão localizadas na unidade Central (divididas em bacharelado e licenciaturas) e na unidade DC. As coordenações na unidade central possuem instalações junto à biblioteca, separadas em gabinetes por divisórias de 2,10m de altura, os mesmos estão agrupados por área de interesse com o objetivo de propiciar sinergia entre os cursos. O espaço ainda conta com secretaria e espaço para os/as assistentes.

As da unidade DC estão instaladas no prédio A, no segundo pavimento, e também são assessoradas por uma secretaria, além de possuir local para reuniões.

O mobiliário das coordenações é totalmente padronizado, cada coordenador/a conta com computador de uso individual, mesa em L, gaveteiro e armário. Todas as salas de coordenações possuem sistema de ar-condicionado.

Instalações para docentes: a sala dos professores da unidade IPA possui área de 79,00 m², num espaço com mesa de reuniões, espaço de descanso, escaninhos para guardar materiais, secretaria e área de estudos docentes. Nas demais unidades, proporcionalmente ao número de docentes, são disponibilizadas salas de professores.

Todas essas possuem escaninho, espaço de descanso, mesa de reuniões e computadores com acesso à internet.

Instalações para pós-graduação e mestrado: possui 117,43m² e conta com secretaria própria, salas para coordenações e sala de reuniões, espaço para os/as pesquisadores/as e laboratórios específicos, todas com mobiliário adequado e informatizadas.

Áreas de convivência e lazer: em todos os seus endereços, a instituição propicia aos/às seus/suas acadêmicos/as espaços de convivência, lazer e esporte. O IPA conta com área verde de 15.500m², permeada por praças e locais de encontro, com mobiliários e equipamentos que atendem à ergonomia e segurança. Nesta unidade também temos o Centro de Convivência, que possui sete quiosques de alimentação, livraria, loja de uniformes e a farmácia escola (local de prática profissional discente do curso de farmácia).

Em 2014 foi executada uma praça com 370m² na unidade Central IPA, esta possui iluminação cênica, e, para uso noturno, a praça possui 16 bancos com capacidade para 3 pessoas, além de piso de blocos intertravados que permitem o escoamento da água da chuvas.

As unidades contam com espaço de convivência, distribuídos nas edificações que possuem local para exposição de trabalhos, pontos de energia elétrica, mesas de apoio e bancos estofados.

Os espaços esportivos na unidade Central somam 3.515,88m², e são eles:

LOCAL	FUNÇÃO	ÁREA
G205	Musculação	113,66m ²
G210	Ginástica	51,95m ²
G206	Piscina	766,86m ²
H101	Quadra de Esportes	335,41m ²
H103	Quadra de Esportes	335,41m ²
H202	Ginástica Olímpica	542,97m ²
Pátio	Quadra de Esportes Ext	688,40m ²
Pátio	Quadra de Esportes Ext	681,22m ²
	Total:	3.515,88 m ²

Fonte: Escritório de Projetos.

O endereço Americano possui uma área verde de 5.227 m². Suas áreas de convivência e atendimentos estão distribuídos da seguinte forma: bar (totalmente

reformado em 2006), loja de uniformes e refeitório universitário (a cozinha foi totalmente reformada em janeiro de 2007), que produz diariamente 800 refeições. Os espaços esportivos estão divididos em áreas externas, composta por três quadras poliesportivas e um campo de grama sintética, e áreas internas, constituídas por duas quadras poliesportivas totalmente reformadas em 2014, sala de dança, sala de judô e ginástica olímpica.

Na unidade DC Shopping, os/as acadêmicos/as desfrutam de toda a infraestrutura do Shopping DC Navegantes, além de dois espaços de convivência citados anteriormente.

Laboratórios específicos: a Instituição conta com 143 laboratórios específicos, que atendem às necessidades pontuadas nos diversos PPC dos cursos. Estão distribuídos em todas as Unidades, onde pode-se destacar o espaço das Clínicas Integradas na Unidade Central/IPA Central, que conta com os espaços para práticas dos estágios da área da saúde e atendimento a comunidade.

Auditório/sala conferência: as unidades do Centro Universitário estão equipadas com, pelo menos, uma sala de conferência, com equipamentos de sonorização, multimídia, retroprojeter e acesso à internet, além de mobiliário adequado para assistência e palco elevado.

O endereço da Unidade Central IPA conta com onze salas com recursos multimídia, nove carrinhos móveis (com os mesmos recursos) e dois auditórios. São eles:

- a) Auditório Oscar Machado – área 537,10 m², com capacidade instalada para 548 assentos;
- b) Auditório da Biblioteca – área 302,98m², com capacidade para 300 assentos.

O endereço da Unidade Central IPA/Americano conta com duas salas com recursos multimídia, uma sala com lousa interativa e dois auditórios, são eles:

- a) Auditório Elizabeth Lee – área 417,20 m² – com capacidade instalada para 480 assentos;
- b) Auditório Setor 1 – área 146,7 m² – com capacidade instalada para 100 assentos.

A Unidade DC Navegantes conta com uma sala com recursos multimídia, recursos móveis e auditório com área de 260,00m² e capacidade instalada para 240 assentos.

18.1 BIBLIOTECAS

As bibliotecas do Centro Universitário Metodista – IPA são vinculadas à Reitoria, formando um conjunto de duas unidades, sendo uma biblioteca central e uma biblioteca setorial: Biblioteca Central Guilherme Mylius (Unidade Central IPA) e Biblioteca da Unidade DC (Unidade DC Navegantes). Contam com um/a bibliotecário/a coordenador/a, dois/duas bibliotecários/as e auxiliares de biblioteca.

O acervo das Bibliotecas é composto por livros, teses, dissertações, monografias, trabalhos de conclusão de cursos em CD, normas técnicas, folhetos, periódicos, jornais, revistas, mapas, CDs, CD-ROM, DVD e outros materiais especiais⁴. Sua cobertura temática atende às áreas de ensino, pesquisa e extensão. Além da formação de acervo de apoio às atividades acadêmicas, científicas e culturais. O processamento técnico do acervo é centralizado na Biblioteca Central, identificados no Sistema Sophia Biblioteca em forma de catálogo único. A Biblioteca localizada na Unidade Central IPA tem seu espaço físico distribuído da seguinte forma:

2º Pavimento

- acervo de periódicos, obras de referência, hemeroteca (jornais e revistas) e o acervo do Instituto Teológico John Wesley;
- serviço de consulta ao Catálogo Online, serviço de circulação, empréstimo, renovação e reservas de material bibliográfico;
- salas de estudos em grupo;
- espaço para estudo individual;
- acesso aos pavimentos: escada e elevador;
- banheiro com acessibilidade para portadores de necessidades especiais;
- guarda-volumes;
- espaço cultural;
- administração da biblioteca;

⁴Materiais especiais são documentos como partituras, iconográficos e audiovisuais.

- setor de aquisição;
- setor de processamento técnico.

3º Pavimento

- acervo de livros distribuídos nas áreas do conhecimento;
- balcão e sala de referência/mestrado;
- sala de orientação a pesquisa em bases de dados, normalização, COMUT e SCAD;
- lounge;
- serviço de consulta ao Catálogo Online;
- microcomputadores com acesso à Internet.

4º Pavimento – Mezanino

- Área destinada à leitura e estudo.
Em relação à armazenagem, mobiliário e acesso ao acervo:
- a armazenagem das coleções no ambiente da biblioteca, o arranjo das estantes, a disposição dos expositores, estantes, porta CDs e videocassete, estão organizadas de forma a atender a previsão de crescimento e expansão;
- o acervo é limpo periodicamente, guardado em posição vertical;
- o espaço físico é adequado à conservação das diferentes coleções, observando-se a temperatura, umidade, ventilação, iluminação, etc.;
- manutenção necessária às atividades de preservação e conservação do acervo;
- os periódicos são ordenados por títulos de A/Z na ordem crescente, visualizando sempre o último exemplar de cada coleção;
- acessibilidade a portadores de necessidades especiais com inclusão de rampa no acesso principal e elevador no interior da biblioteca;
- sanitários adaptados no pavimento de ingresso garantem condições de melhor atendimento aos portadores de necessidades especiais;
- balcão principal de atendimento, apresenta alturas diferenciadas para atendimento tanto de pessoa em pé quanto em cadeira de rodas;
- sistema de sinalização com placas aéreas, nas paredes e totens;
- sinalização das estantes com placas imantadas para as laterais das

mesmas, permitindo a inserção/retirada das placas menores contendo indicação dos assuntos e número de classificação, também imantadas;

- bibliocantos sinalizadores, no sentido vertical das estantes;
- sistema de ventilação natural;
- segurança e proteção contra furto, através do Sistema Antifurto Eletromagnético na circulação do acervo;
- possui sistema de circuito fechado de TV (CFTV);
- janelas com abertura acessível ao público são protegidas externamente por um envoltório feito de chapa de alumínio expandida, de maneira a manter, a qualidade de ventilação, iluminação e permeabilidade visual;
- luminárias locais nos pontos de leitura;
- o/a usuário/a tem livre acesso às estantes, permitindo a verificação in loco dos documentos de que precisa;
- quatro salas para estudos individuais ou em grupo. O/a usuário/a pode solicitar reserva de sala no balcão de atendimento, por telefone ou, ainda, pelo e-mail: sala.estudo@metodistadosul.edu.br;
- microcomputadores para acesso à pesquisa no Catálogo Online;
- microcomputadores para acesso às bases de dados online e em CD-ROM, publicações eletrônicas, Internet, entre outras atividades;
- espaços destinados à leitura e estudo estão integrados aos acervos, criando um ambiente agradável, propiciando ao/à usuário/a proximidade com o material;
- biblioteca aberta à comunidade acadêmica e comunidade em geral durante o horário de funcionamento da Instituição, de forma que seus/suas usuários/as tenham acesso aos recursos da Biblioteca durante sua permanência na Unidade.

A Biblioteca da Unidade DC Navegantes ocupa um único pavimento, com a seguinte distribuição:

- acervo distribuído nas áreas do conhecimento;
- serviço de Referência;
- serviço de consulta ao Catálogo Online, serviço de circulação, empréstimo, renovação e reservas de material bibliográfico;

- espaço destinado à leitura e estudo;
- guarda-volumes;
- 1 microcomputador para acesso ao Catálogo Online;
- 1 microcomputador para acesso a publicações eletrônicas, bases de dados e Internet;
- balcão de empréstimo (1 microcomputador com impressora e leitor ótico);
- três salas para estudo em grupo;
- três cabines para estudo individual.

O quadro 1 a seguir apresenta a área atual em m² das bibliotecas:

INFRAESTRUTURA	N°	ÁREA	CAPACIDADE	
Biblioteca Central Guilherme Mylius				
Acervo de Livros	3	252,2	(1)	67.396
Acervo de periódicos	1	26,7	(1)	14.144
Espaço para Leitura, mais mezanino	4	382	(2)	210
PCs para pesquisa <i>On-line</i> , bases de dados, internet	2	124,5	(2)	16
Lounge	1	42,6	(2)	22
Sala para estudo em grupo	4	192,8	(2)	32
Recepção e atendimento ao usuário	2	60,3	(3)	7
Guarda-volumes	1	31,1	(1)	208
Espaço Cultural	1	46,3		
Administração	1	69,2		
Setor de aquisição	1	31		
Processamento Técnico	1	35		
Banheiros	8	73,8		
Outras (corredores, escadas, elevador, sacadas etc)		386,5		
Total		1.754m²		
Biblioteca da Unidade DC Navegantes				
Acervo de Livros	1	134,69	(1)	7.000
Acervo de periódicos	1	5		4.503
Espaço para Leitura	1	57	(2)	36
Consulta ao Catálogo <i>On-line</i> , bases de dados, internet	1	5,7	(3)	3
Lounge	1	13	(2)	8
Sala para estudo em grupo e individuais	6	22	(2)	12
Recepção e atendimento ao usuário	1	14,5	(3)	1
Guarda-volumes	1	4,4	(1)	30
Total		256,49m²		

Fonte: Escritório de Projetos e Biblioteca.

Legenda: N° é o número de locais existentes; **Área** é a área total em m²; **Capacidade** é: em número de volumes ; em número de assentos; **(3)** em número de pontos de acesso.

O sistema de informatização das Bibliotecas do Centro Universitário Metodista – IPA é gerenciado pelo software Sophia Biblioteca. Este permite que sejam feitos o

tratamento, armazenamento e disseminação da informação, utilizando padrões internacionais de biblioteconomia. A Biblioteca Central integra e coordena o Sistema Sophia Biblioteca, que é composto de um catálogo único (Catálogo Online), que reúne o acervo das bibliotecas das unidades.

Para registro do acervo é utilizado o formato bibliográfico USMARC, visando intercâmbio de dados (exportação e importação de registros catalográficos), com padrão de conteúdo AACR2; e a utilização do sistema de classificação CDD. O acervo é cadastrado no Sistema Sophia e identificado com etiquetas de códigos de barras.

O Catálogo Online permite pesquisa simultânea no acervo de todas as Bibliotecas ou em catálogos independentes, recuperando a informação sob forma de busca rápida ou avançada e possibilitando o envio dos resultados por e-mail nos formatos de listas, ABNT, imprimir e salvar MARC-21. O/a usuário/a pode, ainda, definir perfil para disseminação seletiva da informação, recebendo notificações por e-mail de novas aquisições nos assuntos de sua preferência. Além disto, a Biblioteca oferece acesso a Biblioteca Virtual da Pearson, com mais de cinco mil títulos para leitura na íntegra nas diversas áreas do conhecimento, consulta às bases de dados e periódicos eletrônicos em CD-ROM e online e pesquisa na internet. As informações recuperadas pelos/as usuários/as podem ser enviadas por e-mail, salvas ou impressas.

Por meio do Sistema Sophia, a Biblioteca controla todas as funções da circulação: empréstimos, renovações, reservas, controle de atrasos e cobrança de taxas por devolução em atraso. As renovações podem ser feitas, inclusive, através do Catálogo Online pela Internet ou nos computadores da Instituição. As reservas de materiais também são efetuadas pelos/as próprios/as usuários/as através do Catálogo Online, no caso do/a usuário/a possuir conta de e-mail cadastrada no sistema, receberá em sua caixa de e-mail uma notificação de que a reserva do material está disponível na biblioteca para retirada.

O sistema Sophia Biblioteca possibilita também, a emissão de relatórios padronizados (MEC), normalizados (ABNT, CCN), gerenciais, estatísticos, log de operações, multi-biblioteca, exportação, controle de acesso.

A política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas é um conjunto de atividades, caracterizada por um processo decisório que determina a conveniência de se adquirir, expandir ou atualizar o acervo, tendo como base critérios previamente definidos. A expansão do acervo bibliográfico ocorre mediante três modalidades de

aquisição: compra, doação e permuta. Na modalidade compra a biblioteca atualiza o seu acervo de acordo com recursos orçamentários. O intercâmbio de publicações cumpre papel essencial no desenvolvimento do acervo, pois as coleções crescem também em função de doação e permuta.

O Serviço de Referência tem por objetivo o atendimento personalizado aos/às usuários/as orientando-os/as no uso dos recursos informacionais disponíveis na Biblioteca. Este serviço visa proporcionar a excelência no atendimento aos/às usuários/as orientando-os/as e disponibilizando informações no menor tempo possível. Em destaque os serviços de orientação à normalização, formatação de trabalhos acadêmicos e pesquisa em bases de dados.

O Catálogo Online é um catálogo único que reúne o acervo das bibliotecas. Pode ser acessado no portal <http://ipametodista.edu.br/>, no link biblioteca, ou no endereço eletrônico <http://biblioteca.metodistasul.edu.br>. A Biblioteca Virtual da Pearson, está acessível no portal do aluno/docente em <http://ipametodista.edu.br/>, com usuário e senha.

O Serviço de Circulação contempla empréstimos, devoluções, renovações, reservas, entre outros e tem suas políticas definidas no regulamento da biblioteca, disponível no portal <http://www.metodistasul.edu.br>, no link biblioteca. O quadro a seguir apresenta o serviço de empréstimo, com as distinções entre o tipo de material e categoria de usuário/a. O atraso na devolução de exemplares emprestados implica taxa diária por exemplar.

TIPO DE MATERIAL	Livro Tese Folhetos	Material de referência	Multimídia	Periódico (impresso)	Quantidade de exemplares
TIPOS DE USUÁRIOS/AS	Prazos de empréstimo				
Alunos/as de graduação e funcionários/as	7 dias	Consulta local	2 por 3 dias	Consulta local	10
Pós-Graduação	14 dias	Consulta local	2 por 7 dias	Consulta local	10
Direção geral, Pró-reitores/as, Coordenadores/as e Professores/as	14 dias	Consulta local	2 por 7 dias	Consulta local	15
Empréstimo entre Biblioteca	7 dias	Não se aplica	7 dias	Não se aplica	-
Comunidade externa (Literatura / Biografia)	7 dias	Consulta local	3 dias	Consulta local	3

Fonte: Biblioteca.

A Biblioteca Central disponibiliza empréstimos de livros de literatura e biografias, para a comunidade em geral.

As bibliotecas oferecem os serviços de cópia e encadernação nos postos autorizados das Unidades; empréstimo entre bibliotecas; apoio à Normalização de Trabalhos Acadêmicos e Científicos de acordo com as normas ABNT; comutação bibliográfica (COMUT) e SCAD – Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos da BVS – Biblioteca Virtual em Saúde; visita orientada.

Além disso, a biblioteca possui as bases de dados multidisciplinares da CAPES, Science Direct, Scopus , ASTM e Revista dos Tribunais. A Biblioteca digital contempla a produção intelectual dos/as alunos/as dos cursos de graduação e mestrado de acordo com a autorização dos/as mesmos/as.

A Biblioteca Central Guilherme Mylius, na Unidade Central, abre 6 dias na semana e atende à comunidade universitária e comunidade em geral durante o horário de funcionamento da Instituição, de forma que seus/suas usuários/as tenham acesso aos recursos da Biblioteca durante sua permanência na Unidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 3, 15 abr. 2004.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 3, 26 set. 2008.

BRASIL. Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 28, 23 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 11, 22 jun. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 09, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 17, 01 out. 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 23, 17 set. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007. Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 56, 03 jul. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 48, 31 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 70, 18 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 34, 13 dez. 2004.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA. **Estatuto**. Porto Alegre, 2006.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA. **Regimento Institucional**. Porto Alegre, 2012.

CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA – IPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2014-2018**. Porto Alegre, 2014.

CONSELHO FEDERAL DA OAB. **Ensino Jurídico**: diagnóstico, perspectivas e propostas. 2. ed. Brasília: OAB, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. São Paulo: Saraiva, 2004.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdad y Método**. 5. ed. Salamanca: Sígueme, 1993.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativa populacional**. 2013. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=431490&search=rio-grande-do-sul|porto-alegre>>. Acesso em: 29 maio 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PIB**. 2011. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=431490&idtema=125&search=rio-grande-do-sul|porto-alegre|produto-interno-bruto-dos-municipios-2011>>. Acesso em: 29 maio 2014.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito**. 4. ed. Coimbra: Armênio Machado, 1976.

LUHMANN, Niklas. **Sociologia do Direito**. Rio de Janeiro: Tempo Brasiliense, 1983. METODISTA. **Diretrizes para a Educação da Igreja Metodista**. [s.l.]: [s.n.], [19?].

METODISTA. **Plano de Vida e Missão da Igreja**. Área de ação social: meios de atuação. [s.l.]: [s.n.], [19?].

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários para a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Disponível em: <www.portoalegre.rs.gov.br>. Acesso em: 04 nov. 2010.

ROCHA, Leonel Severo *et al.* **Introdução à teoria do sistema autopoietico do direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Pensando o ensino do Direito no século XXI**: diretrizes curriculares, projeto pedagógico e outras questões pertinentes. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2005.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica Jurídica e(m) crise**: uma exploração hermenêutica da construção do Direito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

_____. **Jurisdição Constitucional e Hermenêutica**: uma nova crítica do Direito. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

WARAT, Luiz Alberto. **O Direito e sua Linguagem**. Porto Alegre: Fabris, 1984.

Ato de Criação do Curso

Portaria nº 2.363 de 22 de agosto de 2002
Publicada no DOU nº 163 de 23 de agosto de 2002

Atos de Alteração do Projeto Pedagógico do Curso

Resolução do CONSUNI nº 17/2006
Porto Alegre, 26 de maio de 2006.

Resolução do CONSUNI nº 109/2008
Porto Alegre, 24 de março de 2008.

Resolução do CONSUNI nº 1/2008
Porto Alegre, 27 de junho de 2008.

Ad Referendum ao CONSUNI nº 04/2009
Porto Alegre, 30 de abril de 2009.

Resolução do CONSUNI nº 292/2010
Porto Alegre, 14 de maio de 2010.

Resolução do CONSUNI nº 388/2010
Porto Alegre, 07 de outubro de 2010.

Resolução do CONSUNI nº 371/2011
Porto Alegre, 01 de julho de 2011.

Resolução do CONSUNI nº 421/2012
Porto Alegre, 16 de abril de 2012.

Portaria nº 055/2012
Porto Alegre, 24 de maio de 2012.

Resolução do CONSUNI nº 429/2012
Porto Alegre, 21 de junho de 2012.

Resolução do CONSUNI nº 454/2012
Porto Alegre, 17 de outubro de 2012.

Resolução do CONSUNI nº 480/2013
Porto Alegre, 05 de julho de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 481/2013
Porto Alegre, 05 de julho de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 482/2013
Porto Alegre, 05 de julho de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 495/2013
Porto Alegre, 30 de setembro de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 508/2013
Porto Alegre, 16 de dezembro de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 509/2013
Porto Alegre, 16 de dezembro de 2013.

Resolução do CONSUNI nº 545/2014
Porto Alegre, 09 de julho de 2014.

Resolução do CONSUNI nº 547/2014
Porto Alegre, 09 de julho de 2014.

Resolução do CONSUNI nº 570/2014
Porto Alegre, 08 de dezembro de 2014.

Resolução do CONSUNI nº 667/2015
Porto Alegre, 11 de dezembro de 2015.

Resolução do CONSUNI nº 669/2015
Porto Alegre, 11 de dezembro de 2015.

Resolução do CONSUNI nº 685/2016
Porto Alegre, 15 de julho de 2016.

ANEXO I: QUADRO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO.

QUADRO DE EQUIVALÊNCIA

Descrição das atividades	Limite máximo de aproveitamento
ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE ENSINO	HORAS
Aprovação em disciplinas didático-pedagógicas ofertadas pelo curso de Direito, que não componham de forma obrigatória o histórico escolar do/a aluno/a cursadas durante o curso de Direito.	Limite de 120h
Aprovação em disciplinas didático-pedagógicas ofertadas por outros cursos do IPA de graduação, pós-graduação ou extensão, que não componham, de forma obrigatória, o histórico escolar do/a aluno/a, desde que cursadas durante o curso de Direito.	Limite de 40h
Aprovação em disciplinas didático-pedagógicas ofertadas por instituições de ensino.	Limite de 40h
Monitoria em disciplina jurídica, até o limite de 72 horas aula por disciplina com carga horária equivalente.	Limite de 72h
Docência de matéria de cunho jurídico, ou correlato, em instituições de ensino médio, escolas técnicas ou organizações não-governamentais.	Limite de 36h
Frequência em oficinas pedagógicas ou cursos livres aprovados pela Câmara de Ensino e pelo Conselho Universitário Metodista – IPA.	Limite de 18h
Participação em congressos, simpósios, seminários e semana acadêmica do curso de Direito promovidos pelo Centro Universitário Metodista – IPA.	Limite de 40h
Participação em congressos, simpósios e seminários de cunho jurídico, ou de caráter interdisciplinar, envolvendo temas jurídicos.	Limite de 40h
Participação, enquanto ouvinte, das bancas examinadoras de trabalhos de conclusão do curso de Direito, sendo uma hora por banca.	Limite de 10h
Cursos livres ofertados por IES	Limite de 50h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE PESQUISA	HORAS
Participação em grupos de pesquisa desenvolvidos pelo Centro Universitário Metodista – IPA, como bolsista de iniciação científica.	Limite de 40h
Participação em atividades de pesquisa e/ou de estudo promovidos pelo curso de Direito, aprovados pela Câmara de Pesquisa e pelo Conselho Universitário do Centro Universitário Metodista – IPA.	Limite de 40h
Participação em atividades de Pesquisa e/ou de estudo promovidos pelo curso de Direito, mediante validação acadêmica.	Limite de 18h por produção científica
Participação em atividades de pesquisa desenvolvidas por outras instituições.	Limite de 18h

Trabalhos publicados em periódicos jurídicos, ou interdisciplinares, com enfoque na área do Direito, participação individual ou coletiva.	Limite de 60h, sendo que cada artigo publicado computará 20h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES DE EXTENSÃO	HORAS
Participação em projetos de inserção social e comunitária, aprovados pela Câmara de Extensão e pelo Conselho Universitário do IPA.	Limite de 50h por projeto
Participação como bolsista de extensão em projetos de inserção social e comunitária, aprovados pela Câmara de Extensão e pelo Conselho Universitário do Centro Universitário Metodista – IPA.	Limite de 36h
Participação como representante de turma, representante discente junto ao Colegiado de Curso e representante discente junto ao Conselho Universitário.	Limite de 36h, sendo que cada mandato semestral exercido poderá computar até 4h.
Participação como voluntário/a em projetos de inserção social e comunitária, interdisciplinares, promovidos por outras instituições, desde que suas atividades sejam de cunho jurídico.	Limite de 18h
Participação em projetos de inserção social e comunitária, interdisciplinares, promovidos por outros cursos e aprovados pela Câmara de Extensão e Ação Comunitária do IPA.	Limite de 18h
Estágios não remunerados em instituições, empresas ou órgãos públicos.	Limite de 40h
Estágios remunerados em instituições, empresas ou órgãos públicos.	

ANEXO II: EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICA E COMPLEMENTAR

1º ANO DO CURSO		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO	40	1º
EMENTA:		
Desenvolve autonomia para compreensão geral, detalhada e crítica de textos através do ensino de estratégias de leitura; promove a análise e a produção textual, privilegiando o desenvolvimento das competências linguísticas necessárias à produção acadêmica e ao uso adequado da língua portuguesa na sua variante culta; instiga a reflexão sobre temas da atualidade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2010. Disponível em físico e virtual.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2011.</p> <p>MARCUSCHI, Luiz Antônio. Da fala para a escrita: atividades de retextualização. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>VITRAL, Lorenzo. Gramática inteligente do português do Brasil. São Paulo: Contexto, 2017. Disponível em Biblioteca Virtual.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>COELHO, Fábio André; PALOMANES, Roza (Orgs.). Ensino de produção textual. São Paulo: Contexto, 2016. Disponível em biblioteca Virtual.</p> <p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. Lições de texto: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006. Disponível em Biblioteca Virtual.</p> <p>FONTANA, Niura Maria; PORSCHE, Sandra Cristina (Orgs.). Leitura, escrita e produção oral: propostas para o ensino superior. Caxias do sul: EDUCS, 2011. Disponível em Biblioteca Virtual.</p> <p>GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2007.</p> <p>HOUAISS, Antônio. Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
HISTÓRIA DO DIREITO	40	1º
EMENTA:		
Estuda o desenvolvimento dos sistemas jurídicos ao longo da história a partir de uma perspectiva crítico-social, enfatizando a problemática dos direitos humanos na contextualidade dos processos culturais de formação das sociedades humanas; estuda o desenvolvimento histórico do direito romano principalmente de seus institutos, numa perspectiva crítico-social, enfatizando seu papel na constituição do direito moderno e sua importância na formação da cidadania nas sociedades ocidentais; estuda a História do Direito Brasileiro: Brasil Colonial, Brasil Imperial, Brasil Republicano.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo, 2013.		

LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história: lições introdutórias**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
WOLKMER, Antônio Carlos. **História do direito no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito romano**. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
CASTRO, Flávia Lages de Castro. **História do direito geral e do Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
CRETELLA JUNIOR, José. **Curso de direito romano: o direito romano e o direito civil brasileiro no novo código civil**. São Paulo: Forense, 2010.
DAVID, René. **Os grandes sistemas do direito contemporâneo**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
WOLKMER, Antônio Carlos. **Fundamentos de história de direito**. São Paulo: Del Rey, 2006.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL	80	1º

EMENTA:

Abrange o estudo das relações jurídicas, com seus elementos, sujeito, objeto e fato jurídico, por intermédio de uma abordagem crítica centrada no reconhecimento dos direitos da personalidade como direitos da pessoa humana, bem como o estudo e classificação dos bens, além de atos jurídicos; estuda a classificação dos atos jurídicos; a distinção entre ato jurídico em sentido estrito e negócio jurídico; a teoria do negócio jurídico; os defeitos da vontade na formação dos negócios jurídicos; os elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo; o sistema das nulidades; os atos ilícitos e a distribuição equitativa dos prejuízos, a prescrição e a decadência.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Negócio jurídico: existência, validade e eficácia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2011. v. 1.
TEPEDINO, Gustavo. **A parte geral do novo código civil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CANTALI, Fernanda Borghetti. **Direitos da personalidade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.
GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: parte geral**. 12 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
GOMES, Orlando. **Introdução ao direito civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da eficácia, 1ª parte**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da existência**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da validade**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
GAGLIANO, Pablo Stolze; RODOLFO, Pamplona Filho. **Novo curso de direito civil: parte geral**. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: parte geral**. São Paulo: Atlas, 2014.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA DO DIREITO	80	1º

EMENTA:		
<p>Analisa a compreensão histórica e cultural do fenômeno jurídico; os elementos éticos no Direito; a relação do direito com outras ciências sociais; as fontes do Direito e os fundamentos do Direito Natural e do Direito Positivo; à estrutura da norma jurídica e à evolução das relações entre o direito público e o direito privado: da crítica à dicotomia liberal à visão contemporânea do Direito, com ênfase no sistema constitucional e o enfoque dos direitos humanos e fundamentais.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. São Paulo: Campus, 2004. FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão e dominação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>DAVID, René. Os grandes sistemas do direito contemporâneo. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. ENGISCH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. 9. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. IHERING, Rudolf Von. A luta pelo direito. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. LORENZ, Karl. Metodologia da ciência do direito. 4. ed. Coimbra: Fundação Foustel Coulanges, 2005. NADER, Paulo. Introdução ao estudo do direito. 36. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
ANTROPOLOGIA	40	1º
EMENTA:		
<p>Estuda o comportamento social humano, sua evolução, a cultura e sua diversidade de manifestações; analisa as relações do ser humano com seu ambiente; aborda a relação entre indivíduos, tradições e mudanças culturais; relaciona elementos da formação cultural do povo brasileiro lançando o olhar antropológico sobre a cultura afro-brasileira e a cultura indígena, enfatizando a atualidade e a diversidade das demandas de reconhecimento cultural.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BOAS, Franz. Antropologia cultural. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010. LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 20. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013. MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia M. Neves. Antropologia: uma introdução. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>STIPPE, Claudia. Aspectos socioantropológicos. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual. GOMES, Mércio Pereira. Os índios e o Brasil. São Paulo: Contexto, 2012 Disponível em Biblioteca Virtual. LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2007. SEGALÉN, Martine. Ritos e rituais contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV, 2002. SOARES, Carmen Lúcia. Corpo e história. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. THÍEL, Cristine Janice. Pele silenciosa, pele sonora: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.</p>		

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
TEORIA GERAL DO ESTADO	80	1º
EMENTA:		
Aborda a história das ideias políticas e as relações entre a política, o bem comum e a pessoa humana; analisa as unidades políticas antigas e introduz o conceito moderno de Estado, além de apresentar um panorama histórico do seu desenvolvimento, a culminar nos fundamentos contemporâneos da democracia; procura estabelecer uma compreensão dos elementos estatais constitutivos, problematizando-os à luz da crise atual do Estado-Nação, sob a égide do mundo globalizado; delinea a organização do estado de direito, bem como a configuração do exercício do poder; enfoca os princípios do Estado brasileiro.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BONAVIDES, Paulo. Teoria geral do estado . São Paulo: Malheiros, 2012. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do estado . 30. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. Ciência política e teoria geral do estado . 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FRIEDE, Reis. Curso de ciência política e teoria geral do Estado: teoria constitucional e relações internacionais . Rio de Janeiro: Forense, 2013. JELLINEK, Georg. Teoría general del estado . México: Fondo de Cultura Económica, 2000. KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado . 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo . São Paulo: Cia da Letras, 2007. WEBER, Max. Ciência e política: duas vocações . 17. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
PROJETO INTERDISCIPLINAR: CARREIRAS JURÍDICAS	40	1º
EMENTA:		
Aborda os conteúdos trabalhados no período e integra as competências desenvolvidas pelo aluno, utilizando como tema central a importância, as atribuições e as competências das diversas carreiras jurídicas, com enfoque na advocacia, pública e privada, magistratura, promotoria, defensoria pública e serviços notariais; analisa as formas de ingresso de cada atividade e seu dever público.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CALMANDREI, Piero. Eles, os juízes, vistos por um Advogado . São Paulo, SP: Martins Fontes, 2000. HERKENHOFF, João Baptista. Para onde vai o direito? reflexões sobre o papel do direito e do jurista. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. WOLKMER, Antônio Carlos. História do direito no Brasil . 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
COELHO, Marcus Vinícius Furtado. As conquistas da advocacia no novo CPC . Brasília: OAB/CF, 2015. DE SOUSA, José Augusto Garcia (Coord.). A defensoria pública e os processos coletivos: comemorando a Lei Federal 11.448, de 15 de janeiro de 2007 . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.		

FELIZARDO, Aloma Ribeiro (Org.). **Ética e Direitos Humanos: uma perspectiva profissional**. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

LUZ, Valdemar Pereira da. **Estágio em Direito: manual do estagiário**. Barueri: Manole, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

NALLINI, José Renato (Org.). **Magistratura e ética**. São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.

VENTURA, Zênio; FAGÚNDEZ, Paulo Roney Ávila (Org.). **As perspectivas da advocacia pública e a nova ordem econômica**. Florianópolis: OAB, 2006.

XAVIER, Victor Hugo. **Primeiros Passos do Advogado Trabalhista**. São Paulo: Rideel, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.

2º ANO DO CURSO

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
FILOSOFIA	40	2º

EMENTA:

Aborda questões referentes ao entendimento do que seja filosofia, relacionando-a com outras formas de conhecimento e reflete sobre aspectos históricos de seu desenvolvimento e sobre as possibilidades atuais dos desencadeantes do pensar filosófico; discute as características e a utilidade atual do pensamento de qualidade filosófica, numa perspectiva de reflexão sobre o ser humano e sua condição existencial no mundo de hoje, abordando suas possibilidades de conhecimento e de exercício da ética e da cidadania, enfatizando as relações étnico-raciais no Brasil na perspectiva de uma filosofia da cultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 14. ed. São Paulo: Ática, 2010.

GALLO, Silvio (Coord.). **Ética e cidadania: caminhos da filosofia: (elementos para o ensino de filosofia)**. Ilustrações de Alexandre J. de Moraes Assumpção. Campinas, SP: Papyrus, 2015. Disponível em físico e Biblioteca Virtual

NOVAES, José Luís Corrêa. **Filosofia e seu ensino: desafios emergentes**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2010

PAVIANI, Jayme. **Uma introdução à filosofia**. Caxias do Sul: EDUCS, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Ana Paula Comin de et al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia**. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

CORTELLA, Mario Sergio; BARROS FILHO, Clovis de. **Ética e vergonha na cara**. Campinas: Papyrus, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.

FABRIS, Eli Terezinha Henn; KLEIN, Rejane Ramos (Org.). **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.

GIRALDELLI Junior, Paulo. **Introdução à filosofia**. Barueri, SP: Manole, 2003. Disponível em Biblioteca Virtual.

GIRALDELLI, Paulo Jr. **Introdução à filosofia**. Barueri, SP: Manole, 2003. Disponível em Biblioteca Virtual.

GUIMARÃES, Bruno Guimarães; ARAÚJO, Guaracy; PIMENTA, Olímpio. **Filosofia como esclarecimento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE CIVIL	80	1º

EMENTA:		
Apresenta o estudo da teoria geral das obrigações e da responsabilidade civil, buscando uma leitura dos institutos em perspectiva crítica e constitucionalizada; Estuda a teoria geral das obrigações, as modalidades das obrigações, a transmissão das obrigações, o pagamento e o inadimplemento das obrigações; aborda a responsabilidade civil contratual e extracontratual, a culpa e o risco e os atos causadores de dano não considerados ilícitos: a legítima defesa, o abuso do direito.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil: teoria geral das obrigações. 26. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 2. RIZZARDO, Arnaldo. Direito das obrigações. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. TEPEDINO, Gustavo. Código civil comentado: direito das obrigações. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. v. 4.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de responsabilidade civil. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014. DIAS, José de Aguiar. Da responsabilidade civil. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. FACHIN, Luiz Edson. Teoria crítica do direito civil: à luz do novo Código Civil Brasileiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. GAGLIANO, Pablo Stolze; RODOLFO, Pamplona Filho. Novo curso de direito civil: obrigações. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. NADER, Paulo. Curso de direito civil: obrigações. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. SILVA, Clovis do Couto e. Obrigação como processo. Rio de Janeiro: FGV, 2012. VENOSA, Silvío de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PENAL: INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL	80	1º
EMENTA:		
Aborda o conceito de direito penal, suas fontes e princípios informadores, como forma de garantia do cidadão frente ao poder punitivo do Estado, por uma perspectiva humanista; analisa os aspectos históricos e doutrinários do direito penal, no que se refere às escolas penais e às teorias da pena; estuda a norma penal na sua integralidade, a incluir sua interpretação, integração e formas de resolução de conflitos interpretativos, sob a ótica constitucional; aborda a aplicação da lei penal no tempo e no espaço.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro. Rio de Janeiro: Revan, 2011. BRANDÃO, Cláudio. Curso de direito penal: parte geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BECCARIA, Cesare. Dos delitos e das penas. São Paulo: Martins Fontes, 2004. DOTTI, René Ariel. Curso de direito penal: parte geral. São Paulo: RT, 2013. SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal: parte geral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios básicos de direito penal. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.		

ZAFFARONI, Eugenio Raúl et al. **Direito penal brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2013. v. 1.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITOS HUMANOS	40	1º

EMENTA:

Estuda a evolução histórica dos direitos humanos, sua natureza e bases filosóficas; analisa os sistemas global e regionais de proteção dos direitos humanos, assim como os mecanismos para efetivação previstos nas principais convenções internacionais que regulam a matéria; estuda as peculiaridades dos direitos humanos dos diferentes grupos minoritários; analisa os objetivos, a estrutura, as funções e as sanções aplicáveis pelas comissões e cortes internacionais de direitos humanos; discute a afirmação histórica dos direitos humanos na sociedade brasileira; aborda as principais violações de direitos humanos no Brasil na atualidade e o papel do profissional do Direito diante deste contexto.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2010.
SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 7. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.
ZEHR, Howard. **Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça**. São Paulo: Palas Athena, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BITTAR, Eduardo. **Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de teoria crítica e filosofia do direito**. São Paulo: Saraiva, 2011.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.
PIOVESAN, Flavia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
SINGER, Peter. **Ética prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
SOARES, Luiz Eduardo. **Justiça: pensando alto sobre violência, crime e castigo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
HERMENÊUTICA APLICADA AO DIREITO	40	1º

EMENTA:

Estuda os pressupostos técnicos da aplicação do Direito, no que se refere à compreensão dos métodos e elementos envolvidos no processo de interpretação jurídica; discute a importância da analogia e do direito comparado e os aportes filosóficos da hermenêutica contemporânea na compreensão do fenômeno jurídico como linguagem e as técnicas jurisprudenciais de interpretação constitucional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luís Roberto. **Interpretação e aplicação da constituição**. São Paulo: Saraiva, 2009.
MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica jurídica em crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AVILA, Humberto. **Teoria dos princípios**. São Paulo: Malheiros, 2011.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação**. São Paulo: Malheiros, 2009.
 GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto**. São Paulo: Saraiva, 2011.
 SALDANHA, Nelson. **Ordem e hermenêutica**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
 WARAT, Luíz Alberto. **O direito e sua linguagem**. 2. ed. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1995.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO CONSTITUCIONAL DA TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E DIREITOS FUNDAMENTAIS	80	1º

EMENTA:

Apresenta o direito constitucional e a teoria da constituição a partir do princípio da supremacia constitucional e enfatizando o estudo da hermenêutica constitucional; aborda aspectos relativos à teoria da norma constitucional; estuda a evolução histórica do constitucionalismo brasileiro através na análise e contribuição das constituições que vigoram no Brasil; apresenta a teoria geral dos direitos fundamentais e analisa o texto constitucional referente aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
 MENDES, Gilmar Ferreira et al. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
 SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais de direito constitucional**: o estado da questão no início do século XXI, em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
 HESSE, Konrad. **A força normativa da constituição**. Porto Alegre: Sérgio Fabris, 1991.
 LASALLE, Ferdinand. **A essência da constituição**. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.
 LENZA, Pedro. **Direito constitucional esquematizado**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
 MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
PROJETO INTERDISCIPLINAR: DIREITO, LITERATURA E CINEMA	40	1º

EMENTA:

Aborda a representação do Direito tanto na literatura como no cinema, bem como as possíveis relações entre o Direito, Literatura e Cinema numa perspectiva interdisciplinar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
 HERKENHOFF, João Baptista. **Para onde vai o direito?** reflexões sobre o papel do direito e do jurista. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.
 FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. **Psicologia jurídica**. São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

AFONSO, Maria Lucia Miranda. **Jogos para pensar: educação em direitos humanos e formação para a cidadania.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.

GLOECKNER, Ricardo Jacobsen; Amaral, Augusto Jobim do. **Criminologia E(m) Crítica.** Porto Alegre: Edipucrs, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.

GRAU, Eros Roberto. **Ensaio e discurso sobre a interpretação/aplicação.** São Paulo, SP: Malheiros, 2009.

GRAU, Eros Roberto. **O direito posto e o direito pressuposto.** São Paulo: Saraiva, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. **Como usar o cinema na sala de aula.** São Paulo: Contexto, 2011. Disponível em Biblioteca Virtual.

SÖHNGEN, Clarice Beatriz da Costa; POZZEEBON, Fabricio Dreyer de Ávila. (Org.). **Encontros entre Direito e Literatura III: Poesia, linguagem e música.** EDIPUCRS, Porto Alegre, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
SOCIOLOGIA	40	2º

EMENTA:

Busca desenvolver uma visão geral da sociologia em seus temas fundamentais, considerando as diversas perspectivas teóricas oferecidas por suas principais escolas; estuda os elementos estruturantes dos sistemas sociais, seus conflitos e riscos no âmbito das sociedades globalizadas; aborda questões relativas à mudança social e à diversidade cultural no Brasil, lançando um olhar sociológico sobre direitos humanos e demandas específicas dos povos indígenas e afro-brasileiros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GIDDENS. Anthony. **Sociologia.** 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MARTINS, José de Souza. **A sociologia como aventura.** Memórias. São Paulo: Editora Contexto, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo.** 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CARVALHO, Ana Paula Comin de et al. **Desigualdades de gênero, raça e etnia.** Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade.** São Paulo: Moderna, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica: alternativas de mudanças.** 58 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

KURZ, Robert. **O Colapso da modernização.** 6. ed. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **A globalização e as ciências sociais.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005

SCURO Neto, Pedro. **Sociologia ativa e didática.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2004.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas.** 4. ed. São Paulo. Ed. Contexto, 2003.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
ÉTICA	40	2º

EMENTA:

Aborda o exercício responsável das carreiras jurídicas, com o estudo do código de ética e do estatuto dos advogados; debate os deveres fundamentais e responsabilidades

funcionais do(a) advogado(a); analisa o exercício da advocacia individual e sociedade de advogados; estuda referenciais teóricos da ética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITTAR, Eduardo. **Curso de ética jurídica: ética geral.** São Paulo: Saraiva, 2011.
MORIN, Edgar. **O método: ética.** São Paulo: Sulina, 2011. v. 6
PERELMAN, Chaim. **Ética e direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARISTÓTELES. **Ética à Nicômaco.** São Paulo: Martin Claret, 2003.
BARBOSA, Rui. **Oração aos moços.** São Paulo: Ediouro, 2006.
COMPARATO, Fábio Konder. **Ética: direito, moral e religião no mundo moderno.** São Paulo: Cia das Letras, 2010.
DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.
FELIZARDO, Aloma Ribeiro (Org.). **Ética e direitos humanos: uma perspectiva profissional.** Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
NALINI, José Renato. **Magistratura e ética: perspectivas.** São Paulo: Contexto, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.
SINGER, Peter. **Ética prática.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO CONSTITUCIONAL DA FEDERAÇÃO E DOS PODERES	80	2º

EMENTA:

Apresenta o direito constitucional positivo brasileiro em suas dimensões fundamentais, enfatizando o estudo da organização do Estado com os entes da federação e suas competências e os princípios da administração pública; estuda os princípios gerais da tributação e orçamento e da ordem econômica e financeira e examina os ditames gerais da ordem social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.
MENDES, Gilmar Ferreira et al. **Curso de direito constitucional.** 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo.** 4. ed. Saraiva: São Paulo, 2013.
FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Curso de direito constitucional.** 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
FUTTERLEIB, Lígia Leindecker. **Fundamentos do direito constitucional.** Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
HACK, Érico. **Direito constitucional: conceitos, fundamentos e princípios básicos.** Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
MESSA, Ana Flávia. **Direito constitucional.** São Paulo: Rideel, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.
SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo.** 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO DOS CONTRATOS	80	2º

EMENTA:

<p>Estuda a teoria geral dos contratos e dos contratos em espécie, desenvolvendo a análise dos conceitos e categorias gerais aplicáveis a todos os contratos, típicos e atípicos, ressaltando as especificidades de cada um e buscando uma visão crítica sobre a relação contratual.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>NEGREIROS, Tereza. Teoria do contrato: novos paradigmas. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. RIZZARDO, Arnaldo. Contratos: lei nº 10.406, de 10.01.2002. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos e contratos em espécie. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. v. 2. v. 3.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FERNANDES, Alexandre Cortez. Direito Civil: contratos. Caxias do Sul: EDUCS, 2011. Disponível em Biblioteca Virtual. LISBOA, Roberto Senise. Manual de direito civil. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. v. 3. MARQUES, Claudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. NALIN, Paulo. Do contrato: conceito pós-moderno em busca de sua formulação na perspectiva civil-constitucional. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2001. PEREIRA, Caio Mario da Silva. Instituições de direito civil: contratos. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. v. 3. TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de. Código civil interpretado. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. v. 2.</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
TEORIA DO DELITO	80	2º
EMENTA:		
<p>Aborda a teoria geral do delito, de forma ampla, dando ênfase às diversas teorias doutrinárias e suas ramificações, visando à análise dos elementos que constituem o crime e suas excludentes de tipicidade, ilicitude e culpabilidade; estuda as questões que envolvem o concurso de crimes e de agentes; analisa a teoria do delito como garantia humanista do cidadão frente ao direito penal, bem como as violações constitucionais decorrentes do poder punitivo.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1. BRANDÃO, Cláudio. Curso de direito penal: parte geral. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010. ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. Manual de direito penal brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>BITENCOURT, Cezar Roberto; MUÑOZ CONDE, Francisco. Teoria geral do delito. São Paulo: Saraiva, 2004. BRUNO, Aníbal. Direito penal: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2005. REALE JÚNIOR, Miguel. Instituições de direito penal: parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 2004. SANTOS, Juarez Cirino dos. Direito penal: parte geral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. TAVARES, Juarez. Teoria do crime culposo. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.</p>		

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO	40	2º
EMENTA:		
Estuda o Direito Internacional Público a partir do seu fundamento e desenvolvimento histórico; analisa as fontes e os sujeitos de Direito Internacional Público, observando a formação de uma sociedade internacional pautada nos Direitos Humanos; estuda as fases de elaboração e aprovação dos tratados nos planos internacional e interno, assim como o processo de incorporação dos tratados no Direito Interno Brasileiro; analisa os principais tratados internacionais multilaterais ratificados pelo Brasil; estuda o papel da diplomacia brasileira nas relações internacionais e trata das integrações regionais do Mercosul e da União Europeia; analisa a evolução histórica do processo de internacionalização da proteção da pessoa humana e o papel das cortes internacionais de Direitos Humanos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e; CASELLA, Paulo Borba. Manual de direito internacional público . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito internacional público . 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001. REZEK, Francisco. Direito internacional público: curso elementar . São Paulo: Saraiva, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
AMARAL JÚNIOR, Alberto do. Curso de direito internacional público . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. ARAÚJO, Luis Ivani de Amorim. Curso de direito internacional público . 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. GUERRA, Sidney. Curso de direito internacional público . São Paulo: Saraiva, 2013. MIRANDA, Jorge. Curso de direito internacional público: uma visão sistemática do direito internacional dos nossos dias . São Paulo: Forense, 2009. VARELLA, Marcelo D. Direito internacional público . São Paulo: Saraiva, 2013		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
PROJETO INTERDISCIPLINAR: TEMAS ATUAIS DE DIREITO CIVIL	40H	2º
EMENTA:		
Analisa as novas tendências em Direito Civil tais como os efeitos da tecnologia sobre a privacidade; direito ao esquecimento; marco civil da internet; novas relações contratuais e o Código de Defesa do Consumidor; animais domésticos enquanto sujeito de direitos, entre outros		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MARQUES, Claudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais . 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. NERY JUNIOR, Nelson (Prefaciador). Direito à proteção dos dados pessoais . São Paulo, SP: RT, 2014. SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo . 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CASTRO, Catarina Sarmento e. Direito da informática, privacidade e dados pessoais . Coimbra: Almedina, 2005.		

CHAVES, Sílvia Fernandes. **A vulnerabilidade e a hipossuficiência do consumidor nas contratações eletrônicas**. Barueri, SP: Manole, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.
RIBEIRO, Thiago de Lima. **O direito aplicado ao cyberbullying: honra e imagem nas redes sociais**. Curitiba: InterSaber, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.
SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal: parte geral**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
TEOLOGIA E CULTURA	40	2º

EMENTA:

Examina o fenômeno religioso e o significado da religião na organização humana, numa perspectiva multidisciplinar, a partir da formação cultural e religiosa brasileira, levando em consideração a contribuição das matrizes religiosas indígenas e africanas; aborda a diversidade religiosa numa perspectiva de respeito, diálogo e tolerância.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Luiz Alberto Sousa. **Cultura religiosa: caminhos para a construção do conhecimento**. Curitiba: Editora Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual
GIL FILHO, Sylvio Fausto **Espaço sagrado estudos em geografia da religião**. Curitiba: Intersaberes, 2012 Disponível em Biblioteca Virtual
SILVA, Clemildo Anacleto da; RIBEIRO, Mario Bueno. **Intolerância religiosa e direitos humanos: mapeamentos de intolerância**. Porto Alegre: Ed. Universitária Metodista IPA, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Rubem. **O que é religião**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2012.
ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. 7. ed. Campinas: Papyrus, 2008. USARSKI, Frank (Org.). **O espectro disciplinar da ciência da religião**. São Paulo: Paulinas, 2007.
HOCKS, Klaus. **Introdução à ciência da religião**. São Paulo: Loyola, 2010.
MATA, Sérgio da. **História & religião**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2010. Disponível em Biblioteca Virtual
TEIXEIRA, Faustino Luis Couto. **Sociologia da religião: enfoques teóricos**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO DAS COISAS	80	2º

EMENTA:

Estuda a posse e os direitos reais, em uma dimensão constitucionalizada, utilizando uma abordagem funcionalizada dos institutos tradicionais; discute as titularidades como direito complexo, com observância do necessário patrimônio jurídico mínimo para a efetivação da dignidade da pessoa humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. v. 4.
RODRIGUES, Silvio. **Direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. v. 5.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALFONSIN, Jaques Távora. **Acesso à terra como conteúdo de direitos humanos**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 2003.

FACHIN, Luiz Edson. **Estatuto do patrimônio jurídico mínimo**: à luz do novo Código Civil brasileiro e da Constituição Federal. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.
 MELLO, Cleyson de Moraes. **Direito civil**: direito das coisas. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em Biblioteca Virtual.
 PIVA, Rui Carvalho. Direito civil: parte geral. **Obrigações, contratos, atos unilaterais, responsabilidade civil, direito das coisas**. Barueri: Manole, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
 RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
 SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). **O novo código civil e a constituição**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
 WALD, Arnaldo. **Direito civil**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 4.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PENAL: teorias da pena e cálculo da pena	80	2º

EMENTA:

Aborda a história e a evolução da pena de prisão, por uma perspectiva crítico-social fundada nos direitos humanos; trata da aplicação, extinção e suspensão das penas privativas de liberdade, restritivas de direitos e multa; estuda o concurso de crimes e os direitos do preso, incluindo o papel dos técnicos da psicologia e do serviço social na execução criminal, bem como os efeitos da condenação e reabilitação; aborda a medida de segurança, as ações penais e as causas de extinção da punibilidade, incluindo o estudo da prescrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.
 BOSCHI, José Antônio Paganella. **Das penas e seus critérios de aplicação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.
 ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. **Manual de direito penal brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CARVALHO, Salo de. **Crítica à execução penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
 FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: o nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.
 PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
 SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
 WACQUANT, Loic. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: parte geral	80	2º

EMENTA:

Promove o estudo da parte geral procedimental do processo civil, abarcando as normas processuais civis, a função jurisdicional, os sujeitos do processo, os atos processuais e a tutela provisória.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

SILVA, Jaqueline Mielke da. **A tutela provisória no novo código de processo civil**. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2015.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil**: artigo por artigo: lei 13.105, de 16 de março de 2015. São Paulo, SP: RT, 2015. Disponível em físico e virtual (Revista dos Tribunais)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUENO, Cassio Scarpinella. **Novo código de processo civil anotado**. São Paulo: Saraiva, 2015.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo código de processo civil comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MELLO, Cleyson de Moraes. **Código civil comentado**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.

MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Novo curso de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v. 1.

VEZZONI, Marina. **Direito processual civil**. Barueri: Manole, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO CONSTITUCIONAL DA TRIBUTAÇÃO E DAS ORDENS ECONÔMICA E SOCIAL	80	2º

EMENTA:

Apresenta o direito constitucional positivo brasileiro em suas dimensões fundamentais, enfatizando o estudo da tributação e do orçamento, da ordem econômica e financeira e da ordem social..

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

MENDES, Gilmar Ferreira et al. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BERNARDI, Jorge. **O processo legislativo brasileiro**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 24. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Princípios fundamentais de direito constitucional**: o estado da questão no início do século XXI, em face do direito comparado e, particularmente, do direito positivo brasileiro. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FUTTERLEIB, Lígia Leindecker. **Fundamentos do direito constitucional**. Curitiba: InterSaberes, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 28. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
PROJETO INTERDISCIPLINAR: temas atuais de direito penal	40	2º

EMENTA:

Aborda os conteúdos trabalhados no período visando à integração com as competências a serem desenvolvidas pelo aluno, abordando temas atuais de Direito Penal, mormente as teorias e a aplicação da pena, de modo interdisciplinar e destacando também pontos de

conexão com outras áreas correlatas como Teologia e Cultura, Direito das Coisas, Processo Civil: parte geral e Direito Constitucional: estrutura e organização do Estado e controle da constitucionalidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Tratado de direito penal**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2. v. 4.
 COSTA JUNIOR, Paulo José da; PGLIARO, Antônio. **Dos crimes contra a administração pública**. 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.
 GOMES, Luiz Flávio. **Legislação criminal especial**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
 HERKENHOFF, João Baptista. **Para onde vai o direito?: reflexões sobre o papel do direito e do jurista**. 3.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARZOTTO, Luis Fernando. **A democracia na constituição**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.
 CORDEIRO, Grecianny Carvalho. **Privatização do sistema prisional brasileiro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.
 DE SOUSA, José Augusto Garcia (coord). **A defensoria pública e os processos coletivos: comemorando a Lei Federal 11.448, de 15 de janeiro de 2007**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.
 DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro: Direito das Coisas**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.
 FERRAJOLI, Luigi. **Derecho y razón: teoría del garantismo penal**. Madrid: Trotta, 2009.
 MOSSIN, Heráclito Antônio. **Crimes ecológicos: aspectos penais e processuais penais: Lei n. 9.605/98**. Barueri: Manole, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO DAS FAMÍLIAS	80	3º

EMENTA:

Estuda, por meio de uma perspectiva crítica e igualitária, as implicações jurídicas da incidência da principiologia constitucional nas relações familiares em sua pluralidade, apresentando os efeitos jurídicos das várias espécies de formação familiares, tais como o casamento, união estável, concubinato, famílias monoparentais, reconstituídas, homoafetivas, simultâneas, plurais e democráticas; estuda o impacto da psicologia jurídica nas questões judiciais relacionadas aos conflitos familiares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
 MADALENO, Rolf. **Curso de Direito de Família**. 5. ed. São Paulo: Forense, 2013.
 PORTO, Sérgio Gilberto. **Tendências constitucionais no direito de família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LOBO, Paulo. **Direito civil: famílias**. São Paulo: Saraiva, 2012.
 MADALENO, Rolf (Org.). **Direitos fundamentais do direito de família**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.
 PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Princípios fundamentais norteadores do direito de família**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

ROSENVALD, Nelson; FARIAS, Cristiano Chaves de. Direito das famílias . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.		
VENOSA, Silvio de Salvo. Direito civil : família. São Paulo: Atlas, 2006. v. 6.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PENAL: crimes em espécie	80	3º
EMENTA:		
Analisa os crimes em espécie, tipificados no Código Penal, dando ênfase aos crimes contra: a pessoa, o patrimônio, a liberdade sexual, a fé e a administração públicas, bem como estuda a administração da justiça a partir de uma abordagem interdisciplinar e de garantias.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de direito penal . São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2. v. 4.		
COSTA JUNIOR, Paulo José da; PGLIARO, Antônio. Dos crimes contra a administração pública . 4. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2009.		
GOMES, Luiz Flávio. Legislação criminal especial . 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BITENCOURT, Cezar Roberto. Crime contra as finanças públicas . São Paulo: Saraiva, 2010.		
GILABERTE, Bruno. Crimes contra a dignidade sexual . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.		
GILABERTE, Bruno. Crimes contra a pessoa . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.		
GILABERTE, Bruno. Crimes contra o patrimônio . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual.		
GRECO, Rogério. Curso de direito penal : parte especial. 11. ed. Niterói: Impetus, 2014. v. 2, 3 e 4.		
PIERANGELI, José Henrique. Direito criminal . Belo Horizonte: Del Rey, 2001. v. 2, 3 e 5.		
PRADO, Luiz Régis. Curso de direito penal brasileiro . 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		
PRADO, Luiz Régis. Direito penal econômico . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		
SOUZA, Artur de Brito Gueiros. Et al. Direito Penal . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: processo de conhecimento no procedimento comum	80	3º
EMENTA:		
Promove o estudo do processo de conhecimento no procedimento comum e seus andamentos, base para a compreensão do ordenamento jurídico processual civil, aliando o manejo dos institutos às garantias fundamentais do cidadão esculpidas na Constituição Federal, enfatizando a acessibilidade à justiça e realçando a importância de tais estruturas para a tutela dos novos direitos.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
Novo Código de Processo Civil : Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Barueri: Manole, 2017. Disponível em Biblioteca Virtual.		
WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso avançado de processo civil . 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.		

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil**: artigo por artigo: lei 13.105, de 16 de março de 2015. Disponível em físico e virtual (Revista dos Tribunais)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, Luís Carlos de; MELLO, Cleyson de Moraes. **Curso do novo processo civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

LUZ, Valdemar Pereira da. **Código de processo civil passo a passo** Barueri: Manole, 2017. Disponível em Biblioteca Virtual.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código de processo civil interpretado**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Barueri: Manole, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

MITIDIERO, Daniel; MARINONI, Luiz Guilherme. **Novo curso de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. v. 1.

VEZZONI, Marina. **Direito processual civil**. Barueri: Manole, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
LABORATÓRIO JURÍDICO: elaboração de peças processuais cíveis	40	3º

EMENTA:

Promove a relação da teoria estudada à prática forense, aliando o conhecimento legislativo técnico às atividades dos operadores do Direito; enfatiza a ética profissional e capacita o acadêmico para o atendimento da comunidade carente no Núcleo de Prática Jurídica, no intuito de garantir o acesso à justiça, buscando os meios adequados à efetiva tutela jurisdicional dos direitos fundamentais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código de processo civil interpretado**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Barueri: Manole, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; RIBEIRO, Leonardo Ferres da Silva; MEDEIROS, Maria Lúcia Lins Conceição; MELLO, Rogério Licastro Torres. **Primeiros comentários ao novo código de processo civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. Disponível em físico e virtual (Revista dos Tribunais)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ARAUJO, Luís Carlos de; MELLO, Cleyson de Moraes. **Curso do novo processo civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.

LUZ, Valdemar P. da. **CPC passo a passo**. Barueri: Manole, 2017. Disponível em Biblioteca Virtual.

MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. **Código de processo civil interpretado e anotado**: artigo por artigo, parágrafo por parágrafo. Barueri: Manole, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.

Novo Código de Processo Civil: Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Barueri: Manole, 2017. Disponível em Biblioteca Virtual.

VEZZONI, Marina. **Direito processual civil**. Barueri: Manole, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO DO TRABALHO: contrato individual de trabalho	80	3º

EMENTA:

Estuda a evolução histórica do ordenamento jurídico e da legislação do trabalho no Brasil e no mundo; aborda de forma ampla o alcance e a aplicação da legislação trabalhista em todas as relações de trabalho; enfoca o direito do trabalho como um direito social, constitucionalmente garantido.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de Direito do Trabalho . 13. ed. São Paulo: LTR, 2014. GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. Curso de direito do trabalho . 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antonio Carlos Flores de. Introdução ao direito do trabalho . 10. ed. São Paulo: LTR, 2010.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
CARRION, Valentim. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho . São Paulo: Saraiva, 2014. CORDEIRO, João. Direito do trabalho na prática: da admissão à demissão . V.1. São Paulo: Rideel, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual. CORDEIRO, João. Direito do trabalho na prática: prevenção e atuação do preposto nos processos trabalhistas . V.2. São Paulo: Rideel, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual. MARTINS, Sergio Pinto. Direito do trabalho . 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011. PLÁ RODRIGUEZ, Américo. Princípios de direito do trabalho . 3. ed. São Paulo: LTR, 2000. SCHIAVI, Mauro. Manual de direito processual do trabalho . 6. ed. São Paulo: LTR, 2014. SUSSEKIND, Arnaldo. Instituições de direito do trabalho . 22. ed. Rio de Janeiro: LTR, 2005. v. 1 e 2.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
PROJETO INTERDISCIPLINAR: DIREITO E PSICOLOGIA	40	3º
EMENTA:		
Estuda as áreas do direito e da psicologia, por uma perspectiva interdisciplinar, a fim de encontrar seus pontos de contato, bem como seus princípios conformadores; analisa os aspectos mais relevantes das áreas criminal e cível com objetivo de questionar os contributos da psicologia, da psiquiatria e da psicanálise para os problemas levantados; aborda o tema dos direitos fundamentais, buscando-se saber qual a relação com a psicologia; analisa formas atuais de resolução de conflitos e de minimização da violência.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FIORELLI, José Osmir; MANGINI, Rosana Cathya Ragazzoni. Psicologia jurídica . São Paulo: Atlas, 2014. FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão . Tradução de Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. RIGONATI, Sergio Paulo; ANDRADE, Maria Lucia Camargo de. (Org.). Psiquiatria forense e cultura São Paulo: Vetor, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ANDRADE, Vera Regina Pereira. Pelas Mãos da Criminologia: o controle penal para além da desilusão . Rio de Janeiro: Revan, 2012. BATISTA, Nilo. Introdução crítica ao direito penal brasileiro . Rio de Janeiro: Revan, 2011. GLOECKNER, Ricardo Jacobsem; AMARAL, Augusto Jobim do. Criminologia e(m) crítica . Porto Alegre: Edipucrs, 2013. Disponível em Biblioteca Virtual. GONÇALVES, Hebe Signorini; BRANDÃO, Eduardo Ponte (Org.). Psicologia jurídica no Brasil . 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Nau, 2013.		

SANTOS, Cristiane Andreotti. **Enfrentamento da revitimização**: a escuta de crianças vítimas de violência sexual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
SANTOS, Juarez Cirino dos. **Direito penal**: parte geral. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et al.* **Direito penal brasileiro I**. Rio de Janeiro: Revan, 2013. v. 1.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO DAS SUCESSÕES	80	3º

EMENTA:

Estuda as implicações jurídicas patrimoniais e pessoais decorrentes da sucessão legítima e testamentária, a partir de uma perspectiva crítica de caráter constitucional; analisa a dogmática jurídica do direito sucessório quanto ao seus aspectos práticos tendo presente o desenvolvimento legislativo e jurisprudencial civil brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AMORIM, Sebastião; OLIVEIRA, Euclides de. **Inventários e partilhas**: direito das sucessões: teoria e prática. 20. ed. São Paulo: LEUD, 2013.
NOGUEIRA, Claudia de Almeida. **Direito das sucessões**: comentários à parte geral e à sucessão legítima. Rio de Janeiro: Lumem Juris, 2010.
PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**: direito das sucessões. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014. v. 6.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALMEIDA JÚNIOR, Fernando Frederico de. **Direito civil**: família e sucessões. Barueri: Manole, 2012. Disponível em Biblioteca Virtual.
CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Direito das sucessões**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 6.
DIAS, Maria Berenice. **Manual das sucessões**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
OLIVEIRA, Euclides Benedito de; AMORIM, Sebastião Luiz. **Inventários e partilhas**: direito das sucessões: teoria e prática. 23. ed. São Paulo: Leud, 2013
RUSSO, Alessandra de Moraes Vieira. **Compêndio de direito civil**: família, sucessões. 4. ed. Porto Alegre: Sapiens, 2012.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO DO TRABALHO: direito coletivo do trabalho	80	3º

EMENTA:

Estuda de forma ampla, e com viés constitucionalizado, as causas comuns e especiais de extinção do contrato de trabalho por prazo determinado e indeterminado e os direitos decorrentes da extinção; aborda a organização sindical e os princípios básicos do sistema sindical brasileiro; enfoca a atuação das entidades sindicais nos conflitos de interesses coletivos de trabalho, suas atividades, prerrogativas e garantias constitucionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARRION, Valentim. **Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2014.
GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de direito do trabalho**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
MORAES FILHO, Evaristo de; MORAES, Antonio Carlos Flores de. **Introdução ao direito do trabalho**. 10. ed. São Paulo: LTR, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DELGADO, Mauricio Godinho. **Princípios de direito individual e coletivo do trabalho**. 3. ed. São Paulo: LTR, 2013.
 DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 13. ed. São Paulo: LTR, 2014.
 MARTINS, Sergio Pinto. **Direito do trabalho**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
 NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Compêndio de direito sindical**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
 SUSSEKIND, Arnaldo. **Instituições de direito do trabalho**. 22. ed. Rio de Janeiro: LTR, 2005. v. 1. v. 2.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: recursos cíveis	80	3º

EMENTA:

Promove o estudo da ordem dos processos nos tribunais, recursos cíveis, incidentes nos tribunais e dos meios de impugnação das decisões judiciais, abordando as principais inovações doutrinárias e da técnica processual, em constante dialética entre as garantias constitucionais processuais em geral.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSIS, Araken. **Manual dos recursos**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
 NERY JUNIOR, Nelson. **Teoria geral dos recursos**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
 WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 1.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

JORGE, Flávio Cheim. **Teoria geral dos recursos cíveis**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
 MARINONI, Luiz Guilherme. **Julgamento nas cortes supremas: precedente e decisão do recurso diante do novo CPC**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
 MELLO, Cleyson de Moraes. **Código civil comentado**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.
 OLIVEIRA, Paulo Mendes. **Coisa julgada e precedente: limites temporais e as relações jurídicas de trato continuado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
 VEZZONI, Marina. **Direito processual civil**. Barueri: Manole, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
TEORIA E FORMAS NO PROCESSO PENAL	80	3º

EMENTA:

Aborda a teoria geral do processo penal em uma perspectiva garantista e de afirmação dos direitos fundamentais, positivados na Constituição Federal; analisa o processo penal em uma perspectiva histórica, a partir dos sistemas processuais, bem como tendo como referência o sistema processual brasileiro, no que se refere aos seus principais institutos, como o inquérito policial, a ação penal, a ação civil, as medidas cautelares em matéria processual penal, a jurisdição, a competência, os sujeitos do processo, as nulidades, exceções e a prova em matéria processual penal, especificada em seus tipos e meios de produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LOPES JÚNIOR, Aury. **Direito processual penal e sua conformidade constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. 1 v.
 OLIVEIRA, Eugenio Pacelli de. **Curso de processo penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.
 RANGEL, Paulo. **Direito processual penal**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>FERRAJOLI, Luigi. Derecho y razón: teoría del garantismo penal. Madrid: Trotta, 2009.</p> <p>GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. Nulidades no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.</p> <p>LOPES JÚNIOR, Aury. Sistemas de investigação preliminar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001.</p> <p>NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1, 2 e 3.</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: Direito Civil	80	3º
EMENTA:		
<p>Promove o contato com a prática jurídica através do atendimento à comunidade em situação de risco; capacita na proposição de soluções de problemas relacionados ao direito civil trazidos pela comunidade, com enfoque nos ditames constitucionais, possibilitando a efetiva garantia de acesso à justiça e cidadania, na busca pela inclusão social efetiva dos direitos humanos.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ARAUJO JUNIOR, Gediel Claudino de. Prática no processo civil. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>ASSIS, Araken de. Execução de alimentos e prisão do devedor. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p> <p>LINHARES, Erick. Manual prático do juizado especial cível. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2012.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CAHALI, Yussef Said. Divórcio e separação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.</p> <p>CAHALI, Yussef Said. Dos alimentos. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p> <p>FIUZA, Ricardo; SILVA, Regina Beatriz Tavares da (Orgs.). Código Civil comentado. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>MARQUES, Claudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.</p> <p>NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.</p>		
4º ANO DO CURSO		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO ADMINISTRATIVO: teoria geral do direito administrativo	80	4º
EMENTA:		
<p>Apresenta o direito administrativo e seus institutos, situando-os como instrumentos dogmático-jurídicos de compreensão e operacionalização da Administração Pública, de acordo com as suas peculiaridades e vicissitudes diante da complexidade do Estado brasileiro, enfatizando os poderes e deveres da administração à luz dos limites principiológicos e normativos do sistema constitucional.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>MEIRELLES, Hely Lopes <i>et al.</i> Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.</p>		

<p>MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.</p> <p>MOREIRA NETO, Diogo. Curso de direito administrativo: parte introdutória, parte geral e parte especial. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>MADEIRA, José Maria Pinheiro. Administração Pública: tomo I. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.</p> <p>MAFFINI, Rafael. Elementos de direito administrativo: atualizado até a Lei 13.303/2016: Estatuto das Estatais. Porto Alegre, RS: Livr. do Advogado, 2016.</p> <p>MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	80	4º
EMENTA:		
<p>Estuda a organização judiciária e a competência da justiça do trabalho; aborda os princípios constitucionais próprios do processo do trabalho, privilegiando o acesso à justiça; analisa os procedimentos processuais, valorizando o aspecto constitucional; estuda a liquidação e execução de sentença.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>GIGLIO, Wagner. Direito processual do trabalho. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: LTR, 2014.</p> <p>TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Execução no processo do trabalho. 10. ed. São Paulo: LTR, 2011.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito processual do trabalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.</p> <p>MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. Prática do processo trabalhista. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.</p> <p>PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo trabalhista de conhecimento: direito processual do trabalho; organização judiciária trabalhista brasileira; processo e procedimento; prática. 7. ed. São Paulo: LTR, 2005.</p> <p>TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. Sistema de recursos trabalhistas. 10. ed. São Paulo: LTR, 2011.</p> <p>TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. A prova no processo do trabalho. 8. ed. São Paulo: LTR, 2014.</p>		

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: processo de execução	80	4º
EMENTA:		
<p>Promove o estudo do cumprimento da sentença e do processo de execução, preservando-se a segurança jurídica, na busca do efetivo cumprimento das obrigações, salvaguardadas as</p>		

garantias constitucionais, especialmente a dignidade da pessoa humana, valor consagrado pelo ordenamento jurídico pátrio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ASSIS, Araken. **Manual da execução**. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
SOUZA, Marcos C. **Procedimentos especiais, processos de execução e cumprimento de sentença e procedimentos**. Curitiba: InterSaberes, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.
WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. **Novo código de processo civil**: principais alterações do sistema processual civil e resumo geral do substitutivo da câmara dos deputados. São Paulo: Rideel, 2014. Disponível em Biblioteca Virtual.
BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 3.
CARNEIRO, Athos Gusmão. **Cumprimento da sentença civil e procedimentos executivos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. **Execução**. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 3.
MELLO, Cleyson de Moraes. **Código civil comentado**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.
OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro *et al.* **A nova execução**: comentários à lei n° 11.382, de 6 de dezembro de 2006. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
VEZZONI, Marina. **Direito processual civil**. Barueri: Manole, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
RITOS E RECURSOS PROCESSUAIS PENAIS	80	4º

EMENTA:

Aborda o processo de conhecimento e as várias formas procedimentais em matéria processual penal a partir do enfoque de garantia de direitos; analisa as preliminares que ensejam o pré-questionamento em temas de ordem constitucional, os recursos em matéria penal e as ações impugnativas autônomas; destaca pontos complementares da matéria, como: avisos processuais em matéria processual penal, imputação, classificação de crimes, sentença penal, princípio da proibição da reformatio in pejus, procedimento nos tribunais, o Ministério Público no procedimento recursal, a remessa ex officio e a coisa julgada penal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CHOUKR, Fauzi Hassan. **Código de processo penal**: comentários consolidados, críticas jurisprudenciais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.
GRINOVER, Ada Pellegrini. **Recursos no processo penal**: teoria geral dos recursos, recursos em espécie, ações de impugnação, reclamação aos tribunais. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Processo penal**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 3. v. 4.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FERNANDES, Antônio Scarance. **Teoria geral do procedimento e o procedimento no processo penal**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
MORETTO, Rodrigo; FERRAZ, L. **Procedimentos no processo penal, prisões cautelares, provas e medidas assecuratórias**: doutrina e jurisprudência. Porto Alegre: Linus, 2007.
NASSIF, Aramis. **O júri objetivo**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

NUCCI, Guilherme de Souza. Código de processo penal comentado . Rio de Janeiro: Forense, 2014.		
RANGEL, Paulo. Direito processual penal . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	40	4º
EMENTA:		
Estuda as normas sobre cooperação internacional, conflitos de leis no espaço, conflitos de jurisdição, fontes, método, qualificação, auxílio direto e elementos de conexão; enfoca a aplicação do direito estrangeiro e o reenvio; estuda a condição jurídica do estrangeiro, a nacionalidade, a adoção internacional e os contratos internacionais; analisa os conflitos de leis e de jurisdição no espaço nos diversos ramos de direito interno, especialmente nos âmbitos do processo e do contrato, observando as normas do Mercosul, da OMC e os princípios da UNIDROIT.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ARAÚJO, Nádia de. Direito internacional privado: teoria e prática brasileira . 5. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.		
DEL'OLMO, Florisbal de Souza. Curso de direito internacional privado . 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.		
DOLINGER, Jacob. Direito internacional privado: parte geral . 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DEL'OLMO, Florisbal de Souza. A extradição no alvorecer do século XXI . São Paulo: Renovar, 2007.		
DIREITO, Carlos Alberto Menezes <i>et al.</i> Novas perspectivas do direito internacional contemporâneo . São Paulo: Renovar, 2008.		
RECHTEINER, Beat Walter. Direito internacional privado: teoria e prática . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.		
SILVA, Luiz Alberto de Souza. Doutrina no direito internacional privado . São Paulo: Lumen Juris, 2000.		
STRENGER, Irineu. Direito moderno em foco: teoria geral do direito . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
LABORATÓRIO JURÍDICO: elaboração de peças processuais na área criminal	40	4º
EMENTA:		
Prepara para elaboração de peças processuais e ações impugnativas em processos simulados da área criminal, enfatizando a postura ética e humanista; propicia a visualização da prática forense em todas as esferas judiciais, inferiores e superiores.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. 1 v.		
RANGEL, Paulo. Direito processual penal . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.		
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal . São Paulo: Saraiva, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
DELMANTO, Celso. Código penal comentado . Rio de Janeiro: Renovar, 2002.		

FRANCO, Alberto Silva. O Código processo penal e sua interpretação jurisprudencial . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.		
GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES GILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. Nulidades no processo penal . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.		
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado . São Paulo: Saraiva, 2005. v. 1. v. 2.		
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal . São Paulo: Saraiva, 2011. 4 v.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO ADMINISTRATIVO: responsabilidades administrativas	80	4º
EMENTA:		
Apresenta o direito administrativo como o instrumento dinâmico e apto a operar a mudança e a evolução nas estruturas da administração pública, concedendo acesso à fruição de direitos e deveres por parte dos administrados e dos agentes públicos, além dos controles necessários da própria administração pública para que se conformem à ordem constitucional vigente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
MEIRELLES, Hely Lopes <i>et al.</i> Direito administrativo brasileiro . 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.		
MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.		
MOREIRA NETO, Diogo. Curso de direito administrativo : parte introdutória, parte geral e parte especial. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo . 26. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2014.		
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo . 26. ed. São Paulo: Atlas, 2012.		
GASPARINI, Diogenes. Direito administrativo . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.		
JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo . 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.		
MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno . 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PROCESSUAL CIVIL: procedimentos especiais	80	4º
EMENTA:		
Promove o estudo dos procedimentos especiais previstos no código de processo civil e na legislação extravagante (Processo Coletivo, Arbitragem e Mediação), visando à satisfação dos direitos, com utilização de procedimentos adequados à tutela pretendida, observadas as garantias constitucionais processuais, como o devido processo legal e a efetividade.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
LUZ, Valdemar P. da. CPC passo a passo . Barueri: Manole, 2017. Disponível em Biblioteca Virtual.		
MARCATO, Antonio Carlos. Procedimentos especiais . 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.		
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Procedimentos especiais . 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 5.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		

BARBI, Celso Agrícola. **Do mandado de segurança**. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
 BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso sistematizado de direito processual civil**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v. 2. t. 2.
 MEDINA, Jose Miguel Garcia. **Procedimentos cautelares e especiais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. v. 4.
 MELLO, Cleyson de Moraes. **Código civil comentado**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.
 VEZZONI, Marina. **Direito processual civil**. Barueri: Manole, 2016. Disponível em Biblioteca Virtual.
 WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**. 15. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
TEORIA GERAL DO DIREITO DE EMPRESA E DIREITO SOCIETÁRIO	80	4º

EMENTA:

Aborda, a partir dos princípios que estruturam a ordem econômica, principalmente o princípio da função social da empresa, os fundamentos teóricos do direito empresarial; estuda, de forma teórica e prática, sob a ótica constitucional e infraconstitucional, os institutos da teoria geral do direito de empresa e do direito societário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COELHO, Fábio Ulhôa. **Manual de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2011.
 MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: Atlas, 2013.
 REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
 NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 1.
 RAMOS, André Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado**. São Paulo: Método, 2014.
 RIZZARDO, Arnaldo. **Títulos de crédito**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
 ROSA JUNIOR, Luiz Emygdio Franco da. **Títulos de crédito: jurisprudência atualizada**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO TRIBUTÁRIO INSTRUMENTAL.	80	4º

EMENTA:

Engloba o estudo das diferentes espécies tributárias que integram o Sistema Tributário Nacional; apresenta a processualidade administrativa e judicial do direito tributário à luz do sistema constitucional, legal e administrativo, salientando o direito do fisco à cobrança do tributo em consonância com os direitos fundamentais do cidadão contribuinte; estuda a dinâmica e a sistemática dos crimes contra a ordem tributária, assim como as suas principais consequências jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTARDO, Hamilton Fernando Castardo. **Processo tributário administrativo**. 5. ed. São Paulo: IOB, 2011.
 MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Processo tributário**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
 PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos: federais, estaduais e municipais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

<p>BECKER, Alfredo Augusto. Teoria geral do direito tributário. 5. ed. São Paulo: Noeses, 2010.</p> <p>BITENCOURT, César Roberto <i>et al.</i> Crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>CASSONE, Vitorio <i>et al.</i> Processo tributário: teoria e prática. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>DIFINI, Luiz Felipe Silveira. Manual de direito tributário. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>PREVITALI, Cleide. O processo tributário. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: Direito Penal	80	4º
EMENTA:		
<p>Promove a análise do papel dos operadores do direito criminal e das legítimas pretensões das partes envolvidas; propõe a visualização, na teoria e na prática, da função de todos os atos do processo de conhecimento e da execução penal, bem como o atendimento aos recolhidos ao sistema prisional por intermédio de convênios, ou diretamente, para preservação das garantias fundamentais na efetivação dos direitos humanos, analisando e atuando em processos em tramitação e verificando hipóteses de demandas de revisão criminal, sempre no sentido de preservação das garantias penais e processuais penais previstas na Constituição Brasileira.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>RANGEL, Paulo. Direito processual penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Prática de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Processo penal. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 3. v. 4.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>DELMANTO, Celso. Código penal comentado. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.</p> <p>GRINOVER, Ada Pellegrini; GOMES FILHO, Antônio Magalhães; FERNANDES, Antonio Scarance. Nulidades no processo penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.</p> <p>LOPES JÚNIOR, Aury. Direito processual penal e sua conformidade constitucional. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. 1 v.</p> <p>SILVA, Davi André Costa <i>et al.</i> Manual de prática penal. 6. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2009.</p> <p>TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de processo penal comentado. São Paulo: Saraiva, 2005. 2 v.</p>		
5º ANO DO CURSO		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO CAMBIÁRIO E DIREITO CONCURSAL.	80	5º
EMENTA:		
<p>Aborda, sob a ótica constitucional e infraconstitucional, os principais institutos do direito cambiário e do direito concursal; estuda a teoria geral do direito cambiário e os títulos de créditos próprios em suas especificidades; apresenta o fenômeno da virtualização dos títulos de crédito; estuda os institutos da falência e da recuperação de empresas, enfatizando a importância dos instrumentos de superação de crise econômico-financeira para sua preservação.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>COELHO, Fábio Ulhôa. Curso de direito comercial: direito de empresa. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 3.</p>		

MAMEDE, Gladston. **Manual de direito empresarial**. São Paulo: Atlas, 2013.
REQUIÃO, Rubens. **Curso de direito comercial**. São Paulo: Saraiva, 2011. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALVES, Alexandre Ferreira de Assumpção; GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da (Coord.). **Temas de Direito Civil-Empresarial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.
CARVALHOSA, Modesto. **Comentários à lei das sociedades anônimas: arts.1º a 74º**. São Paulo: Saraiva, 2013.
NEGRÃO, Ricardo. **Manual de direito comercial e de empresa: teoria geral da empresa e direito societário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
RAMOS, André Santa Cruz. **Direito empresarial esquematizado**. São Paulo: Método, 2015.
TOMAZETTE, Marlon. **Curso de direito empresarial: teoria geral e direito societário**. São Paulo: Atlas, 2014. v. 1.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO TRIBUTÁRIO APLICADO	80	5º

EMENTA:

Engloba o estudo das diferentes espécies tributárias que integram o Sistema Tributário Nacional; analisa a processualidade administrativa e judicial do direito tributário à luz do sistema constitucional, legal e administrativo, salientando o direito do fisco à cobrança do tributo em consonância com os direitos fundamentais do cidadão contribuinte; estuda a dinâmica e a sistemática dos crimes contra a ordem tributária, assim como as suas principais consequências jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASTARDO, Hamilton Fernando Castardo. **Processo tributário administrativo**. 5. ed. São Paulo: IOB, 2011.
MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Processo tributário**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
PAULSEN, Leandro; MELO, José Eduardo Soares de. **Impostos: federais, estaduais e municipais**. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria geral do direito tributário**. 5. ed. São Paulo: Noeses, 2010.
BITENCOURT, César Roberto et al. **Crimes contra a ordem tributária**. São Paulo: Saraiva, 2014.
CASSONE, Vítório et al. **Processo tributário: teoria e prática**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
DIFINI, Luiz Felipe Silveira. **Manual de direito tributário**. São Paulo: Saraiva, 2008.
PREVITALI, Cleide. **O processo tributário**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
PROJETO DE PESQUISA	40	5º

EMENTA:

Desenvolve as etapas do projeto de pesquisa na área jurídica, com base na leitura e redação de textos científicos; estuda a estrutura de linguagem na elaboração de trabalhos científicos, apresentando a importância das noções metodológicas da pesquisa jurídica e sua relação com as práticas profissionais; aborda as fontes de investigação científica e os meios de divulgação do conhecimento produzido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

APOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
MARTINS, Vanderlei, MELLO, Cleyson de Moraes (Coords) **Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. Disponível em Biblioteca virtual.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS, Cleverson Leite. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
CASARIN, Helen de Castro Silva, CASARIN, Samuel José. **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca virtual
CASTRO, Claudio de Moura **Como redigir e apresentar um trabalho científico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em Biblioteca virtual
CERVO, Amado Luiz; BERNIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 2007.
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes, TAVARES, Dirce Ercarnacion, GODOY, Herminia Prado **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. Campinas: Papirus, 2017. Disponível em Biblioteca virtual
KOCHE, José Carlos **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual
KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
TRABALHO DE CONCLUSÃO I	40	5º

EMENTA:

Acompanha elaboração do projeto do trabalho de conclusão de curso; orienta a coleta, análise e discussão de dados, revisão bibliográfica, redação e apresentação da monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CASARIN, Helen de Castro Silva, CASARIN, Samuel José **Pesquisa científica: da teoria à prática**. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca virtual
KUHN, Thomas. **Estrutura das revoluções científicas**. 10. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Claudio de Moura **Como redigir e apresentar um trabalho científico**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em Biblioteca virtual
ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.
FAZENDA, Ivani Catarina Arantes, TAVARES, Dirce Ercarnacion, GODOY, Herminia Prado **Interdisciplinaridade na pesquisa científica**. Campinas: Papirus, 2017. Disponível em Biblioteca virtual
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
KOCHE, José Carlos **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual
LEITE, Eduardo de Oliveira. **A monografia jurídica**. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.
MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

<p>MARTINS, Vanderlei, MELLO, Cleyson de Moraes (Coords) Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. Disponível em Biblioteca virtual</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: Direito do Trabalho	80	5º
EMENTA:		
<p>Promove a atuação dos/as discentes no auxílio à população nas discussões concernentes à relação de trabalho/emprego, possibilitando a harmonização entre os direitos do empregado e do empregador, seja preventivamente, seja ajuizando ações reparatórias por via cartorial ou eletrônica; propõe o estudo e a atuação pautados pelo compromisso com a realidade brasileira e com a garantia ao direito do trabalho, para valorização do/a cidadão/cidadã e resguardo dos direitos humanos, garantidos constitucionalmente.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>CARRION, Valentim. Comentários à Consolidação das Leis do Trabalho. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>MORAES, Evaristo. Acidentes no trabalho e sua reparação. São Paulo: LTR, 2009.</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>MALTA, Christóvão Piragibe Tostes. Prática do processo trabalhista. 33. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.</p> <p>MARTINS, Sérgio Pinto. Curso de direito do trabalho. São Paulo: Dialética, 2014.</p> <p>MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual esquemático de direito e processo do trabalho. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>PEIXOTO, Bolivar Viegas. Iniciação ao processo individual do trabalho. Rio de Janeiro: Forense, 2004.</p> <p>PINTO, José Augusto Rodrigues. Processo trabalhista de conhecimento: direito processual do trabalho; organização judiciária trabalhista brasileira; processo e procedimento; prática. 7. ed. São Paulo: LTR, 2005.</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO PREVIDENCIÁRIO	40	5º
EMENTA:		
<p>Introduz o conceito de seguridade social como garantia fundamental constitucionalmente prevista e suas três áreas; examina os princípios da saúde e da assistência social, aborda o conceito de direito previdenciário, a sistemática da previdência social no direito brasileiro, com seus três regimes: geral, próprio e complementar; examina o plano de custeio e o plano de benefícios do regime geral.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>DUARTE, Marina Vaz. Direito previdenciário. 7. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.</p> <p>LAZZARI, João Batista; PEREIRA DE CASTRO, Carlos Alberto. Manual de direito previdenciário. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.</p> <p>MARTINEZ, Wladimir Novaes. Comentários à lei básica da previdência social. São Paulo: LTR, 2010. t. 1.</p>		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CHAMON, Omar. Introdução ao direito previdenciário. Barueri, SP: Manole, 2005. Disponível em Biblioteca Virtual.</p> <p>GLASENAPP, Ricardo Bernd. Direito previdenciário. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em Biblioteca Virtual.</p> <p>HORVATH JUNIOR, Miguel. Direito previdenciário. 8. ed. São Paulo: QuartierLatin, 2010.</p> <p>IBRAHIM, Fábio Zambitte. Curso de direito previdenciário. 19. ed. Niterói: Impetus, 2014.</p> <p>ROCHA, Daniel Machado da. O direito fundamental à previdência social: na perspectiva dos princípios constitucionais diretos do sistema previdenciário brasileiro. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.</p> <p>VIANNA, João Ernesto Aragonês. Curso de direito previdenciário. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>VIEIRA, Sergio Manual prático sobre revisão de benefícios: teses contra INSS. Rio de Janeiro: Forense, 2012</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
TRABALHO DE CONCLUSÃO II	80	5º
EMENTA:		
<p>Acompanha a elaboração do trabalho de conclusão de curso, envolvendo coleta, análise, discussão de dados, revisão bibliográfica, redação e apresentação de monografia à banca de avaliadora.</p>		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
<p>ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.</p> <p>FAZENDA, Ivani Catarina Arantes, TAVARES, Dirce Ercarnacion, GODOY, Herminia Prado Interdisciplinaridade na pesquisa científica. Campinas: Papyrus, 2017. Disponível em Biblioteca virtual.</p> <p>LUNA, Sérgio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2013.</p> <p>MARTINS, Vanderlei, MELLO, Cleyson de Moraes (Coords.) Metodologia científica: fundamentos, métodos e técnicas. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. Disponível em Biblioteca virtual.</p> <p>MENDES, Gildásio. Como fazer monografia na prática. São Paulo: FGV, 2006.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>CASARIN, Helen de Castro Silva, CASARIN, Samuel José Pesquisa científica: da teoria à prática. Curitiba: Intersaberes, 2012. Disponível em Biblioteca virtual</p> <p>CASTRO, Claudio de Moura Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. Disponível em Biblioteca virtual.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>KOCHE, José Carlos Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação a pesquisa. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2015. Disponível em Biblioteca virtual.</p> <p>LEITE, Eduardo de Oliveira. A monografia jurídica. 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.</p> <p>MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SALOMON, Délcio Vieira. Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes, 2010.</p> <p>SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez, 2007.</p>		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
ESTÁGIO OBRIGATÓRIO: Direito Tributário e Previdenciário	80	5º

EMENTA:
Promove a atuação no auxílio à população carente na resolução de conflitos na área do direito público, especialmente no direito previdenciário, no direito tributário e no direito administrativo no âmbito da justiça federal; promove a experiência com o processo eletrônico da justiça federal.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
CARRAZZA, Roque Antônio. Curso de direito constitucional tributário . 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2013. LAZZARI, João Batista; PEREIRA DE CASTRO, Carlos Alberto. Manual de direito previdenciário . 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo . 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
AMARO, Luciano. Direito tributário brasileiro . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo . 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. HORVATH JUNIOR, Miguel. Direito previdenciário . 8. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2010. VIANNA, João Ernesto Aragonês. Curso de direito previdenciário . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013. VIEIRA, Sérgio Manual prático sobre revisão de benefícios: teses contra INSS . Rio de Janeiro: Forense, 2012.

DISCIPLINAS ELETIVAS		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	40	5º
EMENTA:		
A disciplina trata do regramento jurídico da infância e da adolescência, abordando sua evolução histórica e social; aborda também aspectos fundamentais da realidade das crianças e dos adolescentes no Brasil, bem como o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente em todas as suas frentes (direito material e procedimentos), utilizando um enfoque interdisciplinar, com ênfase em aspectos de direito constitucional, civil e penal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
COSTA, Ana Paula Motta. As garantias processuais e o direito penal juvenil: como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. LIBERATI, Wilson Donizeti. Comentários ao estatuto da criança e do adolescente . São Paulo: Malheiros, 2010. SARAIVA, João Batista da Costa. Compêndio direito penal juvenil: adolescente e ato infracional . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ASSIS, Simone Gonçalves de. Traçando caminhos em uma sociedade violenta . Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. AZAMBUJA, Maria Regina Fay de. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004. COSTA, Ana Paula Motta. Os adolescentes e seus direitos fundamentais: da invisibilidade à indiferença . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012. MACHADO, Martha de Toledo. A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos . Rio de Janeiro: Manole, 2003.		

SOARES, Luiz Eduardo et al. Cabeça de porco . Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO DO CONSUMIDOR	40	5º
EMENTA:		
Estuda, de forma teórica e prática, a relação de consumo e a tutela multidisciplinar de proteção ao consumidor, envolvendo as dimensões civis, penais, processuais e administrativas; aborda os princípios que informam o direito consumerista e as influências da economia nas relações de consumo.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
ALMEIDA, João Batista de. A proteção jurídica do consumidor . 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos e; MIRAGEM, Bruno. Comentários ao código de defesa do consumidor . 3. ed. São Paulo: RT, 2010. MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no código de defesa do consumidor: o novo regime das relações contratuais . 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BITTAR, Carlos Alberto. Direitos do consumidor: código de defesa do consumidor . Rio de Janeiro: Forense, 2011. FILOMENO, José Geral do Brito. Manual de direito do consumidor . São Paulo: Atlas, 2012. GAIO JÚNIOR, Antônio Pereira, MELLO, Cleyson de Moraes. Código de defesa do consumidor comentado: doutrina, jurisprudências, legislação, súmulas . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2016. Disponível em biblioteca virtual. GRINOVER, Ada Pellegrini et al. Código brasileiro de defesa do consumidor comentado pelos autores do anteprojeto . Rio de Janeiro: Forense, 2011. 2. v. MARQUES, Cláudia Lima; BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcelos e; BESSA, Leonardo Roscoe. Manual de Direito do Consumidor . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013. NUNES, Luiz Antônio Rizzatto. O código de defesa do consumidor e sua interpretação jurisprudencial . São Paulo: Saraiva, 2010.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
CRIMINOLOGIA	40	5º
EMENTA:		
Estuda a origem e transformação da criminologia sob um viés crítico, abordando as diversas escolas criminológicas, bem como suas vertentes e aplicações no Direito e na política criminal; aborda o sistema penal como forma de controle social e o etiquetamento que ele produz, marginalizando o hipossuficiente.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
SANTOS, Juarez Cirino dos. Criminologia radical . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005. SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia . São Paulo: RT, 2008. COSTA, Álvaro Mayrink da. Criminologia . Rio de Janeiro: Forense, 2005. Vol.1 e 2.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
ANDRADE, Vera Regina Pereira. A Ilusão da Segurança Jurídica . Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. BARATTA, Alessandro. Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal . Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2002. CARVALHO, Salo de. Antimanual de criminologia . Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.		

CARVALHO, Salo. A Política criminal de drogas no Brasil . São Paulo: Saraiva, 2013.		
FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão . 38. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	40	5º
EMENTA:		
Estuda as metodologias atuais extrajudiciais para solução, composição e compreensão de conflitos; aborda conceitos e princípios dos métodos adequados de solução de conflitos, tais como conciliação, arbitragem, justiça restaurativa, mediação e justiça estatal.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. Mediação de conflitos e práticas restaurativas . 3. ed. São Paulo: Método, 2014.		
ROSENBERG, Marchall B. Comunicação Não-Violenta . São Paulo: Agora, 2006.		
ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo foco sobre o crime e a justiça . Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 2008.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
FIORELLI, José Osmir; FIORELLI, Maria Rosa; MALHADAS JUNIOR, Marcos Julio Olivé. Mediação e solução de conflitos: teoria e prática . São Paulo, SP: Atlas, 2008.		
MUSZKAT, Mailvina Ester. Guia prático de mediação de conflitos em famílias e organizações . 3. ed. São Paulo: Summus, 2008.		
ZIMERMAN, David E.; COLTRO, Antônio Carlos Mathias (Org.). Aspectos psicológicos na prática jurídica . 3. ed. Campinas, SP: Millennium, 2010.		
MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz. Procedimentos especiais . 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.		
MARTINELLI, Dante P.; ALMEIDA, Ana Paula de. Negociação: como transformar confronto em cooperação . São Paulo: Atlas, 2006.		
COMPONENTE	CARGA HORÁRIA	ANO
DIREITO AMBIENTAL	40	5º
EMENTA:		
Estuda o direito ambiental nacional e internacional, suas conexões com os demais ramos do Direito, seus princípios e instrumentos de atuação. Identifica o âmbito de proteção do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado sob o enfoque constitucional; aborda a crise ecológica contemporânea e temas interdisciplinares correlatos, como economia, ecologia, ética ambiental, justiça ecológica, mudanças climáticas, sustentabilidade e educação ambiental.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato (Org.). Direito constitucional ambiental brasileiro . 5. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2012.		
FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro . São Paulo: Saraiva, 2011.		
GARCIA, Leonardo de Medeiros; THOMÉ, Romeu. Direito ambiental: princípios, competências constitucionais . 7. ed. Salvador: Juspodivm, 2014.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
BURMANN, Alexandre. Fiscalização e processo administrativo ambiental . Porto Alegre, RS: Alcance, 2013.		
CAPRA, Fritjof. A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos . 13. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1997.		

FIGUEIREDO, Guilherme Gouvêa de. **Crimes ambientais à luz do conceito de bem jurídico-penal**: (des)criminalização, redação típica e (in)ofensividade. São Paulo, SP: IBCCRIM, 2008.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **O Direito de antena em face do direito ambiental no Brasil**. [S.l.]: Saraiva, 2000.

FREITAS, Vladimir **Passos de**. **Direito administrativo e meio ambiente**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2003.

HAWKEN, Paul; LOVINS, Amory; LOVINS, L. Hunter. **Capitalismo natural**: criando a próxima revolução industrial. São Paulo: Cultrix, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MACHADO, Paulo Affonso. **Direito ambiental brasileiro**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, José Afonso da. **Direito ambiental constitucional**. 4. ed. São Paulo, SP: Malheiros, 2003.

ANEXO III: QUADRO DE LABORATÓRIOS ESPECÍFICOS DO CURSO

LABORATÓRIO			
Núcleo de Práticas Jurídicas – NPJ			
Finalidade:	Laboratório que atende ao curso de Direito nas disciplinas de: Informática Aplicada ao Direito, Laboratório Jurídico, Laboratório Jurídico II, Estágio Obrigatório I, Estágio Obrigatório II, Estágio Obrigatório III, Estágio Obrigatório IV e Estágio Obrigatório V.		
Área Física (m²):	112m ²	Localização: NPJ	Campus Central IPA, Prédio B, Sala B004
Capacidade:	30 alunos	Horário de funcionamento:	12h semanais
Principais recursos de infraestrutura (equipamentos e mobiliários):			
1	Sala de espera		
1	Sala de reuniões		
1	Sala de Orientação Individual		
3	Sala de atendimento		
18	Computador		
14	Mesas		
35	Cadeiras		
11	Arquivos		
Recursos Humanos:			
Professores, uma secretária e dois estagiários			

LABORATÓRIO			
Sala de Práticas Jurídicas Simuladas (Juri Simulado)			
Finalidade:	Exercitar com os alunos práticas de audiências e júri simulado.		
Área Física (m²):	39,80 m ²	Localização:	Campus Central IPA, Prédio C, Sala 016-B
Capacidade:	35 alunos	Horário de funcionamento:	12 horas semanais
Principais recursos de infraestrutura (equipamentos e mobiliários):			
2	Mesas com rodízios (que facilitam a alteração do leiaute da sala)		
35	Cadeiras empilháveis		
1	Tribuna		
3	Togas com manequins		
Recursos Humanos:			
Quatro professores de diferentes áreas que conduzem os trabalhos			